RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

abril/2015 a março/2016

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

abril/2015 a março/2016

1. INTRODUÇÃO ----------1
2. CARREIRA DOCENTE ----------1
3 CRISE AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA NA EACH ----------10
4. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ----------15
5. HU E HRAC ----------20
6. A LUTA NA DATA BASE DE 2015 ----------23
7. MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS ----------28
8. CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL ----------31
9. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI) ----------34
   - GT Etnia Gênero e Classe (GTEGC) ----------34
   - GT Política Educacional (GTPE) ----------36
   - GT Sarau----------37
   - GT Saúde----------38
   - GT's mistos: Fórum das Seis e CRUESP----------39
10. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN ----------41
    - Setor das estaduais e municipais (IEES/IMES) do ANDES-SN----------42
11. ELEIÇÕES DA DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR) ----------43
12. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR) ----------43
13. COMUNICAÇÃO ----------44
14. INFORMÁTICA ----------44
15. JURÍDICO ----------45
16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE BAURU ----------52
17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRACICABA ----------55
18. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA ----------57
19. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO ----------58
20. RELATÓRIO DA REGIONAL DE SÃO CARLOS ----------64
21. RELATÓRIO DA TESOURARIA ----------64
22. ANEXOS ----------72

DIRETORIA GESTÃO 2015/2017

Presidente	César Minto (FE)
1ª Vice-Presidente	Kimi Tomizaki (FE)
2ª Vice-Presidente	Elisabetta Santoro (FFLCH)
1ª Secretária	Rosangela Sarteschi (FFLCH)
2ª Secretária	Heloisa Borsari (IME)
1ª Tesoureira	Adriana Tufaile (EACH)
2º Tesoureiro	Ivã Gurgel (IF)
Diretor Regional de Bauru	César Freitas (FOB)
Diretor Regional de Piracicaba	José Garcia (ESALQ)
Diretor Regional de Pirassununga	Sérgio Souto (FZEA)
Diretora Regional de Ribeirão Preto	Annie Hsiou (FFCLRP)
Diretor Regional de São Carlos	Ozíride Manzoli Neto (ICMC)

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas pela entidade no período de abril de 2015 a março de 2016. As informações aqui sistematizadas tiveram como principais referências: o *Informativo Adusp*, a partir da edição 397 (23/3/2015) até a edição 415 (4/4/2016), as atas de reuniões do Conselho de Representantes (CR), as pautas e os resumos de reuniões da Diretoria Ampliada (Diramp), as atas de Assembleias Gerais da Adusp e as edições 57 (março/2015) e 58 (dezembro/2015) da *Revista Adusp*. Procurou-se dar continuidade aos itens e tópicos do último relatório da Diretoria (maio/2014 a março/2015), nem sempre contendo os mesmos itens ou na mesma ordem, devido ao fato de que alguns itens podem não ter permanecido, por referirem-se a aspectos que se encerraram ou tiveram maior proeminência apenas no período anterior.

2. CARREIRA DOCENTE

Neste período, a luta contra a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) foi intensificada em função de ter crescido de modo significativo o número de casos de docentes que tiveram seu período probatório arbitrariamente estendido ou mesmo que sofreram alteração em seu regime de trabalho por determinação da referida comissão.

Para melhor compreender a importância e as motivações da campanha pela extinção da CERT, é necessário voltar no tempo.

Nos anos 1990, nos períodos em que a presidência da CERT foi exercida pelos professores Rogério Meneghini (1992-1997), M.A. Zago (1997-1998) e Carlos Humes Júnior (1998-2001), os ataques aos docentes e os conflitos com unidades atingiram o clímax. Isso se deu na esteira da publicação da "lista dos improdutivos", elaborada em 1988 pela gestão reitoral de José Goldemberg.

No final dos anos 1990, quando já se sabia que dezenas de docentes haviam sido desligados do RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa) por determinação da CERT (e tantos outros haviam deixado silenciosamente os quadros da USP diante da impotência e do desamparo que sentiam em face de tamanha prepotência institucional), pela primeira vez, um grupo de colegas decidiu denunciar

publicamente e enfrentar a arbitrariedade com que a CERT os desqualificava e buscava transferi-los do RDIDP para o Regime de Turno Parcial (RTP).

Não se tratava de professores recém ingressantes: eram quatro docentes do Instituto de Geociências (IGc), todos contratados há mais de 10 anos, já tendo cumprido o período de experimentação e gozando de reconhecido engajamento institucional nas atribuições desempenhadas no então Departamento de Mineralogia e Petrologia do IGc.

O que deu ensejo à "recomendação" da CERT de mudança de seus regimes de trabalho? Tais docentes prestaram concursos de ingresso na carreira em 1997 para os cargos de professor doutor, uma vez que haviam entrado na USP nos anos 1980 ou mesmo antes, por meio de contratos precários, que na época correspondiam a cerca de 40% das contratações. Aprovados com destaque em concursos, não atentaram para a solicitação recebida após a nomeação: a de que, passados dois anos, encaminhassem à CERT um relatório de atividades. Entenderam tal demanda como natural e atenderam-na sem quaisquer questionamentos. Mas em 1999, ao terminarem de ler a manifestação da CERT quanto aos relatórios aprovados, sem quaisquer ressalvas no âmbito da unidade, ficaram estarrecidos e perplexos – a mesma perplexidade citada anteriormente.

Indignados, esses docentes não se conformaram com a agressão, nem aceitaram as mediações feitas pelo diretor do IGc à época, que à revelia deles, mas em seus nomes, negociara com a CERT suas permanências no RDIDP, com o compromisso de que passados mais dois anos apresentariam novos relatórios, dos quais constariam, então, o que era e ainda é a *moeda de alforria* nestes casos: maior número de publicações!

O grupo rejeitou tal acordo, denunciou o absurdo, recorreu das decisões, contando com a orientação jurídica da Adusp. Recebeu apoio explícito de colegas do Conselho de Representantes da Adusp, do Conselho do Departamento, da Congregação do IGc e do corpo de estudantes e de funcionários do instituto (vide Dossiê IGc) e, diante da repercussão alcançada, a Reitoria e a CERT tiveram que retroceder.

O movimento conquistou ampla vitória: não apenas anulou-se a agressão recebida, mas abriu-se espaço para que, pela primeira vez, fosse possível negociar com a Reitoria – e ver aprovadas pelo Conselho Universitário – as resoluções 4.925 e 4.928, ambas de 2002, que restringiram a desenvoltura com a qual a CERT atuava.

Derrotada a comissão no momento, sobrevieram tempos menos turbulentos; houve notícias de problemas, que se deram por conta de arbitrariedades cometidas no

âmbito de Departamentos e Unidades, também preocupantes e que precisavam ser enfrentados.

Se houve momentos de interlocução com a Reitoria, como os registrados na gestão Melfi (2001-2005), a exemplo da contenção da CERT citada anteriormente, o que vem prevalecendo na USP são sucessivas gestões reitorais cada vez mais distantes de qualquer concepção minimamente republicana e transparente de universidade. Tal quadro também parece ter alcançado o ápice nas gestões de J.G. Rodas e M.A. Zago - V. Agopyan.

Assim, não é de se estranhar que a Reitoria reative a CERT policialesca com o intuito de enquadrar a todos no modelo de "produtividade" tão do agrado da atual gestão. Neste período a diretoria da Adusp apoiou e incentivou os colegas atingidos pela CERT a denunciarem as agressões e o assédio moral, permitindo que aflore a real dimensão da desagregação institucional que tal situação produz.

Tentamos mostrar que a reversão deste quadro exige disposição e mobilização, de modo a gerar a força política necessária para extinguir essa comissão e construir a perspectiva de avaliação democrática do trabalho acadêmico, respeitando-se os projetos das unidades, bem como o engajamento institucional dos docentes, ao invés de reduzir tudo apenas ao cumprimento de metas quantitativas de produção.

O desgaste imposto à CERT, em função de suas ações, fez com que a Reitoria criasse, em 30/04/14 (Portaria GR 6545), o Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), tendo como atribuição elaborar propostas "visando a valorização da docência e da avaliação".

Em 15/6/2015, a Reitoria encaminhou ofício às unidades contendo documento produzido pelo GT-AD, dando prazo até o dia 14/8 para que elas se manifestassem. As "Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação", obra de um grupo de 24 docentes elegidos pelo reitor, tratavam de questões como a permanência ou não do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP); as consequências da criação de um regime de tempo integral sem dedicação exclusiva; a institucionalização de ingressos exclusivamente em Regime de Turno Parcial (RTP); a possibilidade de mudança de regime de trabalho de todo e qualquer docente a cada avaliação quinquenal.

A nova peça, revestida de alguma formatação, mas semelhante e sem qualquer zelo com a fundamentação, como o anterior, "GT-Atividade Docente - Avaliação,

valorização do ensino e carreira/diretrizes gerais", apócrifo, e produzido pelo mesmo grupo.

Em síntese, o documento apresenta as ideias aqui itenizadas: 1. "Valorização da docência" – define a *obrigatoriedade* da avaliação dos docentes a cada cinco anos, considerados o planejamento acadêmico quinquenal de seu departamento ou unidade e a apresentação de "indicadores de desempenho quanto ao ensino, pesquisa básica e aplicada, cultura e extensão, incluindo inovação"; 2. "Avaliação qualitativa de todas as atividades" – sugere a "integração institucional da CERT, CPA e CAA"; 3. "Regimes de Trabalho" – propõe, além dos regimes já existentes, a criação do "Regime de Tempo Integral – RTI" e a "possibilidade de criação de um regime consolidando o atual RTC [Regime de Turno Completo] com o proposto RTI com uma carga horária de trinta e duas horas"; 4. "Ingresso na Carreira" – propõe que tal ingresso se dê em RTP, "com a indicação no edital do regime preferencial especificado pelo departamento ou unidade"; 5. "Movimentação na Carreira e no Regime de Trabalho" – mantém a progressão horizontal, mas propõe que ela seja "vinculada à avaliação periódica do regime de trabalho docente".

Nessa nova sistemática, no caso de um desempenho ser considerado "excepcional" haveria progressão; e no caso de um desempenho tido como "insatisfatório" haveria mudança do regime de trabalho, implicando rebaixamento salarial.

A diretoria da Adusp alertou para que departamentos e unidades adotassem uma postura cautelosa diante destas propostas, evitando lançar-se ingenuamente a atender a demanda feita de "encaminhar sugestões para o aperfeiçoamento" desta nova-velha peça. Justificamos a recomendação desta postura, considerando:

1. Se subjaz à proposta do RTI o reconhecimento da inadequação do atual sistema de flexibilização do RDIDP, também fica evidente a perspectiva de que o RDIDP deixe de ser o regime de trabalho preferencial na USP, uma vez que essa "indicação" ficaria agora circunscrita apenas à menção delegada a departamentos e unidades para registro nos editais de concurso, que passariam a prever o ingresso de todos os docentes em RTP;

2. Colocar todos os docentes em RTP aumentaria a insegurança de todos, tanto no que se refere à permanência no RDIDP como no proposto RTI, consolidando na USP o descarte da garantia de direitos constitucionais fundamentais dos trabalhadores, como a estabilidade no cargo público que ocupam e a irredutibilidade dos seus salários;

3. Alheios a todos os problemas referentes ao modo como a CERT é constituída e ao papel inquisitorial que tem cumprido, os membros do GT-AD propõem integrá-la de modo articulado com a CPA (Comissão Permanente de Avaliação) e a CAA (Comissão de Atividades Acadêmicas). Essa medida, associada à obrigatoriedade do ingresso em RTP, desvela o propósito de aprofundar um sistema de controle da atividade docente, fazendo da propalada avaliação uma ferramenta ainda mais efetiva para acabar de vez com qualquer veleidade de liberdade de cátedra e com a possibilidade da existência de perfis acadêmicos diversos, na esteira da adoção de critérios estritamente quantitativos, sempre travestidos de "qualitativos", que há décadas referenciam a CERT;

4. O proposto agora como movimentação na carreira, com o prêmio da progressão para os docentes com avaliação "excepcional" e a punição por meio da transferência compulsória de regime de trabalho para os docentes com desempenho "insatisfatório", é o melhor retrato do poder conferido pela Reitoria a comissões como CERT, CPA, CAA.

Avaliamos na ocasião que a adoção de tais propostas aprofundaria, ainda mais, o já enorme fosso entre Administração e corpo da universidade, por conta do autoritarismo vigente. Ressaltamos que uma avaliação acadêmica efetiva pressupõe que estejam previamente definidos os valores a serem aferidos e o uso pretendido de seus resultados. Para terem legitimidade, tais pressupostos precisam ser definidos em ambiente democrático. Como a USP não atende hoje tais quesitos, por hora só lhe resta o lugar comum de todo ambiente autoritário: aprofundar um sistema de premiação / punição que sustente o regime ao sabor das piores experiências já vividas pelo país e pela instituição.

A Adusp realizou o debate "Carreira Docente em xeque", em 12/8/2015, concebido como uma oportunidade para que a categoria docente pudesse cotejar as posições da Adusp e as do GT-AD, tendo como objeto de discussão o documento "Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação", apresentado pelo grupo criado pela Reitoria (e oficialmente encaminhado às unidades, em junho). Mas isso não foi possível, pois o GT-AD não compareceu ao debate. No início do evento, a professora Elisabetta Santoro, vice-presidente da Adusp, informou que a entidade convidou a Reitoria em 28/7 e buscou reiteradamente a resposta, que só foi dada poucas horas antes do debate pelo professor Osvaldo Nakao, então chefe de gabinete, que alegou que Ricardo Terra, presidente do GT, teria aula neste horário. Vale lembrar que o GT-AD era composto por 24 docentes de várias unidades, portanto poderia ser representado no evento por outro componente.

Elisabetta também informou que diversos convites anteriores da Adusp ao GT-AD, para debate, foram sistematicamente recusados. Os professores Ciro Teixeira Correia e Otaviano Helene expuseram o posicionamento da Adusp acerca do documento do GT.

A Regional da Adusp de Ribeirão Preto também promoveu debates sobre as propostas do GT-AD, em 28/8/2015, ao qual compareceu o professor José Sebastião Neto, membro do referido GT.

As propostas do GT-AD foram apresentadas por seu presidente, professor Ricardo Terra, em reunião aberta da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) em 20/8/15. O documento final do grupo sofreu duros questionamentos, sendo contestado por muitos docentes.

O documento "Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação" foi rejeitado na íntegra por diversos colegiados, entre eles as congregações da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do Instituto de Física (IF), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), bem como de departamentos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) e da Faculdade de Educação (FE). O Instituto de Biociências (IB) igualmente reprovou o documento, embora a Congregação ainda não tivesse deliberado a respeito.

Conselhos de vários departamentos também se manifestaram contrariamente ao documento, reiterando que a manutenção do RDIDP como regime preferencial de trabalho na Universidade é condição essencial para a qualidade do trabalho desenvolvido.

Face à gravidade do ataque desfechado pela atuação da CERT e pelas propostas do GT-AD, a Adusp publicou uma edição temática do *Informativo Adusp*, buscando fornecer subsídios à categoria docente, na contramão do simulacro patrocinado pela Reitoria, que reuniu algumas manifestações de colegiados referentes às "propostas" do GT-AD, e o relato de dois debates com membros desse grupo, na FFLCH (20/8) e na FDRP (28/8, sendo que o professor Sebastião Neto não participou como representante do GT-AD). Tal edição reapresentou, ainda, as propostas da Adusp relativas à carreira docente.

Enquanto isso, aliada aos desígnios expressos no relatório do GT-AD, a CERT ampliou a recusa, sem justificativa razoável, de grande número de relatórios de trabalho de docentes em regime experimental, muitos com pareceres favoráveis de especialistas.

O Dia de Protesto organizado pela Adusp para comemorar o Dia do Professor (15/10) mobilizou docentes da FE, FFLCH e ICB, que participaram de panfletagem em diversas unidades. A ideia central foi não deixar passar em branco esta data, tendo em vista os ataques inaceitáveis da Reitoria ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e, por extensão, à carreira docente na USP.

Nada disso foi suficiente para que a Reitoria abrisse o debate. Em 29/2/2016, a proposta de uma nova Comissão Permanente de Avaliação ("Nova CPA") foi apresentada pela superintendente jurídica da USP, Maria Paula Dallari Bucci, durante um "encontro de dirigentes" e numa segunda apresentação, em 21/3/2016, aos docentes ingressantes na universidade desde 2013. Essa "Nova CPA" contaria com duas câmaras, ambas com nove integrantes, e teria um órgão pleno, "Comissão Plenária", a ser presidida pelo vice-reitor.

À Câmara de Atividades Docentes – em substituição à CERT – caberia a avaliação individual dos docentes, que incluiria estágio probatório e "avaliações quinquenais". À Câmara de Avaliação Institucional e de Gestão caberia avaliar departamentos e unidades.

Quanto à "Comissão Plenária", dela fariam parte – além dos membros das duas câmaras e do vice-reitor – os pró-reitores, os membros da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), o presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani) e o coordenador da Agência USP de Inovação (Auspin).

A "Comissão Plenária", segundo a proposta, teria as atribuições: articular os vários órgãos da USP no que se refere à avaliação; aprovar as diretrizes de avaliação; aprovar o calendário de avaliação; e julgar recursos, nos termos da regulamentação própria.

O documento incorpora algumas das mais perversas sugestões do relatório final do extinto GT-AD, por exemplo, a realização de avaliações quinquenais, citada pela apresentadora da proposta, como se isso já fizesse parte das normas da USP.

Do mesmo modo, no item "Efeitos da Avaliação", o documento embute o arranjo dicotômico adotado no relatório final do GT-AD. Assim, caso a avaliação de determinado docente conclua por um "bom desempenho", ele seria contemplado com "progressão na carreira" e com "autonomia". Analogamente, departamentos e unidades com avaliação positiva seriam agraciados com "autonomia" e "apoio a iniciativas".

Seguindo na trilha do GT-AD, a proposta apresentada por Maria Paula Dallari prevê que casos de "insuficiência de desempenho acadêmico" sejam submetidos, numa

primeira etapa, a "regime de acompanhamento", que incluiria um "protocolo de compromisso para correção de deficiências" (como prevê a lei 10.862/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes), bem como a "suspensão de afastamentos e viagens"; numa segunda etapa, haveria "aplicação de sanções, a definir no novo Regimento Interno da CPA". O texto não permite discernir quais dessas medidas afetariam docentes e quais afetariam departamentos e unidades.

O item "Avaliações - parâmetros e documentos" ocupa uma única página do documento e anuncia as diretrizes do processo de avaliação: "indução à qualidade; aperfeiçoamento institucional (docentes, unidades e departamentos), atividades em escala compatível com a da Universidade" e os seus indicadores ("competências e procedimentos"), assim definidos: "poucos, simples e de alcance geral, podendo ser completados, no caso de situações específicas", e sujeitos a "revisões periódicas". Portanto: diretrizes vagas, indicadores em aberto.

Seria fixado um calendário, que envolveria um "ciclo avaliativo", com "distribuição das avaliações ao longo do quinquênio", e criado um "roteiro de avaliação", que implicaria a "pactuação prévia do que será considerado em cada ciclo avaliativo".

A proposta inclui, ainda, medidas de "transição" para a CERT, que envolveriam: a) "permanência dos atuais regimes: RDIDP, RTC e RTP"; b) "reorganização das 'atividades simultâneas'" exercidas por docentes: "cursos de extensão remunerados", assessorias e consultorias, convênios; c) regulamentação do recebimento na forma de bolsas, em adequação à lei federal 13.243/16; d) revisão das normas da USP, especialmente a Resolução 3.533/1989. O atual regimento da CPA seria revogado.

Na avaliação da diretoria da Adusp, o desenho da "Nova CPA" faz lembrar Lampedusa: tudo muda, para que tudo permaneça igual. A proposta deverá ser submetida ao Conselho Universitário (Co) – consta que ainda no primeiro semestre de 2016.

No encontro com docentes ingressantes a partir de 2013, promovido pela Reitoria e citado anteriormente, foi exposto o novo formato da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e as linhas gerais de uma avaliação institucional e individual, que será submetida ao Co. Durante o encontro, a Adusp realizou campanha de filiação de novos docentes, contando com a participação da Comissão Permanente de Mobilização.

A decisão da Reitoria de congelar as contratações por concurso público e autorizar apenas contratações temporárias e mal remuneradas atinge diferentes

unidades de ensino da USP. Em dezembro de 2015, a Adusp solicitou, por meio de ofício à Reitoria e ao Co, a implementação de ações contra a ausência de reposição permanente de docentes. Nesse documento, a entidade expressa discordância em relação à "política adotada pela Reitoria de reposição de quadros permanentes, em virtude de aposentadorias e demissões, por docentes contratados em caráter temporário"; estes chegam a receber salários de R$ 1.245,44 (mestre) e de R$ 1.795,81 (doutor), para uma jornada de 12 horas de trabalho.

Em 4/4/2016, a FEARP publicou edital de contratação de "professor de economia", nos seguintes termos: "A vaga é para Professor Contratado III, com salário de R$ 1.795,81 e contrato por tempo determinado". A pessoa selecionada irá ministrar as disciplinas para Advogados: Microeconomia; Teoria Econômica; Economia para Advogados: Macroeconomia; e Introdução à Macroeconomia. Ao longo do período de contratação o professor poderá vir a lecionar nada menos do que quatro disciplinas, em 12 horas semanais, e receberá 38 reais por hora-aula. O curso de Ciências Biológicas da FCLRP abriu três vagas de professor substituto com esse mesmo salário.

Em função disso, a Adusp voltou a oficiar ao reitor em 5/4/16: "Tendo tomado conhecimento da ocorrência de editais de abertura de *Processo Seletivo Simplificado para Professor Contratado III (Doutor), recebendo o salário* de R$ 1.795,81, em jornada de 12 horas de trabalho, solicito que a Adusp seja informada do número de processos que ocorreram e estão ocorrendo nas diversas unidades da USP desde o início desta Administração e qual é o motivo pelo qual a Reitoria optou por abrir tais processos seletivos simplificados em detrimento da realização de concursos públicos de provas e títulos para a contratação de professores efetivos, conforme prevê o inciso V do Art. 206 da Constituição Federal de 1988".

Em outro ofício, enviado na mesma data, a Adusp solicitou ao reitor as seguintes informações: "1. quantos servidores (docentes e funcionários, discriminadamente) usufruem atualmente do abono de permanência na USP?; 2. considerando a tramitação legislativa da PEC 139/2015, *que extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade*, de iniciativa do governo federal, a Reitoria realizou ou pretende realizar algum estudo sobre eventuais impactos causados por aposentadorias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na USP, caso tal extinção venha a ocorrer?"

Até o fechamento deste relatório, em maio de 2016 a Reitoria não havia enviado respostas a nenhum desses ofícios.

3. CRISE AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA NA EACH

Em 2013, iniciou-se uma crise na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), cujas causas principais foram a tensão acumulada por conta da conduta irresponsável da direção, quanto ao passivo ambiental da unidade, indícios de corrupção ou conivência com atos corruptos, perseguições via sindicâncias e censura do correio eletrônico. As placas colocadas pela Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP, na área central do *campus*, alertando que "Esta área encontra-se interditada por conter contaminantes com riscos à saúde" constituíram o estopim para a deflagração de greve unificada das três categorias, que durou de 10 de setembro a 30 de outubro de 2013.

Desta forma, a comunidade da EACH assumiu intenso protagonismo na luta pela democratização da unidade, com ganhos para a luta pela democratização da USP, por exemplo, ao explicitar que sequer mecanismos para impedimento de dirigentes encontram-se previstos nas normas vigentes; ao denunciar a falta de solução para os problemas do passivo ambiental do *campus*, sejam os de origem, vinculados à forma açodada com a qual se deu a implantação da escola, sem que tenham sido tomadas providências prévias para remediação da área e sem que tivesse sido expedida a devida licença ambiental por parte da Cetesb, sejam os decorrentes do aterro criminoso de 2011, feito com aval da direção, quando foram depositados no *campus* cerca de 109.000 m3 de terra de origem ainda não esclarecida e, hoje, sabidamente contaminada com diferentes produtos e materiais tóxicos, que acabaram por fazer com que o Ministério Público Estadual (MPE-SP) viesse a solicitar a interdição do *campus*, conforme determinada pela justiça em dezembro de 2013.

Durante esta interdição as atividades de ensino e administrativas foram espalhadas pela Capital, em várias unidades da USP, numa universidade particular e na FATEC do Tatuapé. Este chamado "plano B" ocorreu de forma extremamente precária, para citar alguns exemplos, as aulas práticas demoraram a ter local apropriado, os estudantes enfrentaram graves problemas com deslocamento, falta de restaurante, biblioteca e salas de computação, os funcionários eram obrigados a se revezar nos poucos equipamentos disponíveis para dar conta do trabalho administrativo e funcionários técnicos não tinham local de trabalho. Quanto às atividades de pesquisa e extensão, muitas delas foram totalmente suspensas, amostras foram perdidas e faltavam até locais para reuniões.

A reabertura do *campus*, no início do segundo semestre de 2014, foi feita de maneira quase tão súbita quanto sua interdição. Um desembargador do TJ-SP decidiu

monocraticamente suspender a decisão liminar de primeira instância, autorizando a reabertura do *campus*. A análise dos documentos da Cetesb que embasaram tal decisão confirmou a presença de problemas importantes, ainda sem solução. A diretoria da Adusp submeteu a uma assembleia setorial da EACH e a uma assembleia geral a proposta de apresentação de um agravo, recorrendo da referida decisão.

Vários docentes da EACH foram contrários ao agravo e a assembleia setorial decidiu pedir que a Adusp não recorresse. Na assembleia geral, após explicações de ambos os lados e intensos debates, ficou decidido que o agravo seria apresentado. Este recurso não teve seu teor analisado pelo TJ-SP, tendo sido indeferido por motivos regimentais. Os estudantes entenderam o objetivo do agravo feito pela Adusp, como pode ser lido em um manifesto aprovado em assembleia, que termina com o trecho a seguir:

"Pelo exposto, a Assembleia dos Estudantes manifesta-se favorável ao Agravo proposto pela ADUSP contra a decisão de desinterdição da USP Leste. Explicitamos que este posicionamento não significa que a Assembleia é contrária a desinterdição, mas sim que há o entendimento de que ainda existem questionamentos não sanados e que merecem a atenção da Justiça para fazer cumprir aquilo que é direito de todos os estudantes e outros setores que compõe a comunidade da EACH, ou seja, a descontaminação total do *campus*."

As atividades foram retomadas em um *campus* parcialmente interditado. Sua área central, que contém a terra contaminada, foi coberta com grama, contrariamente à exigência de cobertura com terra limpa, e cercada por tapumes. Apenas muitos meses depois da reabertura do *campus*, foram construídas as proteções para as bombas de ventilação do gás metano. Até hoje não há autorização do corpo de bombeiros, que fez vistorias e constatou irregularidades nos sistemas de prevenção e combate a incêndio.

Em 2014 e 2015, a Câmara dos Vereadores de São Paulo realizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre áreas contaminadas da cidade, que na maioria de suas reuniões focalizou esforços nas questões ambientais da USP-Leste, como esta parte do *campus* da USP é conhecida. A diretoria da Adusp esteve presente em todas estas reuniões, acompanhando de perto os trabalhos que geraram, em seu relatório final, orientações pedindo a remoção da terra contaminada e a apuração das responsabilidades do ex-diretor J. J. Boueri Filho, diretor da EACH que autorizou o aterro.

Em 2014 a diretoria da Adusp continuou se reunindo com o MP do meio ambiente para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que chegou a ser assinado pela Reitoria e pelo MP, mas não aceito pela Cetesb. A reabertura do *campus*

ocorreu de modo distinto do compromisso assumido pela Reitoria, que previa tal reabertura apenas após a solução de vários problemas, para garantir a segurança dos frequentadores da EACH.

Tais problemas constaram da pauta de audiências públicas na Assembleia Legislativa, de reuniões da Adusp com a Reitoria e de debates públicos. Ocorreram outros desdobramentos, por exemplo, o pedido da Congregação da EACH para retirar o professor Osvaldo Nakao (SEF) da intermediação com a escola; o engavetamento do relatório dos "notáveis", escolhidos pelo reitor; o seminário organizado pela diretoria da EACH para explicar a situação e o debate organizado pela Adusp.

A edição 57 da *Revista Adusp* contém o texto "Por que 'Somos Todos EACH'" de Marcos Bernardino de Carvalho, Michele Schultz, Adriana Tufaile, Elizabete Franco Cruz, docentes da EACH, que descreve a situação de crise na escola.

O *Informativo Adusp* de 12/6/2015 noticiou: "30 dias de suspensão, 'punição' para Boueri?" e o de 7/8/2015: "Reitor suspende por 120 dias ex-diretor que cometeu crime ambiental na EACH". Apenas em maio de 2015 terminou o processo administrativo disciplinar instaurado pelo então reitor J.G. Rodas em 7/11/2013, com a finalidade de apurar condutas praticadas pelo professor José Jorge Boueri Filho quando diretor da EACH, no caso do "depósito de terra com entulho, aparentemente contaminada, e sem certificações de origem nas dependências da Unidade, sem consentimento prévio dos órgãos responsáveis pela gestão do campus e sem processo de aquisição que tenha observado os ditames da Lei Federal n° 8.666/1993".

No dia 2/7/2015, o reitor M.A. Zago acolheu, em parte, as conclusões da Comissão Processante Disciplinar, ao entender que o ato praticado por Boueri "deve ser considerado como de maior gravidade", na medida em que o então diretor da EACH "autorizou a utilização de considerável volume de terra não certificada no *campus* da EACH", e isso mediante a ausência de requisitos fundamentais, tais como: "procedimento licitatório ou de dispensa ou de declaração de inexigibilidade"; "contrato formal, escrito"; e "a falta de comunicação aos órgãos administrativos e ambientais para formalizar e obter as autorizações necessárias".

O reitor reconheceu, ainda, que tais condutas "desencadearam significativa perturbação para o desenvolvimento dos serviços administrativos da EACH, com a interdição daquele *campus*, suspensão das aulas e posterior transferência dos alunos para locais externos". Porém, diferentemente da Comissão Processante Disciplinar, que recomendou suspensão de Boueri por trinta dias, M.A. Zago – baseando-se não apenas

no relatório final da comissão, mas também no parecer 1960/2015 da Procuradoria Geral da USP (que a Reitoria não repassou à Adusp) – aplicou ao responsável pelo aterro clandestino com terras contaminadas a penalidade de suspensão por 120 dias. Tal sanção não condiz com a gravidade do caso e das condutas do então diretor da EACH.

Em 24/10/2013, diante da gravidade dos crimes ambientais perpetrados no *campus* da EACH, a Assembleia Geral da Adusp aprovou proposta da diretoria de que a entidade tomasse providências administrativas e judiciais para responsabilização do então diretor da escola, J. J. Boueri Filho, e do então reitor, J.G. Rodas.

Em 11/11/13, a Adusp ajuizou ação contra esses dirigentes, por improbidade administrativa. A sentença de primeira instância extinguiu o processo sem apreciação do mérito. A entidade recorreu então ao Tribunal de Justiça (TJ-SP). A apelação argumentava que "ante a inércia da administração pública, bem como do Ministério Público, que conhece os fatos desde 2011, não pode a apelante [Adusp] permanecer silente quanto aos atos de improbidade aqui relatados, posto que afetam [...] não somente a saúde, mas a vida funcional dos representados pela autora".

Instado a manifestar-se, o promotor Silvio A. Marques, do MPE-SP, ao invés de priorizar, como esperado, em defesa do interesse público, resolveu, inusitadamente, atacar a Adusp e sua advogada por "absurdos praticados" na petição inicial, pedindo ao Judiciário que represente contra [a advogada] à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Adusp continuará empenhada em buscar a devida responsabilização dos agentes da USP envolvidos no crime ambiental. A conduta da advogada Lara Lorena, neste processo e em outros, foi sempre irrepreensível, sendo absolutamente descabida a investida do promotor contra esta profissional.

Até o momento (abril/16) não foi concluída a caracterização completa deste aterro criminoso, mas a Cetesb aceitou a argumentação da USP e recentemente liberou a área central do *campus*, como a Adusp noticiou em 14/3/16: "Cetesb autoriza e Reitoria retira tapumes que cercavam área contaminada na EACH". Por determinação da SEF foram retirados em 25/2/16 os tapumes que cercavam a área central contaminada pelo aterro.

A decisão foi autorizada por um parecer técnico da Cetesb. Esta área, denominada AI-01 situa-se no centro do *campus*, bem próxima aos prédios onde estão concentradas: salas de aula, laboratórios, restaurante e lanchonete. Apenas isto...

Ao optar pela retirada dos tapumes, ao invés de remover a terra contaminada, a Reitoria convalida o crime ambiental cometido por José Jorge Boueri Filho quando diretor da EACH, que consistiu em permitir a deposição ilegal, no *campus* daquela unidade, de 109 mil metros cúbicos de aterro, provenientes da demolição de edificações, como a que precedeu as obras de construção do "Templo do Rei Salomão".

O parecer da Cetesb respondeu a consulta da SEF de 7/1/16, que solicitou, entre outros itens, "autorização para remover [...] o isolamento da parte central do terreno, denominada área AI-01". A Cetesb declarou que, depois de investigações solicitadas, "nas quais foram determinadas as concentrações dos contaminantes investigados (PCBs), verificou-se, após realização de avaliação de risco, que os contaminantes presentes neste material não impõem um risco acima dos limites aceitáveis para os receptores existentes na USP Leste, o que justifica a remoção da cerca existente no local". A conclusão baseou-se em três relatórios da empresa Servmar, de 2012 e 2014.

Ademais, atendendo a outro pedido da SEF, a Cetesb concordou em autorizar "a execução de obras civis na área AI-01". Isto sinaliza a pretensão da Reitoria de expandir a EACH, construindo novos prédios na área contaminada, com o aval da Cetesb.

Porém, a companhia ambiental rejeitou o pedido da SEF de que fossem canceladas as exigências técnicas, feitas por esse órgão em 2012, de "remoção do solo depositado indevidamente na área AI-02" e, parcialmente, de "restringir o acesso aos solos depositados indevidamente nas áreas AI-01 e AI-02, até que sejam concluídas as investigações ambientais na área AI-01 e a remoção do solo depositado na área AI-02".

Embora tenha concordado em abrir mão da remoção de solo na área AI-01, e autorizado a retirada dos tapumes, a Cetesb considera que, no tocante à área AI-02, "as investigações necessárias à caracterização do material depositado nessa área não foram concluídas", e portanto não se pode descartar, por enquanto, a necessidade de remoção, nem a restrição do acesso.

No último ano [abril/15 a março/16] a diretoria da Adusp continuou seu empenho no acompanhamento e na participação do processo, prestando todo suporte (político e jurídico) às questões socioambientais da EACH.

No item JURÍDICO deste relatório estão mencionadas as iniciativas de ordem judicial realizadas pela Adusp relacionadas às questões ambientais da EACH.

4. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A democratização da universidade e da sociedade constitui, ao longo de toda a trajetória da Adusp, uma de suas principais bandeiras, pela qual continua sempre atuando, como pode ser evidenciado em todos os aspectos apresentados nesse relatório.

Mas, na contramão dos anseios da comunidade acadêmica, mais um ano se passou sem que a USP tenha avançado na democratização de seus colegiados, de suas práticas, na relação com os movimentos sindical e estudantil e, também, com a sociedade como um todo. A rigor, podemos mesmo dizer que, em alguns aspectos, a USP regrediu no que se refere à sua democratização. Exemplo disso é o fato de a reunião do Co de 13/10/15 ter aprovado – por mais de 80 votos – três propostas emanadas da Reitoria, de alteração do Estatuto da USP no que diz respeito às regras que definem a eleição de dirigentes de unidades e à substituição e sucessão de reitor e vice-reitor em caso de vacância.

Quanto à eleição de diretores e de chefes de departamentos, as regras foram adaptadas às mudanças adotadas no final de 2013 no sistema eleitoral de reitor e vice-reitor. As candidaturas serão de chapas, com inscrição prévia e exigência de um programa de gestão. Mas, não foi mudado o formato da eleição: os pleitos continuarão indiretos, sem consulta à comunidade, e a composição dos colégios eleitorais foi mantida restrita.

A nova redação do artigo 46, após definir que "O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos por meio de eleição em chapas e com até dois turnos de votação [...] § 2º - Os candidatos a Diretor e Vice-Diretor deverão fazer inscrição prévia de suas candidaturas, em forma de chapa, acompanhada do programa de gestão a ser implementado", estipula: "§ 7º- O colégio eleitoral será composto pelos membros da Congregação e dos Conselhos de Departamento [...] cabendo a cada eleitor apenas um voto".

Professores Doutores, que constituem mais de 50% do corpo docente da USP, continuam proibidos de se candidatar à direção. Quanto aos livre-docentes, o Co manteve o seguinte anacronismo: "§ 4º- As chapas poderão ser compostas por Professores Titulares e Professores Associados 3", todavia, caso não se apresentem pelo menos duas chapas no prazo de dez dias, "§ 5º [...] poderão ser apresentadas candidaturas compostas também por Professores Associados 2 e 1".

No tocante aos departamentos, o artigo 55 reza: "O Conselho do Departamento elegerá, dentre os seus membros, o Chefe e o Vice-Chefe [...] I - a eleição será feita com prévia inscrição de chapas [...] e em até dois turnos de votação, aplicando-se analogicamente os procedimentos previstos no artigo 46, parágrafos 9 e 10".

Mesmo nesse caso, o Co aprovou a eleição de Professores Doutores apenas em caráter excepcional: "II- as chapas poderão ser compostas por Professores Titulares e Professores Associados; III- caso encerrado o termo inicial de registro de chapas sem que haja ao menos duas inscrições, será prorrogado o prazo [...] hipótese em que poderão ser apresentadas candidaturas compostas também por Professores Doutores".

Aprovaram-se novas redações para os artigos 37 e 40, que tratam de substituição dos dois principais cargos da Reitoria. A mais importante é a do artigo 37: "O Vice-Reitor substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso de vacância, mediante nomeação pelo Governador do Estado, devendo-se realizar, nesta última hipótese, eleição exclusiva para a função de Vice-Reitor, nos termos do artigo 40-4".

A reunião do Co de 10/11/15, por sua vez, discutiu e deliberou novas alterações no Estatuto e Regimento da USP, relativas à eleição de dirigentes da universidade. Foram votados e incorporados artigos específicos de um texto básico já aprovado na reunião do Co de 13/10, e que dizem respeito à escolha de: diretor e vice-diretor de unidades (inclusive museus e institutos especializados); chefe e vice-chefe de departamentos; presidentes das comissões estatutárias; representantes das categorias docentes no Co.

Tanto a eleição de diretores e vice-diretores de unidades como a de chefes e vice-chefes de departamento serão realizadas por meio de chapas, com votação em dois turnos, caso necessário. Professores titulares e associados interessados deverão inscrever previamente suas candidaturas, acompanhadas de programas de gestão. Outra condição é que os candidatos se desincompatibilizem de eventuais cargos que vinham exercendo.

Nas eleições de presidentes e vice-presidentes das comissões estatutárias das unidades, os candidatos deverão formar chapas, mas a escolha será de responsabilidade das congregações. Atualmente, a eleição é realizada no âmbito das próprias comissões, entre os membros que as compõem.

A extinção das creches, que não matriculam novas crianças desde 2015, é outra evidência do descaso da Reitoria em relação ao papel socialmente referenciado que uma universidade democrática deveria cumprir.

Seguindo no diagnóstico das limitações da USP no que tange à democratização, apresentamos alguns aspectos do pronunciamento que o presidente da Adusp, professor César Minto, faria no III Seminário do Núcleo dos Direitos "Universidade Responsável: Educação dos Direitos e a construção da Cidadania", agendado para 24/8/15 na Cidade Universitária. É emblemático que o evento em questão tenha sido suspenso pela PRCEU e, posteriormente, após reformatado, a Adusp tenha sido "desconvidada". Vejamos:

a – o modo como a USP tem se esquivado de superar a falta de democracia decorrente da sua estrutura de poder – por exemplo, a manutenção de estrutura fortemente centralizada e hierarquizada, que sequer respeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que se refere à composição de seus órgãos colegiados, privilegiando a participação de docentes, em especial de professores titulares, em detrimento de funcionários técnico-administrativos e estudantes;

b – algo à semelhança pode-se dizer da eleição de reitor ou reitora da USP, que em pleno século XXI continua ***indireta***, sendo que da eleição de dezembro de 2013 participaram apenas pouco mais de 1.800 pessoas, das cerca de 116 mil pessoas que compõem a comunidade da USP. A chapa Zago-Vahan foi eleita com 1.206 votos. A título de comparação, o reitor da UFRJ acaba de eleger-se com 13 mil votos diretos no segundo turno, em sistema de voto universal com ponderação paritária e numa eleição na qual votaram 20 mil pessoas entre professores, funcionários e estudantes;

c – a apologia à implantação de pretensa "meritocracia", que não raro ignora direitos elementares de docentes, funcionários e estudantes, bastando aqui citar dois exemplos: **1º)** o modo como as regras de produtividade impostas a docentes e programas de pós-graduação migraram para a graduação, por meio de restrições à concessão de bolsas de iniciação científica, bolsas Pibic: o que prevalece é a classificação dos docentes nos ranqueamentos da pós-graduação, nada importando a qualidade do projeto do estudante da graduação; **2º)** os critérios meritocráticos aplicados pelas comissões avaliadoras que atuaram no programa de progressão horizontal na carreira, que em diversos casos terminaram por comparar docentes a seus pares;

d – a violação de diversos itens constitutivos dos direitos humanos, como fez, por exemplo, a atual gestão reitoral ao desmantelar creches e hospitais por meio da Resolução 6.987, de 13/11/2014, que instituiu o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), sem estudo prévio sobre eventuais consequências;

e – o desrespeito frequente a direitos previdenciários e trabalhistas, obrigando os servidores a recorrer aos tribunais para garantir direitos básicos: à insalubridade, à estabilidade no emprego, à aposentadoria segundo a legislação constitucional vigente (e não aposentadoria segundo normas internas superadas pelo ordenamento jurídico, como a Resolução 4.224, de 28/11/1995, na gestão Fava);

f – a submissão a interesses particulares, por intermédio da realização de "parcerias" com fundações privadas ditas "de apoio" e outras entidades semelhantes, desvirtuando a função social da universidade, como mostram as graves revelações sobre a Fundação Universidade de São Paulo (FUSP) e sobre a ***indústria de cursos pagos*** existente na USP, em clara violação do Art. 207 da CF/1988 e da Súmula Vinculante 12 do Supremo Tribunal Federal (STF);

g – a ausência de mínimo respeito ético, favorecendo a ocorrência de inúmeras arbitrariedades em procedimentos administrativos como: concursos, definição de critérios para progressão na carreira etc.;

h – a criação de um clima de insegurança, provocada pela ação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), por conta da ameaça de retirar docentes que, além de concursados para trabalhar em RDIDP possuem atividade acadêmica reconhecida pelo departamento/unidade;

i – a renúncia ao exercício de autonomia, sujeitando-se a políticas das agências de fomento, que passam a referenciar de fato as diversas atividades acadêmicas;

j – na mesma linha de raciocínio, é inevitável lembrar que a Reitoria ensaia delegar quase inteiramente à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Polícia Militar a responsabilidade pela segurança da Cidade Universitária, em detrimento da Guarda Universitária e apesar de ser a PM de São Paulo, como até a ONU reconhece, uma das mais violentas polícias do mundo e, sobretudo, ignorando o conteúdo do documento sistematizado pela professora Ana Lúcia Pastore ("Por uma nova política de segurança na Universidade de São Paulo – avaliação da situação atual e propostas", de 26 de janeiro de 2015);

k – aliás, cabe lembrar ainda que, em momentos anteriores, outras administrações autorizaram a invasão de unidades e *campi* por tropas de choque da PM;

l – mais, a criação, pela Procuradoria Geral da USP, de uma Procuradoria Disciplinar, de caráter abertamente repressivo e que forneceu subsídios para a expulsão de vários estudantes por motivos políticos; ainda hoje, neste exato

momento, tramita processo disciplinar contra estudantes que são membros do Conselho Universitário, pela simples razão de haverem realizado protestos e haverem falado em voz alta nas reuniões do colegiado! Lembrando que o Regimento Disciplinar de 1971, copiado da Ditadura Militar, foi utilizado para expulsar estudantes na gestão Rodas e continua em pleno vigor na USP!;

m – os processos contra dirigentes sindicais em pleno exercício de mandato eletivo e até demissão de um deles, Claudionor Brandão, por razões políticas;

n – o descompromisso com o meio ambiente e com a saúde dos trabalhadores e estudantes da USP, como demonstrou, inicialmente, a construção do *campus* da EACH em Área de Proteção Ambiental (APA) e, por outro lado, em glebas altamente contaminadas por substâncias tóxicas e cancerígenas e saturadas de gás metano no subsolo; e, posteriormente, o descaso da Reitoria para com o crime ambiental ali cometido pelo diretor da unidade em 2010 e 2011 (que autorizou depósito de terra contaminada no *campus*);

o – a ocorrência de ações/atividades violentas dirigidas a estudantes ingressantes (por exemplo, na Esalq e na FM) e de abusos sexuais e até estupros na FM, como revelado por CPI realizada recentemente na Alesp, sem providências à altura por parte dos dirigentes das unidades e colegiados competentes;

p – a leniência na adoção de políticas efetivas de acesso e permanência estudantil – que sequer referendam cotas, respeitando a presença de pessoas negras, pardas e indígenas na população local;

q – o descaso no que diz respeito a providenciar, direta ou indiretamente, condições mínimas de infraestrutura nos *campi* tais como transporte (mobilidade humana), iluminação etc.;

r – a não fiscalização efetiva sequer das condições a que estão sendo submetidos os trabalhadores que realizam as atividades terceirizadas nos *campi*;

s – a ocorrência de racismo contra estudantes de origem africana;

t – a persistência de ações racistas, sexistas e de gênero nos vários âmbitos da USP.

Enfim, apesar de a Agência USP de Promoção dos Direitos registrar a existência de 506 iniciativas de promoção de direitos em unidades dos diversos *campi* da USP (acesso 31/7/2015), a relação aqui citada mostra que, *no mínimo*, muito precisa ser feito.

5. HU e HRAC

A diretoria da Adusp reafirma seu entendimento quanto à política de desmonte que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan tem conduzido nos variados segmentos e setores da Universidade, como por exemplo as creches, a escola de Aplicação, o Clube da Universidade (antigo Clube dos Professores) e, sobretudo, no que diz respeito ao Hospital Universitário (HU) e ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, também conhecido como "centrinho" de Bauru).

A Adusp acompanhou atentamente os desdobramentos dessa política, atuando juntamente com o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sintusp em várias ações de resistência e, quando foi o caso, em nível legal com representações junto ao Ministério do Estado de São Paulo e a Promotoria da Saúde Pública.

As principais notícias que mostram o empenho da Adusp no que se refere à manutenção, tanto do HU quanto do HRAC, com condições de funcionamento, podem ser encontradas nos *Informativo Adusp* 399, 400, 401, 403, além de outros documentos disponíveis na página eletrônica da entidade.

Destaque-se, ainda, que em relatório ao Ministério Público, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) responsabilizou o reitor Zago pela grave crise do HU, ressaltando, entre outros dados, os dramáticos riscos e o sofrimento a que pacientes, corpo clínico e funcional estão sendo submetidos.

A diretoria da Adusp contribuiu, também, com a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) na publicação *Cadernos Adunesp* 4, que tratou da autarquização do Hospital das Clínicas de Botucatu, hospital-escola ligado à Unesp transferido para o Estado – sem a publicização de qualquer estudo de impacto – em troca da implantação de uma dezena de cursos de engenharia na referida universidade, também sem que sequer a comunidade acadêmica tenha sido previamente informada de seu "planejamento".

Em 30 de julho de 2015, a diretoria da Adusp publicou artigo sobre o relatório da Comissão de Estudos criada pelo reitor M.A. Zago, no qual se recomenda, por consenso, que o HU permaneça na Universidade. Transcrevemos, a seguir, a referida matéria:

Comissão de estudos criada pelo próprio reitor recomenda, por consenso, "que o HU permaneça vinculado à USP"

Decisão representa derrota para gestão M.A.Zago-V. Agopyan, que vinha tentando desmantelar e desvincular o hospital.

A comissão criada pela Portaria GR 965, de 11/9/2014, "com a incumbência de realizar estudos sobre a proposta de vinculação do Hospital Universitário [HU] à Secretaria Estadual de Saúde, que será analisada no Conselho Universitário [Co], propondo modificações ou estabelecendo as salvaguardas necessárias, em especial no que diz respeito à manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa", encaminhou suas conclusões ao reitor M.A. Zago em 7/7/15. A primeira delas é "que o HU permaneça vinculado à USP", o que representa uma derrota do projeto inicial da Reitoria, de desvincular o hospital e transferir sua gestão para a Secretaria da Saúde. A comissão também defende que sejam garantidas as condições necessárias ao funcionamento do HU, "compatíveis com a qualidade da assistência, a segurança de pacientes e trabalhadores e a excelência do ensino".

A comissão, que resultou de decisão do Co de 2/9/14, é constituída atualmente pelos professores José Octávio Auler, diretor da Faculdade de Medicina (FM), Maria Amelia de Campos Oliveira, diretora da Escola de Enfermagem (EE), Carlos Gilberto Carlotti Júnior, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, chefe do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito (FD), Waldyr Jorge, superintendente do HU; pelo médico Gerson Salvador, representante dos funcionários do HU; e por Ivo Jordão Guterman e Filipe Kiyoshi de Oliveira, representantes dos estudantes da FM e da EE, respectivamente.

Embora o prazo inicial da comissão fosse de apenas 30 dias, "para análise do tema e envio de seu relatório ao Reitor", ele parece ter sido prorrogado sucessivamente. Um das explicações possíveis para a demora foi a encomenda de uma "análise situacional" do HU ao Programa de Altos Estudos em Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde (Proahsa), que encontrou indicadores positivos no hospital.

Governança das unidades

Na reunião ocorrida 7/7/15, a comissão finalizou seus trabalhos ao aprovar, além da cristalina recomendação de manutenção do vínculo do HU à USP, os seguintes pontos:

— "que sua governança continue a ser exercida pelas unidades que lá atuam, como a atual composição do seu Conselho Deliberativo, em igualdade de condições"; "que se mantenham as características do HU como hospital secundário, inserido na rede de atenção da saúde", o que implica continuar atendendo a comunidade da região Oeste, e que "se busque a repactuação do financiamento para o HU com os gestores do SUS [Sistema Único de Saúde]";

— "que lhe seja delegada maior autonomia na gestão de seus recursos, com responsabilização e transparência"; "que se garantam as condições para o seu funcionamento, compatíveis com a qualidade da assistência, a segurança de pacientes e trabalhadores e a excelência do ensino";

— e, por fim, e muito importante para docentes, técnico-administrativos e estudantes, "que se mantenha o atendimento à comunidade uspiana no HU".

Pontos estes lidos pelos professores Auler (presidente da comissão) e Waldyr Jorge para um grupo de funcionários e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), que compareceram à reunião de 7/7 para tomar conhecimento do andamento dos trabalhos.

"Foi importante a comissão, julgada competente pelo reitor, posicionar-se contra a desvinculação", declarou Gerson Salvador, que também é vice-diretor clínico do HU e diretor do Sindicato dos Médicos (Simesp), ao Informativo Adusp. "Os problemas de financiamento podem ser resolvidos sem que o hospital seja desvinculado".

Retrospecto

No dia 14/8/14, a gestão M.A. Zago-V. Agopyan anunciou seus drásticos planos de contenção de despesas, que incluíam a irresponsável desvinculação do HU e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC, ou Centrinho). Já em 26/8, portanto menos de quinze dias após a divulgação pública da proposta, sem qualquer debate prévio na comunidade e até mesmo sem sinalização favorável do governo estadual, a Reitoria submeteu-a à votação no Co, tentando aprová-la "a toque de caixa".

O reitor conseguiu maioria para a desvinculação do HRAC (63 x 27, com 16 abstenções), mas não o quórum qualificado previsto no Estatuto da USP para tal medida (77 votos favoráveis). Mesmo assim, declarou desvinculado o HRAC. Mas teve de recuar quanto ao HU, diante da mobilização de profissionais e residentes do hospital

e da repercussão negativa da proposta. A proposta foi retirada de pauta e voltou a ser discutida na sessão do Co de 2/9/14, que optou pela criação da comissão.

Desde então, paralelamente aos trabalhos da comissão, a comunidade do Butantã e os profissionais de saúde do HU tomaram uma série de iniciativas com a finalidade de denunciar e anular ações da Reitoria danosas ao hospital, como o corte do pagamento dos plantões e a adoção do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que levou à saída, em abril de 2015, de 213 funcionários do HU, entre os quais 18 médicos.

Debates, pressão sobre o governador, passeata no *campus*, representação ao Ministério Público Estadual (MPE-SP) contra a Reitoria, convite ao ex-presidente Fernando H. Cardoso para visitar o hospital foram algumas das atividades realizadas. A pedido do MPE-SP, por exemplo, o Conselho Regional de Medicina (Cremesp) realizou vistoria no HU e elaborou um relatório bastante contundente, mostrando que dezenas de pacientes estão sendo atendidos em macas, nos corredores do hospital, e que populares estão deixando de ser atendidos em razão da sobrecarga do pronto-atendimento.

6. A LUTA NA DATA BASE DE 2015

A campanha de data-base de 2015 teve início com as discussões nas diversas entidades que compõem o Fórum das Seis, visando a elaboração da Pauta Unificada 2015 (disponível em http://www.adusp.org.br/files/database/2015/pauta2015.pdf) que foi entregue ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) em 27/03/2015.

A primeira reunião de negociação, 14/05/2015, ocorreu com ato público do Fórum em frente à sede do Cruesp, por recomposição salarial pelo ICV-Dieese de maio/14 a abril/15, acrescido de 3% de recuperação de perdas históricas. Nesse mesmo dia, Alckmin enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) seu projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, no qual previa o repasse de "no máximo" 9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) para as universidades estaduais paulistas.

Com essa iniciativa, ficou ainda mais evidente a intenção do Executivo de acabar com a autonomia das universidades estaduais, que tanto têm incomodado os governos de teor neoliberal que controlam o Estado de São Paulo há quase duas décadas.

O governo Alckmin sabe que os atuais 9,57% do ICMS-QPE, ainda mais pela forma como são calculados (desconto da Habitação; não inclusão de várias alíneas da receita do ICMS, todas repassadas aos municípios etc.) não bastam para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade nas três das principais universidades públicas do país.

Nos últimos anos, a proposta de LDO do governo deixava de incluir a expressão "no mínimo", obrigando os movimentos a lutar para incluí-la, o que vimos conseguindo.

Até o Cruesp já percebeu a necessidade de ampliação de recursos para as três universidades estaduais paulistas, tendo enviado mensagem ao governo em 2014 reivindicando a passagem dos atuais "no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE" para "no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE". Em particular, deixaríamos de ter o desconto indevido da Habitação e a base de cálculo dos repasses às universidades passaria a ser a mesma que a dos municípios paulistas.

Em 2014, durante e depois da greve de 118 dias, lutamos na Alesp para que o governo repassasse um adicional de 0,7% do ICMS-QPE às universidades estaduais e, para caminhar em direção à reivindicação de 11,6% do ICMS-QPE, fizemos enorme esforço de negociação para modificar o *caput* do artigo 4º da LDO-2015, para "no mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE".

A indisposição de Alckmin ao diálogo e à negociação, acrescido de seu controle da Alesp, inviabilizaram qualquer interlocução, seja na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, seja com a relatora da LDO-2015, deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), seja com o então líder do governo, deputado Barros Munhoz (PSDB). E não foi por falta de apresentarmos ampla justificativa, com farta fundamentação às reivindicações.

Junto à insistência em ser necessário destinar mais recursos para as universidades paulistas, sustentamos também a emergência da ampliação dos recursos à Educação Pública no Estado, passando, na LDO, o percentual constitucional de 30% para 33% do total da receita de impostos. Mais uma vez, encontramos intransigência e descaso para com este serviço público que corresponde a um direito social da população paulista.

Ademais, argumentamos à exaustão junto à situação e à oposição na Alesp, sobre a inadequação de o teto salarial em cada nível de governo no Estado ser o subsídio do chefe do Executivo. O subsídio de governador, além de ser determinado politicamente, não se trata de salário; mais importante ainda, tetos salariais devem ter como referência o desenvolvimento de uma carreira e o exercício de uma profissão. Um colega docente nas federais de São Paulo tem como teto 90,25% do subsídio de um ministro

do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto que nós somos pautados pelo "salário" do governador. Também neste caso defrontamo-nos com idêntica intransigência e indisposição do governo ao diálogo, ignorando mudanças constitucionais ocorridas em pelo menos 17 Estados brasileiros e vigentes na esfera federal, contemplando que o salário no poder executivo, em todos os níveis, passe a ser de 90,25% do subsídio de um ministro do STF.

Cabe registrar que o Cruesp também acabou por incorporar esta reivindicação de mudança do teto salarial no Estado de São Paulo.

Na reunião de negociação realizada em 14/5/15 com o Fórum das Seis, o Cruesp apresentou a seguinte proposta de reajuste salarial: **4% em maio** (a serem pagos em junho) e **3,09% em outubro** (a serem pagos em novembro).

Além disto, o Cruesp comprometeu-se a defender na Alesp, para a próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2016), a sua proposta já apresentada em 2014: aumento do repasse para as universidades da Quota Parte do Estado do ICMS, dos atuais 9,57%, para **"no mínimo 9,907% do total do produto da arrecadação do ICMS"** e a mudança do teto constitucional do Estado para o limite permitido pela Constituição Federal: 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em seguida à reunião com o Cruesp, o Fórum das Seis reuniu-se e aprovou indicativo de greve a partir de 1º/6/2015.

A Assembleia Geral (AG) da Adusp de 20/5/2015 aprovou indicar ao Fórum das Seis que levasse para a 3ª reunião de negociação com o Cruesp, em 25/5/15, a proposta de que fosse concedido como reajuste em maio o ICV do Dieese (8,36%), abrindo mão, neste momento, dos 3% de compensação de perdas anteriores. E isso, sem prejuízo de alternativas que o Fórum das Seis entendesse ser oportuno apresentar – algumas já discutidas nesta mesma AG – para fazer avançar a negociação com os reitores.

A reunião entre Fórum das Seis e Cruesp de 25/5/15 terminou com uma proposta dos reitores altamente insuficiente no que se refere à preservação do poder aquisitivo dos salários e das condições de vida de docentes e técnico-administrativos. Não faltaram ao Fórum das Seis argumentos e disposição de negociação. Inicialmente, conforme instruídos por assembleias de base, abrimos mão dos 3% de reposição de perdas passadas e a nossa contraproposta de abertura foi o índice do ICV-Dieese: 8,35%. Registramos que estávamos debatendo perdas já transcorridas, pois tanto os 8,35% do ICV-Dieese, quanto os 7,21% do IPC-Fipe, correspondiam a estimativas da inflação entre maio/14 e abril/15.

Insistimos que haviam argumentos conceituais importantes para que o Fórum das Seis adotasse o ICV-Dieese e não o IPC-Fipe como parâmetro básico de perdas salariais.

Como a proposta de abertura foi recusada pelos reitores, o Fórum das Seis pediu uma intervalo de 15 minutos; após a reconstituição da mesa e tendo esclarecido que as ideias ali apresentadas seriam submetidas às assembleias de base, o Fórum sugeriu que o Cruesp pagasse os 7,21% do IPC-Fipe na data-base (em maio/15) em uma única parcela. De novo, os reitores foram irredutíveis, dizendo que não havia recursos para isto.

Retrucamos dizendo que a diferença entre pagar os 7,21% em maio/15 ou completá-lo só em outubro/15, ou seja, deixar de fora o período de maio a setembro por certo não agravaria as dificuldades das universidades, mas causaria sensível dano na recuperação, ainda que insuficiente, do poder aquisitivo das categorias.

Dada a indisposição do Cruesp de considerar os argumentos do Fórum, em seguida este apresentou a ideia de conceder um reajuste parcelado, porém em outras bases: "3/4" dos 7,21%, isto é, 5,36%, em maio e os "1/4" restantes, 1,76%, em junho/15; deste modo, os 7,21% seriam incorporados aos salários de junho/15, no lugar de outubro/15.

O Fórum das Seis propôs, então, novo intervalo, para que os reitores refletissem sobre a ideia. Retomada a reunião, o pífio avanço foi o reconhecimento de que há perda salarial na proposta do Cruesp e que, portanto, os reitores estariam dispostos a considerar a sua eventual compensação em setembro/15, dependendo da arrecadação do ICMS.

A AG da Adusp de 28/5/15 avaliou não ser possível avançar mais no índice de reajuste na data-base, dada a intransigência dos reitores na negociação de 25/5. Contudo, ponderou-se que ainda teríamos muitas tarefas a cumprir e, nesse sentido, deliberou: 1. prosseguir na luta pelas emendas à LDO 2016, com vistas ao aumento de investimento do Estado em educação, em especial nas universidades estaduais e no Centro Paulo Souza; 2. lutar para reverter os desmontes do HU e HRAC; 3. responder aos ataques da CERT, para obter a recomposição do corpo de docentes e de funcionários e barrar as perversas modificações na carreira em gestação; 4. lutar para conquistar aumento significativo de investimento na permanência estudantil; 5. lutar para uma real transparência nas contas da universidade e sua democratização estrutural, redobrando a atenção e o exercício da capacidade de embate e luta aos quais tantas vezes tivemos que recorrer.

Cabe registrar que, a partir de 7/10/15, a coordenação do Fórum das Seis, até então sob a responsabilidade da Adusp, passou a ser da Adunesp (Associação dos Docentes da Unesp) e do Sintunesp (Sindicato dos Trabalhadores da Unesp), conjuntamente.

Transcrição da Carta Aberta enviada à comunidade da USP

"Carta Aberta sobre a data-base 2015

Estamos em plena campanha da data-base 2015 das três universidades estaduais e do Centro Paula Souza (Fatecs e Etecs): está marcada para o dia 14/5 a próxima reunião de negociação da pauta conjunta do Fórum das Seis com o Conselho de Reitores (Cruesp). É esse o principal momento para se conquistar avanços em questões essenciais para que se mantenham e se aprimorem as condições de acesso, formação e de trabalho na USP, Unesp, Unicamp e no Centro Paula Souza!

É ocasião para lutarmos pela manutenção e recuperação dos salários e também por tantas outras questões fundamentais para que nossas universidades cumpram com sua devida função social: o aumento de verbas para as universidades, Fatecs e Etecs, para a permanência estudantil e para a educação em geral; a democratização do acesso; e a democratização da estrutura de poder.

É hora de batalharmos pelo respeito à liberdade de organização e manifestação, de enfrentar as injustiças que restringem o acesso da população pobre, dos negros e negras, indígenas e pessoas com deficiência à educação superior. De se tratar dos direitos previdenciários e dos aposentados e do devido atendimento de saúde. É um momento de embate para se fazer respeitar o direito de cada um à diversidade de opiniões e de conduta pessoal, tratando-se de modo digno e igualitário a todos.

Contudo, essa luta tem sido cada vez mais dura para os trabalhadores e trabalhadoras e demais excluídos do modelo político e econômico vigente. Não apenas a oligarquia no poder nega aos setores em luta a devida interlocução, mas a eles responde com tentativas de desqualificação ou violenta repressão policial: basta olhar o que tem ocorrido com professores em greve nos estados de São Paulo e Paraná!

Aqui em São Paulo, a despeito das vitórias conquistadas pela greve de 2014, e de o Cruesp haver assumido a necessidade de aumento do atual repasse de 9,57% da Quota Parte Estadual do ICMS, o governo acaba de anunciar como pretende combater essas propostas: o Diário Oficial de 1/5/15 publicou a proposta de Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para 2016, mudando, na redação do artigo 4º, a previsão de que esse repasse seja de no mínimo 9,57%, como tem sido, para "no máximo 9,57%"! Ou seja: quer agora poder repassar a cada mês qualquer valor, acabando na prática com o que conquistamos em 1989, após a greve de 1988, com o decreto de autonomia!

Lutar contra esse ataque é lutar contra o desmonte de nossas universidades e a preservação de sua autonomia!

Assim, é urgente agregar todos para fortalecer a luta pela pauta conjunta do Fórum das Seis nesta data-base, tanto no embate interno como no enfrentamento com o governo, demonstrando que docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da USP, Unesp e Unicamp possuem a convicção da necessidade e da legitimidade das nossas reivindicações.

Professores da USP reunidos na Assembleia Geral de 7/5/2015

*Todos ao ato unificado do Fórum das Seis, programado para o dia 14/5, dia de negociaçã*o!"

7. MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS (MCTP)

A diretoria da Adusp tem participado regularmente do movimento iniciado por entidades, como por exemplo, Adunicamp, STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp), Sinpaf (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário) – Seção Sindical Campinas e Jaguariúna e Mandato do Vereador Pedro Tourinho (PT Campinas). A ideia central é constituir um movimento nacional em resistência à Lei 13.243/2016, que ficou conhecida por "Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação"; assim, essas entidades resolveram organizar, no primeiro semestre de 2016, um seminário para difundir as ideais do movimento e dialogar com a comunidade científica e a sociedade, em conjunto com a Secretaria Regional São Paulo do ANDES-SN e lançaram, em março de 2016, o manifesto a seguir.

MANIFESTO DO MOVIMENTO PELA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS

A sociedade brasileira tem sido submetida a uma agenda regressiva no plano político e social, que se expressa num conjunto de projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias que atacam direitos constantes da Constituição de 1988. Este é o caso da imposição de agendas privatizantes ao ensino superior e à

pesquisa pública por meio da Lei 13.243/2016, denominada "Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação".

Análise criteriosa da referida lei mostra ter sido urdida com a participação de parte da comunidade científica, sobretudo dos ditos "acadêmicos empreendedores", que somaram forças com empresas privadas na busca de flexibilizar o Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, com o objetivo de se apropriarem de maior parcela dos recursos públicos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A Lei 13.243/16 permite a criação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) como órgãos públicos ou pessoas jurídicas de direito privado "sem fins lucrativos", inclusive sob a forma de Organizações Sociais (OS), bem como a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de direito privado no interior das instituições públicas, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Essas instituições poderão:

i) receber recursos públicos dos entes federados e de fundações ditas "de apoio" para a cobertura de todas as suas despesas;

ii) usufruir de pessoal especializado (pesquisadores etc.) pagos com recursos públicos;

iii) utilizar infraestrutura e recursos públicos em atividades de pesquisa para empresas privadas.

A Lei 13.243/16 implica em mudanças regressivas no Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, dentre as quais destacam-se:

I. aumento da transferência do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para a diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores;

II. docentes e pesquisadores das instituições públicas (estatais) poderão assumir funções de diretores/presidentes de OS que desenvolvam atividades de pesquisa e inovação tecnológica, auferindo rendimentos por atividades realizadas nos setores público e privado. Isso impactará negativamente o trabalho de docência e de pesquisa, principalmente o regime de Dedicação Exclusiva (DE);

III. professores e pesquisadores pagos com recursos públicos poderão atuar em empresas, podendo resultar num aparente crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como "inovação", porém tendo em vista interesses privados;

IV. o Estado poderá até ampliar seus gastos, ao passo que as empresas tenderão a diminuí-los, uma vez que terão acesso a recursos estatais (financeiros e de pessoal);

V. o número de patentes registradas pelas instituições públicas tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. A fonte de recursos para a manutenção dos registros continuará a mesma, os cofres públicos, enquanto a apropriação dos benefícios será privada.

VI. a produção científica e tecnológica pública será direcionada por demandas do mercado, com prejuízos das atividades de C&T em áreas não rentáveis e fundamentalmente nas de ciências básicas e de ciências humanas.

Deve-se salientar, ainda, que a Lei 13.243/16 fere também o princípio constitucional de publicidade, direito de acesso público ao conhecimento gerado pelas Instituições de Ciência e Tecnologia, inclusive prevendo sanções administrativas, civis e penais aos servidores que não aderirem aos acordos firmados nas instituições onde trabalham. Com a implantação dessa Lei, o Estado ficará vulnerável aos interesses particulares, pois os recursos públicos poderão ser apropriados por interesses privados.

As consequências referidas anteriormente nada mais são que a materialização da Reforma do Estado capitaneada por Bresser-Pereira nos anos de 1990, no governo de FHC e levada adiante por sucessivos governos. Segundo essa reforma, a responsabilidade pelos "serviços sociais e científicos" passa a ser das OS, organizações "públicas não-estatais".

Pelo exposto, a Lei 13.243/16 desfecha ataque frontal ao Complexo Público de Ensino Superior e de Pesquisa e representa grave ameaça aos interesses da maioria da sociedade em favor de interesses privados, bem como aponta para a destruição da capacidade nacional de produção de C&T de interesse público.

Faz-se, pois, necessária uma vigorosa mobilização contra esse "Marco Legal de CT&I" e em defesa da produção científica e tecnológica que responda às necessidades e aos problemas vividos pela maioria da sociedade brasileira.

Para fazer frente às ameaças que o referido "Marco" representa, os signatários deste Manifesto convidam os setores organizados da sociedade civil para participarem do ***Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas.***

Signatários:

- ***ANDES-SN*** *– Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*

- ***Fórum das Seis*** *– formado pelas entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps)*
- ***Adunesp*** *– Associação dos Docentes da Unesp*
- ***ADunicamp*** *– Associação dos Docentes da Unicamp*
- ***ADUSP*** *– Associação dos Docentes da USP*
- ***APqC*** *– Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo*
- ***APUFPR*** *– Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná*
- ***Sinpaf*** *– Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Seção Sindical Campinas e Jaguariúna*
- ***Sinteps*** *– Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza*
- ***Sintunesp*** *– Sindicato dos Trabalhadores da Unesp*
- ***Sintusp*** *– Sindicato dos Trabalhadores da USP*
- ***STU*** *– Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp*
- *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*
- ***CSA Brasil*** *– Comunidade que Sustenta a Agricultura*
- ***MUDA*** *– Movimento Urbano de Agroecologia, a Comunidade que Sustenta a Agricultura*
- *Mandato Vereador Paulo Bufalo (PSOL Campinas)*
- *Mandato do Vereador Pedro Tourinho (PT Campinas)*

Campinas/SP, 19 de março de 2016"

8. CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

Na difícil conjuntura política nacional que o país viveu nos últimos meses, a Adusp participou de diversos eventos e se manifestou em diversas ocasiões.

Destacamos a nota publicada em 15/12/2015, copiada a seguir:

"Manifestação da Diretoria da Adusp sobre o processo de impeachment"

As experiências democráticas no Brasil têm sido limitadas a curtos períodos históricos. Na última vez em que a democracia nos foi violentamente arrancada levou junto com ela as vidas de muitos militantes, trabalhadores e estudantes, que tiveram a coragem de lutar contra a ditadura, entre eles estudantes, funcionários e professores da USP.

A deflagração do atual processo de impeachment é oriunda de decisão monocrática do Sr. Eduardo Cunha, que carece de legitimidade política tanto para exercer o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, como para completar seu próprio mandato, estando o processo, por ele desencadeado, eivado de vieses e

interesses de natureza política obscurantista, incluindo a atuação de forças de forte inclinação golpista.

A diretoria da Adusp manifesta-se, nesse grave momento da história brasileira, contra a deflagração desse processo de impeachment, visto que esse mecanismo legal, instituído para retirar de cargos eletivos os políticos que comprovadamente tenham cometido crimes comuns ou de responsabilidade, está, no contexto atual, sujeito a manipulações por grupos de interesse, cujas agendas políticas estão muito distantes das necessidades da maioria da população brasileira.

Assim, o instrumento legal de impeachment, usado hoje de modo indevido, deixa de ser um mecanismo de defesa da democracia para tornar-se um meio de fragilizá-la, colocando em risco o processo de amadurecimento das práticas democráticas no Brasil.

Desde a sua fundação, no difícil período da ditadura, a atuação da Adusp sempre se caracterizou pela defesa da democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e contra a imensa desigualdade social que persiste no país. Coerente com essa trajetória, a diretoria da entidade manifesta sua enérgica discordância em relação à atual política econômica e às políticas federais e estaduais de aprofundamento da privatização do Estado e de cassação de direitos sociais dos trabalhadores.

Diante deste cenário a diretoria da Adusp conclama os docentes a acompanharem atenta e criticamente o desenrolar desse processo no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

15/12/2015
Diretoria da ADUSP"

A Adusp participou também do "Ato contra impeachment" realizado no dia 16/12/2015 no Auditório do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP (FD). Participaram do ato centenas de docentes da USP, da Unicamp e de outras instituições de ensino superior, públicas e privadas. Foi divulgado o manifesto "*Impeachment*, legalidade e democracia", assinado por docentes. Compuseram a mesa Alfredo Bosi (FFLCH), Dalmo Dallari (FD), Ermínia Maricato (FAU), Fábio Konder Comparato (FD), Leda Paulani (FEA), Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV), Luiz Gonzaga Belluzzo (Unicamp), Marcos Nobre (Unicamp), Maria Victoria Benevides (FE), Marilena Chauí (FFLCH), Miguel Nicolelis (Instituto Internacional de Neurociências de Natal),

Paulo Arantes (FFLCH), Roberto Schwarz (Unicamp) e André Singer (FFLCH), que coordenou os trabalhos. Diversos oradores destacaram o fato de se tratar de um ato apartidário e unitário.

A convite da mesa, a professora Heloísa Borsari leu a manifestação da diretoria da Adusp contra o processo de *impeachment*, aprovada em 15/12/2015.

Em outro momento-chave, em março de 2016, a Adusp voltou a se manifestar, por meio da nota a seguir, na qual reafirmou sua defesa intransigente e incansável da democracia:

MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Diante da gravidade da atual situação política a que a sociedade brasileira está sendo submetida, é imperativo alertar para a potencial construção de um estado de exceção: o uso indiscriminado de instrumentos investigativos, que sugere crescente judicialização da política, sob os auspícios do mote "os fins justificam os meios", favorecendo apenas os setores sociais refratários à consolidação de práticas democráticas no país.

O acompanhamento atento dos atuais acontecimentos nos obriga a não tergiversar na defesa intransigente da democracia, do estado democrático de direito, das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores.

Rejeitamos a política econômica vigente no país e as políticas federais e estaduais que aprofundam a privatização do Estado e retiram direitos dos trabalhadores, mas repudiamos também a judicialização da luta política e o recurso a mecanismos de exceção, que só atendem a agendas de grupos de interesse, distantes das necessidades da maioria da população, cuja intolerância e intransigência não raro resultam em tentativas de golpe.

Já estivemos submetidos a situações semelhantes e muito aprendemos com tudo o que nos obrigaram a vivenciar. Não vamos tolerar novas investidas contra a democracia!

São Paulo, 18 de março de 2016

Diretoria da Adusp-S. Sind.

9. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI)

Durante o período coberto por este Relatório, permaneceram como Grupos de Trabalho (GT, abertos à participação dos docentes sindicalizados) e Comissões Internas (CI, compostas pela Diretoria) os derivados seguintes: GT Direitos Humanos, GT Educação, GT Fórum das Seis, GT Sarau, GT Saúde e GT Etnia, Gênero e Classe; CI Aproximação da Base, CI Previdência e CI Jurídico.

Contudo, registre-se que, em um contexto de progressiva sobrecarga de trabalho, agravada nos últimos anos, tem sido cada vez mais restrita a atuação dos GT e CI no trabalho que tem sido encaminhado pela Adusp, conforme tratado nos diferentes itens deste Relatório.

GT – Etnia, Gênero e Classe (GTEGC)

O GT sofreu uma reestruturação em sua composição. Após consulta individual sobre a possibilidade de participação mais efetiva no GT, sua formação ficou assim constituída: Annie S. Hsiou (FFCLRP), Elisabete Franco (EACH), Helder Garmes (FFLCH), Ivã Gurgel (IF), Rosangela Sarteschi (FFLCH).

Atividades desenvolvidas

1. Debate: "*Violências de gênero e raça no âmbito das Universidades*", organizado pelo GT Etnia, Classe e Gênero da Adusp em colaboração com a Secretaria Regional São Paulo do ANDES-SN, ocorrido em 28/8/2015, das 14 às 18 horas, na Faculdade de Saúde Pública da USP, na Av. Dr. Arnaldo, 715, Auditório João Yunes (prédio da biblioteca). Debatedores: Antonio Almeida (Esalq/USP), Heloisa Buarque de Almeida (Rede Quem Cala Consente), Jupiara Castro (Núcleo de Consciência Negra-USP).

2. Participação de Ivã Gurgel na reunião do GT Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS do ANDES-SN, realizada em Salvador/BA, em 6 e 7/11/2015. A atividade contou com cerca de 15 participantes, incluindo representação da Adusp, e sua pauta foi planejada como segue abaixo:

1) Informes;
2) Debate "Formas de enfrentamentos à onda conservadora nos espaços acadêmicos e escolares";

3) Elaboração de materiais informativos didáticos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual: metodologia e calendário;

4) Resoluções congressuais e indicação para o plano de lutas para 2016;

5) O que ocorrer.

A maior parte dos informes consistiu em relatos de casos de assédio e violência moral ocorridos nas várias universidades ali representadas. A recorrência dos casos não apenas mostrou a existência de problemas sérios a serem enfrentados, como deixou clara a importância de um GT próprio a pensar ações de combate aos mesmos. Como informe da Adusp foi relatado a realização do debate "Violência de Gênero e Raça na Âmbito das Universidade", em 28 de agosto de 2015, na Faculdade de Saúde Pública da USP.

Em seguida, realizou-se o debate "Formas de enfrentamentos à onda conservadora nos espaços acadêmicos e escolares", que contou com as professoras Ediane Lopes (Universidade do Estado da Bahia - UNEB) e Meire Reis (rede estadual da Bahia e coletivo Educar na Luta). Suas falas destacaram que a onda conversadora não é nova, traçando um histórico que nos remete a movimentos dos anos 1980. Em suas avaliações, temos hoje uma maior exposição deste debate na mídia, que durante muitos anos ficou apenas implícita. Nas falas também ficou clara uma preocupação em se conceituar uma série de termos presentes hoje, mas nem sempre de modo adequado. Por exemplo: identidade, gênero, raça, destacando-se suas filiações teóricas, como a Teoria Queer.

No dia seguinte o debate foi retomado de forma a se pensar em ações. Após longo debate, o consenso foi dado em torno da proposta de se elaborar uma cartilha de cerca de 16 páginas, contendo: i) uma apresentação, onde fossem destacadas as motivações da mesma; ii) um breve histórico das lutas contra a discriminação; iii) indicações sobre como identificar e combater situações de machismo, racismo e LGBTfobia. No que se refere a este último item, o plano é indicar sempre uma situação "cotidiana" na qual uma dessas agressões ocorre, com vistas a mostrar que o problema é mais presente do que em geral se considera. Por fim, o texto deve finalizar com um glossário de termos.

Este item de pauta foi vencido com a distribuição de trabalhos, com previsão para término de redação do texto em nova reunião a ser realizada em 15/02/16. A cartilha será lançada no Encontro Nacional de Educação (ENE) em junho de 2016.

Na última parte da reunião, resoluções congressuais do ANDES-SN foram analisadas e debateu-se quais delas seriam reiteradas no encontro de fevereiro de 2016.

A Adusp tem divulgado – e continuará a fazê-lo – regularmente em seu no site e no *Informativo Adusp* questões tratadas no âmbito da Rede Não Cala (violência de gênero).

GT – Política Educacional (GTPE)

Nesse período, o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adusp realizou dezessete reuniões regulares de trabalho, além de muitas atividades externas, ou seja, bem mais do que em anteriores períodos recentes. Isso ocorreu porque a construção de uma proposta atualizada de Plano Estadual de Educação (PEE) para o estado de São Paulo (partindo do PEE – *Proposta da Sociedade Paulista,* de outubro de 2003), que fora iniciada em fevereiro de 2014, exigiu muito trabalho dos componentes do GT.

Esse trabalho incluiu a apresentação de um diagnóstico atualizado, a proposição de um plano de financiamento previsto para os dez anos de vigência do plano, um detalhamento de metas e respectivas estratégias e a redação do corpo do correspondente projeto de lei do PEE. Essa tarefa exigiu do GT a participação em sete reuniões e debates com outras entidades da educação envolvidas com a construção do PEE/SP.

A proposta foi protocolada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), como Projeto de Lei 1035/2015, em 24/6/2015, dentro do prazo definido pelo Plano Nacional (PNE) e, assim, antecedeu, em mais de um mês, o PEE oficial do Executivo. O PL do PEE atualizado foi publicado no Diário Oficial - Poder Legislativo, de 27/6/2015, nas páginas 19 a 95. A página 95 registra: "O presente projeto de lei contou com a colaboração de membros das seguintes entidades: Ação Educativa, Associação dos Docentes da USP, Associação dos Docentes da Unesp, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum EJA São Paulo, Instituto Paulo Freire e MOVA-SP."

Várias reuniões de teor político-educacional, na Alesp e em outros foros, fizeram parte dessa tarefa. Finalmente, em outubro de 2015 chegou-se a um documento de consenso, contendo críticas ao PEE oficial do governo e ressaltando aspectos positivos de dois Planos alternativos, também em tramitação na Alesp (anexo 1).

Vale ressaltar, ainda, que houve representação de membros do GTPE em cada uma das seis Audiências Públicas, chamadas pela Alesp sobre o tema PEE, em seis cidades: Sorocaba, Araraquara, Botucatu, Presidente Prudente, Santos e São Paulo.

Com a finalidade de trabalhar amplamente na divulgação de nossa proposta de PEE, o GT elaborou uma publicação intitulada "Um Plano Estadual para uma Educação de Qualidade Social", no final do segundo semestre de 2015. A capa desse folhetim mostra a importante audiência conquistada na Alesp, que precisou ser transferida para o plenário maior da Casa. Esse texto foi enviado aos filiados da Adusp e, em todos os eventos dos quais participam, os membros do GT distribuem exemplares do texto.

Representantes do GTPE participaram, em 2015, de outras audiências públicas sobre o PEE na Alesp e de reuniões de negociação política sobre o encaminhamento do PEE com deputados da oposição ao governo do estado, incluindo também uma reunião com o líder do governo na Alesp, que prometeu colocar em discussão os projetos (3) de PEE, atualmente existentes naquela casa, o que, contudo, ainda não ocorreu.

O GT participou ainda de vários outros eventos: reuniões do GTPE do ANDES; palestras em escolas da educação básica divulgando nossa proposta de PEE; do lançamento do Fórum em Defesa da Educação Pública, ocorrido na Unifesp, entre outros. As reuniões do GTPE do ANDES, que ocorrem em finais de semana e incluem também a elaboração de análises sobre propostas públicas na área da Educação, nesse período resultaram também na produção de um Caderno (nº 26), enfocando entre outros, uma análise crítica da proposta do MEC quanto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Além disso, vários membros participaram de seminários, mesas-redondas, entrevistas e publicaram artigos na imprensa.

Composição atual do GTPE: Carmem Sylvia Vidigal de Moraes (FE), César Augusto Minto (FE), Ivã Gurgel (IF), João Zanetic (IF), Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue (IF), Lisete Regina Gomes Arelaro (FE), Otaviano Helene (IF) e Rubens Barbosa de Camargo (FE).

GT Sarau

A Adusp, em parceria com os grupos Ô De Casa e a CasllêOca, organizou uma homenagem ao poeta, ator, agitador cultural e militante Solano Trindade, no auditório Abrahão de Moraes do Instituto de Física. Realizado em 2/10/2015, o sarau/espetáculo

"Se Tem Gente Com Fome, Dai De Comer!" ocorreu em três atos, que enfatizaram a militância de esquerda, a defesa do povo pobre e negro e o lirismo da poesia de Solano.

O primeiro ato, "Lembranças", enfatizou as memórias de Solano. O objetivo foi realizar um exercício criativo a partir da obra do artista, resgatando as lembranças do cotidiano e da cultura popular do Recife – cidade onde nasceu e concentrou parte de sua militância – e do ano de 1944, período da primeira prisão política de Solano. Foram interpretados poemas como "Memória" e "Canção da Minha Cidade", de sua autoria, mas outros artistas foram lembrados durante a narrativa das recordações do multiartista.

Na sequência, o sarau se encaminhou para a "fase carioca" de Solano, período em que vive no Rio de Janeiro e mergulha na militância política e no movimento negro, na década de 1940. A terceira parte, "Exaltação", focou no enaltecimento do povo negro e no protagonismo de Solano na luta contra o racismo. Seus poemas "Negros", "Conversa" e "Canto" mesclaram-se com canções de Vinícius de Moraes, Tom Jobim e Noel Rosa.

GT Saúde

O GT Saúde encerrou 2014 dando continuidade ao embate contra a tentativa de destruição do Hospital Universitário (HU), pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan - de forma análoga ao que já havia feito com o HRAC-Bauru, eliminando-o da USP de maneira espúria (ver matéria no *Informativo Adusp* 395). A implantação, em 2015, do PIDV - Plano de Incentivo a Demissões Voluntárias, também no HU, trouxe graves decorrências para o Ensino e a Assistência à Saúde, conforme explicita em detalhes o documento enviado ao Superintendente Waldyr Jorge, pelas Diretorias Médica e Clínica do HU, em março/2015 (anexo 2).

Os ataques da Reitoria ao HU já têm consequências visíveis: leitos desativados por falta de profissionais e equipamentos subutilizados, pelos mesmos motivos, impactando de modo importante o Butantã e os profissionais e estudantes da USP, já extremamente mal aquinhoados com serviços públicos de Saúde. Mostrando seu continuado interesse em se desobrigar com relação ao HU, o reitor Zago convocou, no final de novembro de 2015, uma reunião com a Comissão do Hospital para apresentar a notícia, não oficialmente confirmada, de que pretendia "transferir" o HU para a Fundação Faculdade de Medicina. O GT esteve em contato com o Dr. Gerson Salvador, do Sindicato dos Médicos e do HU, para discutir a questão e garantir o apoio da Adusp contra tal intento.

Participamos contra outra frente de ataque, desta vez ao Sistema Único de Saúde - SUS, discutindo e preparando nas Plenárias Municipal e Estadual de São Paulo, documento aos Delegados da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília/DF no início de dezembro de 2015 (anexo 3).

Assistimos o *Seminário Internacional Saúde, Trabalho e Ação Sindical – O trabalho como determinante no processo saúde-doença,* na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, em 18 e 19/6/2015, com a participação de representantes da Argentina e da França, que abordaram os efeitos negativos das condições de trabalho na vida e na saúde do trabalhador para além dos riscos físicos, aqueles psicossociais que são mais difíceis de serem reconhecidos. O pesquisador francês comentou, desculpando-se por estar falando a sindicalistas, que a satisfação no trabalho pode até superar a necessidade salarial.

O GT participou, em Curitiba/PR, de 19 a 21/11/15, da I Oficina sobre adoecimento docente, auxiliando no aperfeiçoamento de uma versão do questionário de avaliação da Saúde dos Docentes a ser enviado às S. Sind. para ser preenchido pelos respectivos professores.

Formação atual do GT Saúde: Lighia Matsushigue (IF), Márcia Car (EE), Marie Claire Sekkel (IP), Raquel Casarotto (FM) e Valéria de Marco (FFLCH)

Grupos de Trabalho mistos: Fórum das Seis e CRUESP

Como um dos resultados das negociações da campanha de data-base 2014, foram criados Grupos de Trabalho (GT) contendo membros das entidades que compõem o Fórum das Seis e membros da administração das três universidades estaduais paulistas, com o objetivo de continuar a discussão sobre temas específicos sempre presentes nas pautas unificadas, mas nunca efetivamente discutidos, que desse modo poderiam ser tratados de maneira mais adequada.

As primeiras reuniões ocorreram entre o final de 2015 e o início de 2016 e tiveram como objetivo preliminar estabelecer pautas e cronogramas de atividades. Estamos aguardando que sejam marcadas novas reuniões.

Os GT criados foram: GT SPPrev/SPPrevCom/Aposentadoria; GT Permanência Estudantil; e GT Isonomia.

A seguir, as datas das reuniões com a indicação dos nomes de docentes que representaram a Adusp nos referidos GT:

GT	reuniões	Representantes Adusp
GT SPPrev/SPPrevCom/ Aposentadoria	15/12/15	Otaviano Helene (IF)
	23/12/15	Marco Brinati (EP)
GT Permanência Estudantil	28/01/16	Elisabetta Santoro (FFLCH) e Ivã Gurgel (IF)
	08/03/16	Ivã Gurgel (IF)
GT Isonomia	09/03/16	Elisabetta Santoro (FFLCH) e Marco Brinati (EP)

10. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN

Representação da ADUSP em atividades do ANDES-SN			
Data	**Local**	**Evento**	**Representante(s)**
2 a 3/5/15	Brasília-DF	7º CONAD Extraordinário	Everaldo Andrade (FFLCH), Kimi Tomizaki (FE), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
29 a 30/5/15	Florianópolis-SC	IV Seminário sobre Estado e Educação	César Minto (FE), Lighia Matsushigue (IF)
13 a 16/8/15	Vitória-ES	60º CONAD	Lighia Matsushigue (IF)
4 a 6/9/15	Brasília-DF	Reunião do GTPE do Andes-SN	Lighia Matsushigue (IF)
25/9/15	Campinas-SP	Seminário Nacional do Setor das IEES e IMES sobre Federalização e Financiamento	César Minto (FE), Elisabetta Santoro (FFLCH), Francisco Miraglia (IME), Lighia Matsushigue (IF), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
25 a 27/9/15	Campinas-SP	XII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES	César Minto (FE, Elisabetta Santoro (FFLCH), Francisco Miraglia (IME), Lighia Matsushigue (IF), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
6 a 7/11/15	Salvador-BA	Reunião do GTPCEGDS	Ivã Gurgel (IF)
19 a 21/11/15	Curitiba-PR	I Oficina inter-regionaç da pesquisa sobre saúde e adoecimento do ANDES-SN	Lighia Matsushigue (IF)
27 a 29/11/15	Diamantina-MG	Encontro Inter-regional	Adriana Tufaile (EACH), Lighia Matsushigue (IF)
25 a 30/1/16	Curitiba-PR	35º Congresso	Annie Hsiou (FFCLRP), César Minto (FE), César Freitas (FOB), Everaldo Andrade (FFLCH), Lighia Matsushigue (IF), Lilian Gregory (FMVZ), Manoel Fernandes (FFLCH), Maria de Fátima Simões (FE), Sérgio Paulo Souto (FZEA)
4 a 6/3/16	Brasília-DF	Reunião do GTPE do Andes - SN	Lighia Matsushigue (IF)
18 a 20/3/16	Mariana-MG	Reunião do GTPAUA	Lilian Gregory (FMVZ)
19 e 20/3/16	Campinas-SP	Reunião do GTC&T	Adriana Tufaile (EACH), César Minto (FE)

Observação: merece destaque especial, pelo ineditismo da iniciativa, apesar de todas as dificuldades encontradas, enfrentadas e superadas pelos diretores das Regionais – Leste (Espírito Santo e Minas Gerais), Nordeste 3 (Alagoas, Bahia e Sergipe), Planalto (Brasília, Goiás e Tocantins) e São Paulo – do ANDES-SN, e pela importância política de sua realização:

Encontro Interregional do ANDES-SN, que teve como tema "Os desafios da organização sindical na atual conjuntura", e ocorreu em Diamantina/MG, de 27 a 29 de novembro de 2015. Como já destacado na tabela anterior, dele participaram as colegas Adriana Tufaile (EACH, diretoria da Adusp) e Lighia Matsushigue (IF). O colega César Minto também participou, mas na condição de primeiro vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN (ver Circular nº 007/2016 do Sindicato Nacional).

Setor das Estaduais e Municipais (IEES/IMES) do ANDES-SN

Participa das reuniões e dos encontros das IEES/IMES organizados e coordenados pelo ANDES-SN um grupo de docentes ligados à Adusp formado por Andrés Vercik (FZEA), Elisabetta Santoro (FFLCH), Lighia Matsushigue (IF) e Rosangela Sarteschi (FFLCH). César Minto (FEUSP), presidente da entidade e também vice-presidente da Regional São Paulo do Andes, participa da coordenação nacional desse setor.

Em 25 de setembro de 2015, foi realizado em Campinas/SP, na sede da Adunicamp, um Seminário Nacional sobre Financiamento das IESS/IMES, antecedendo o XIII Encontro das IEES/IMES, ocorrido de 25 a 27 no mesmo local.

O professor César Minto, com os demais coordenadores do Setor, elaboraram o Relatório do XIII Encontro das IEES/IMES, citado anteriormente, que teve como tema: "Expansão, multicampia e precarização" (ver Circular nº 225/2015 do ANDES-SN).

11. ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E O CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

As eleições para renovação da Diretoria e parte do Conselho de Representantes (CR) da Adusp foram realizadas de 26 a 28/5/2015, conforme edital de 13/04/2015, publicado no *Informativo Adusp* 398, de 22/04/2015. Nas reuniões do CR de 16/3/15 e 28/4/15, definiu-se a Comissão Eleitoral da ADUSP, que ficou assim constituída: Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima (FM), Francisco Miraglia Neto (IME) e Lilian Gregory (FMVZ).

Composição da diretoria eleita: presidente: César Augusto Minto (FE); 1ª vice-presidente: Kimi Tomizaki (FE); 2ª Vice-Presidente: Elisabetta Santoro (FFLCH); 1ª Secretária: Rosangela Sarteschi (FFLCH); 2ª Secretária: Heloisa Borsari (IME); 1ª Tesoureira: Adriana Tufaile (EACH); 2º Tesoureiro: Ivã Gurgel (IF); Diretor de Bauru: César Freitas (FOB); Diretor de Piracicaba: José Garcia (ESALQ); Diretor de Pirassununga: Sérgio Souto (FZEA); Diretora de Ribeirão Preto: Annie Hsiou (FFCLRP); Diretor de São Carlos: Ozíride Manzoli Neto (ICMC).

Foram eleitos 27 candidatos ao CR: Valéria Flora Hadel e Cláudio Gonçalves Tiago (Cebimar); Márcio Moretto Ribeiro e Elizabete Franco Cruz (EACH); Jean Pierre Chauvin (ECA); Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza e Luiz Jorge Pedrão (EERP); Marcos Sorrentino e Demóstenes Ferreira da Silva Filho (ESALQ); Cynthia Soares Carneiro e Caio Gracco Pinheiro Dias (FDRP); Ana Luiza Jesus da Costa e Fabiana Augusta Alves Jardim (FE); Patrícia Ferreira Monticelli e Teise de Oliveira Guaranha Garcia (FFCLRP); Robert Sean Purdy e Adrián Pablo Fanjul (FFLCH); José Eduardo Pompeu e Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima (FM); Eliel Soares Orenha e Sebastião Luiz Aguiar Greghi (FOB); César Gonçalves de Lima e Andrés Vercik (FZEA); Paulo Inácio de Knegt López de Prado (IB); Tibor Raboczkay (IQ); Douglas Wagner Franco (IQSC).

12. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

No período considerado, o CR da Adusp realizou reuniões em 2015 (28/04, 18/06, 31/08, 06/10, 09/11) e em 2016 (16/03, 18/04). A atuação dos representantes foi responsável pelo acompanhamento e discussão da orientação política que permeia as ações da Diretoria, em especial nas atividades e eventos relacionados com a democratização da universidade e aprovação de despesas na qualidade de Conselho Fiscal da entidade. Permanece como preocupação constante, tanto da Diretoria como do atual CR, ampliar o número de unidades que contam com esta representação, sem a qual o trabalho da entidade junto aos docentes fica, no mínimo, bem mais limitado.

13. COMUNICAÇÃO

Entre 22/4/2015 e 21/4/2016 foram publicadas 20 edições do *Informativo Adusp* (398 a 417). Foram duas edições a mais em comparação ao período abril de 2014 a março de 2015. Demos continuidade à prática de, sempre que necessário, publicarmos matérias no site, sem esperar a publicação do jornal impresso.

Foram realizados 34 *clippings*.

No período foi lançada a edição 58 da *Revista Adusp* (dezembro de 2015), cuja matéria de capa, intitulada "As Veias Abertas da Faculdade de Medicina", obteve grande repercussão. A reunião da Comissão Editorial realizada em 2/3/2016 aprovou a produção de três edições temáticas da *Revista Adusp* ao longo do ano: sobre produtivismo acadêmico; sobre USP e Ditadura Militar; sobre fundações privadas e cursos pagos. No momento encontra-se em produção a edição regular 59.

Ademais, sob a responsabilidade da Diretoria da Adusp gestão 2013-2015 foi disponibilizada em abril/15 a publicação "Aritmética, Política e Universidade", cuja tiragem foi de 6.000 exemplares, para ser distribuída a todos os associados e às demais entidades do Fórum das Seis e outras Seções Sindicais que a solicitassem.

No período, as matérias mais procuradas no portal foram:

- Data-base 2015: arrocho é inaceitável! (6/5/15), 2.212 acessos
- Carta Aberta sobre a data-base 2015 (7/5/15), 3.427
- Alckmin ataca novamente as universidades estaduais (8/5/15), 6.463
- Assembleia aprova propostas de reajuste para a reunião de 25/5 com o Cruesp (25/5/15), 2.459
- Mais mobilização contra a vetusta intransigência do Cruesp e a "austeridade" do governo Alckmin (28/5/15), 4.426
- Prisão ilegal de Gabriel Scarcelli (10/8/15), 3.364

14. INFORMÁTICA

Infraestrutura

Manutenção periódica e substituição de componentes quebrados na base instalada de 17 computadores (12 estações de trabalho, 2 notebook e 3 servidores) e 7 impressoras. Atualizações semanais dos sistemas instalados em cada servidor e estação.

Publicações

Edição de arte, diagramação, produção gráfica, orçamentos das seguintes publicações:
***Informativo Adusp* – Edições 399 a 416 (quinzenalmente).**
***Revista Adusp* – Edição 58.**
Organizador Mensal 2016 – Criação, produção gráfica, tomada de preços.
Material de apoio às Eleições Adusp 2015 (cartaz, edital etc.).
Outros materiais – Folders, filipetas, murais, cartazes, malas-diretas.

Internet

Atualização e manutenção do site e da intranet da Adusp.
Transmissão dos boletins eletrônicos.
Sistema de clipping.

Processamento de dados

Processamento das informações referentes ao pagamento da Ação do Gatilho de beneficiários não encontrados nos anos de 2014 a 2015.
Manutenção das bases de docentes, com incorporação mensal dos relatórios da Reitoria e posterior cruzamento para sua atualização. Geração de relatórios mensais de filiação e desfiliação.
Manutenção das bases de tesouraria, folha de pagamento, etiquetas, listas de e-mails de massa (sócios, não-sócios, Co, clipping, Aduspnet).

Suporte ao usuário Adusp
Atendimento a todos os usuários dos computadores da Adusp (funcionários, diretores e visitantes).

Atendimento a docentes
Atendimento a demandas de associados e entidades para criação e produção de materiais impressos (cartazes, folders, cartões).

15. JURÍDICO

Neste período, as advogadas, Lara Lorena Ferreira e Christiane Alves, desenvolveram as atividades relacionadas a seguir:

- **Análise dos aspectos jurídicos relativos à matéria publicada no sítio virtual da entidade, em 28.04.2016, acerca da resposta prestada pela Superintendência de Saúde (SAU) mediante o ofício nº 15/2015 em face do ofício 041/2014 da Adusp.**

- Elaboração de minuta de representação ao MP-SP referente ao desmantelamento do sistema de saúde da USP. Representação que foi carreada aos autos do Inquérito Civil 537/14 que já se encontrava instaurado e acompanhamento dos desdobramentos.

- Participação das advogadas Lara Lorena Ferreira e Christiane Alves na reunião do coletivo jurídico do Andes, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 9, 10 e 11 de abril. A AJN não encaminhou relatório sobre o Encontro.

- Elaboração de ofício para requerimento de esclarecimentos à USP quanto a aplicação da decisão liminar proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Ministério Público no Tribunal de Justiça de São Paulo, que tramita sob o nº 2165511-31.2014.8.26.0000, para postergar a data de aplicação da lei que instituiu a previdência complementar no Estado (Lei nº 14.653/2011) aos ingressantes no serviço público, de 21.01.2013, data de aprovação dos planos de benefícios previdenciários complementares, para 02.10.2013, data de início da efetiva oferta do planos de benefícios. Of. Adusp nº 02/2015. Elaboração de nota publicada no Informativo nº 396 sobre o tema. Respondido o ofício em questão pela Reitoria (Of. GR nº 88/2015), esta Assessoria elaborou nova nota para o Informativo da ADUSP, ainda pendente de publicação.

- Ajuizamento e acompanhamento de ação que tramita sob o nº 1004182-57.2015.8.26.0011 na 5ª Vara Cível do Foro de Pinheiros, referente à cobrança indevida de serviços telefônicos que não foram prestados pela empresa Telefônica Brasil S/A. Ganhamos em 2ª instância. A Telefônica recorreu e teve o seu recurso indeferido.

- Análise do contrato da estagiária junto à assessoria de imprensa da Adusp a respeito do direito ao gozo de férias.

- Elaboração de parecer a respeito das regras da Universidade referentes à CERT, Em avaliação pela diretoria diante das novas propostas e iniciativas da reitoria frente ao tema.

- Elaboração de ofício remetido à Reitoria (Ofício Adusp nº 012/2015) para requerer cópia do parecer da comissão processante no processo administrativo disciplinar para apuração da conduta do professor José Jorge Boueri no episódio da transposição de terras contaminadas na EACH que importou em impacto ambiental. A este pedido, a Reitoria respondeu mediante o Ofício GR 227/2015. Esclarecimento legais referentes ao repasse de parcela do produto do ICMS pelos Estados aos municípios. Aclarado que a Constituição Federal prevê em seu artigo 158, inciso IV que pertencem aos

municípios 25% do produto da arrecadação do produto do Estado relativo ao ICMS, enquanto que a Constituição paulista fixa idêntico comando em seu artigo 167, inciso II, por sua vez, dispondo a Lei complementar federal 63/1990 em seu artigo 1º, *caput* e parágrafo primeiro que as parcelas relativas ao ICMS dirigidas aos municípios "***(...) compreendem os juros, a multa moratória e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos (...)***" deste imposto.

- Elaboração de minuta de ofício em resposta à solicitação proveniente do Ministério Público de São Paulo (Ofício GEDUC nº 1739/2015), referente ao inquérito civil nº 205/2013, posicionando quanto à medida judicial relacionada às deliberações e procedimentos da reunião do Conselho Universitário de 01.10.2013. Resultou no conteúdo do ofício Adusp nº 014/2015.

- Análise do contrato de locação de módulo para depósito firmado entre a Adusp e a empresa Inbox Guarda Tudo.

- Ajuizamento da ação para reconhecimento do direito do Professor Ciro Teixeira Correia à progressão horizontal na carreira em face das ilegalidades perpetradas pela USP ao longo daquele processo administrativo, demanda que tramita na 14ª Vara da Fazenda Pública do TJ-SP sob o nº 1026409-12.2015.8.26.0053. Acompanhamento da ação e colaboração nas sucessivas matérias a esse respeito publicadas no *Informativo Adusp*.

- Elaboração de requerimentos, bem como realização de diligências, a fim de adequar às exigências formais os documentos a serem registrados junto ao 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos relativos à eleição da diretoria da Adusp da gestão 2015-2017.

- Análise quanto aos aspectos jurídicos trazidos na matéria conseguintemente publicada no *Informativo Adusp* 403 relativa à penalidade de 120 dias de suspensão aplicada ao Prof. José Jorge Boueri por ocasião do processo administrativo disciplinar que visou apurar as ilegalidades por ele cometidas quanto ao episódio de transposição de terras contaminadas na EACH.

- Análise da minuta de projeto de lei complementar de autoria do Governador Geraldo Alckmin relativa à extinção da licença-prêmio, projeto de lei que não se confirmou o trâmite na Alesp.

- Elaboração de termo de ciência à professora da USP que não integra a carreira docente, ainda que filiada à Adusp, no que atine às especificidades de tal circunstância quando da sua filiação à Adusp para fins de ingresso na ação da URV.

- Elaboração de texto a nortear a Assembleia da Adusp na aprovação de moção, que veio a ser publicada no sítio virtual da entidade em 07.08.2015, declarando seu propósito de acompanhamento do deslinde da ação penal, de respectivo inquérito penal marcado de ilegalidades, em desfavor de Gabriel Scarelli. A entidade veio a publicar sucessivas matérias a respeito do caso, identificadas nos seus *Informativo Adusp* 403, 404, 405, 407, 409, 411, 412 e 510, ademais aquelas publicadas exclusivamente em seu sítio eletrônico. Análise também quanto aos aspectos jurídicos de nota a ser remetida ao Ministro do STJ então relator do caso do trabalhador Gabriel Scarcelli.

- Análise jurídica do convênio da USP quanto aos serviços de segurança, projeto "Universidade Segura".

- Elaboração de contrarrazões ao recurso oposto pelo advogado Leonardo Mazzini B. de Oliveira nos autos do processo ético disciplinar de nº 6189/2013, que tramita na OAB/RJ, que tem por objeto a apuração de infração ética relativa a captação ilícita de clientela em razão da manutenção de sítio virtual supostamente informativo dirigido aos professores universitários, ainda não transitado em julgado.

- Participação da advogada Christiane Alves no III Congresso Iberoamericano Sobre Acoso Laboral y Institucional & IV Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho ocorrido em Florianópolis entre os dias 08 a 11 de outubro. O evento em questão, que contou com a participação de diversos atores sociais, entre representantes de sindicatos, autoridades públicas, advogados, psicólogos, bem como demais interessados no assunto, do Brasil e de outros países da América Latina, visou à exploração sob perspectiva multidisciplinar do tema assédio moral no trabalho em variados perfis institucionais, tendo como um de seus focos a Administração Pública.

- Esclarecimentos a respeito do benefício vale-refeição pago aos trabalhadores da Adusp, no sentido de que deva ser estendido aos funcionários que trabalham nas Sub-sedes do interior.

- Análise dos aspectos jurídicos da minuta de matéria ao Informativo da Adusp referente ao teto remuneratório e a atuação da entidade no sentido da alteração dos seus parâmetros legais. Publicada no *Informativo Adusp* 412.

- Esclarecimentos referente a carta anônima enviada tratando de ilegalidades envolvendo o professor Osvaldo Shigueru Nakao. Elaboração de duas minutas de ofício solicitando esclarecimentos à USP, caso a diretoria da Adusp assim entendesse proceder.

- Esclarecimentos e registro para acompanhamento de ação judicial na qual servidor estadual sob regime de trabalho celetista teve acolhido, em primeira instância, pedido de vinculação ao regime próprio de previdência social. Manifestação de entendimento quanto à fragilidade jurídica dessa decisão e informação de que não prosperou em segunda instância.

- Elaboração de ofício à Reitoria a fim de que esclarecesse a respeito dos protocolos de acesso aos *campi* da USP. Ofício Adusp nº 01/2016.

- Elaboração de resposta à solicitação do MP-SP nos autos de IC 301/2015 (Ofício 0695/2016) referente à apuração de desvirtuamento das finalidades previstas na Resolução USP 3533/89, relativa aos regimes de trabalho docente na USP. Ofício Adusp nº 02/2016.

- Elaboração de nota para atualização de informações no site da Adusp relativa aos andamentos recentes da ação ajuizada pela entidade em face da USP para fins de pagamento das diferenças decorrentes da incorreta conversão da URV à época, com a sua incorporação aos vencimentos/proventos e pagamento dos retroativos. Nota disponível em: http://adusp.org.br/index.php/acoes-ativas/363-urv/2464-tramite-da-acao-da-urv-e-da-solicitacao-de-execucao-provisoria.

- Verificação dos aspectos jurídicos relativos à minuta de sessão da matéria que veio a ser publicada no *Informativo Adusp* 414, na qual a entidade posiciona-se perante a manifestação do promotor do MP-SP Silvio Antonio Marques, em ataque à Adusp e sua advogada, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo sindicato em face do Prof. José Jorge Boueri por atos de improbidade cometidos na transposição ilegal de terras contaminadas, implicando em impacto ambiental, no *campus* da EACH. Processo nº 1011123-62.2013.8.26.0053.

- Acompanhamento do processo administrativo de afastamento para exercício de mandato sindical junto à Adusp dos professores César Minto e Adriana Tufaile. Já devidamente publicados no DOE, respectivamente nas datas 18/9/2015 e 6/4/2016.

- Sustentação oral da advogada Lara Lorena no julgamento da ação dos cursos pagos no TJ-SP. A respeito desta ação foram publicadas matérias nos *Informativo Adusp*

397 e 415. Proposta de nota para o Informativo a respeito do julgamento dos cursos pagos e, posteriormente, também do julgamento dos embargos de declaração da USP.

- Elaboração de nota sobre as implicações jurídicas – publicada no *Informativo Adusp* 414 – a respeito do provimento pelo Órgão Especial do TJ-SP do agravo regimental interposto pela Adunesp face à decisão que suspendeu a liminar que determinara o afastamento da vice-reitora da Unesp, aposentada compulsoriamente.

- Considerações a respeito da (in)constitucionalidade da Lei estadual 16.006/2015, que destina 2% do produto obtido de recolhimento de ICMS ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

- Esclarecimentos quanto ao conteúdo da defesa administrativa que tem sido providenciada pela Universidade em processos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado a respeito da legalidade das aposentadorias que são pagas em valores que superam o teto constitucional.

- Esclarecimentos preliminares e pontuais a respeito do Projeto de Lei 257/2016, de autoria do Poder Executivo, de atual tramitação, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.

- Atendimento no plantão jurídico às quartas-feiras na sede da Adusp, com os desdobramentos de praxe: elaboração de requerimentos, ofícios e recursos administrativos, conforme constam no Relatório de Atendimentos - Plantão Jurídico da Sede, conforme tabela a seguir.

Relatório de Atendimentos Plantão Jurídico da Sede – abril/2015 a março/2016				
Mês	Categoria			Subtotal Mês
	Pessoal	Previdenciário	Trabalhista	
abril/15	1	5	5	11
maio/15	0	2	4	6
junho/15	1	2	8	11
julho/15	0	2	10	10
agosto/15	4	1	4	8
setembro/15	0	4	9	12
outubro/15	3	2	8	12
novembro/15	2	3	3	7
dezembro/15	3	4	1	8
janeiro/16	0	1	4	5
fevereiro/16	2	1	3	6
março/16	3	4	4	10
Subtotal por categoria	**19**	**31**	**63**	**Total: 113**

16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE BAURU

Haviam 14 docentes filiados à Adusp na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), antes da gestão do professor César Antunes de Freitas, iniciada em julho de 2011, como representante da FOB no Conselho de Representantes (CR) da Adusp, sendo seu suplente o professor Arsenio Sales Peres. Este número foi ampliado para 33, até 2013, mas 4 filiados faleceram (por óbvio, a filiação cessa com o falecimento). O número de filiados à Adusp era de 34, em março de 2015, mas em março de 2016 subiu para 46.

Em maio de 2013, o representante e suplente em término de mandato coordenaram as eleições do novo representante da FOB (membro do CR), com mandato bienal, a partir de julho de 2013, tendo sido eleito o professor Marco Antonio Húngaro Duarte e como seu suplente continuou o professor Arsênio; a gestão destes dois encerrou-se em junho de 2015, sendo eleitos representantes os professores Eliel Soares Orenha (titular) e Sebastião Luiz Aguiar Greghi (suplente), cujos mandatos encerram em junho de 2017.

Em junho de 2013, foi iniciada a confecção dos panfletos digitais nomeados "AduspBauru esclarece ..."; até agosto de 2013 já haviam sido divulgados os 3 primeiros números. No ano de 2014 houve edição de apenas do panfleto de número 4; no ano de 2015 foram divulgados os panfletos de números 5, 6, 7 e 8.

Em julho de 2013, o professor César Freitas foi eleito o primeiro diretor da então constituída Regional Adusp-Bauru, cujo mandato encerrou-se em junho de 2015, quando foi reeleito para um segundo mandato, com término em junho de 2017.

Atividades da Diretoria local, de abril/15 a março/16

No decorrer deste período, foram infrutíferas todas as tentativas de serem realizadas Assembleias na Regional de Bauru.

O Diretor da Adusp Regional Bauru continuou colaborando com os representantes locais do Sintusp, sempre presente em todas suas mobilizações e atividades. Além disso, procurou sempre informar a diretoria da Adusp sobre o andamento dos acontecimentos importantes no *campus* de Bauru da USP, envolvendo a FOB e o HRAC.

Em 08/06/2015, foi distribuído o panfleto digital "AduspBauru esclarece ...", **no. 005**, com o título "Um pouco de História da Odontologia em Bauru ...", que consistiu numa homenagem a um dos professores da FOB, o qual é filiado à Adusp [anexo 4].

Em 8/6/2015, o diretor da Adusp entrou em contato (via Internet) com várias entidades, na pessoa de seus respectivos diretores e/ou representantes, atentando para a importância de participarem do movimento que se desenvolvia na Alesp, no qual lutava-se por mais verbas para a Educação pública no Estado, incluindo USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza. Também foi chamada a atenção para a luta pela reincorporação do "Centrinho" à USP.

Destas entidades, podem ser citadas a Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas (APCD) - Regional Bauru; a Associação Paulista de Medicina (APM) - Regional Bauru, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seccional Bauru, a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru (ASSENAG), o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paul (APEOESP) - Regional Bauru, o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) – Regional Bauru, o Sindicato dos Trabalhadores da UNESP (SINTUNESP) – Regional Bauru, o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo – CROSP; o Conselho Regional de Medicina de São Paulo – CRMSP, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREM, o Conselho Regional de Psicologia 6ª Região, o Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª. Região São Paulo, o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, Cress SP, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) – Delegacia de Bauru, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), o "Jornal da Cidade" – Bauru, o jornal Bom dia – Bauru, o jornal Folha do Estado de São Paulo, o jornal O Estado de São Paulo, a revista Atenção – Bauru, a TV TEM – Bauru, a TV Cultura – Bauru, a TV Bandeirantes – Bauru, a TV Prevê – Bauru, a TV USP Bauru, a TV UNESP Bauru, a TV USC – Bauru, a TV FIB – Bauru, a Rádio UNESP – Bauru, a Rádio Universitária Sagrado Coração de Jesus – Rádio Veritas FM 102,7, a Rádio Auri Verde – Bauru, a Rádio 96 FM (Grupo Cidade) – Bauru, a Rádio e TV Record – Bauru. Adicionalmente, foram feitos contatos via Internet com Rodrigo Agostinho – Prefeito Municipal de Bauru, José Fernando Casquel Monti – Secretário Municipal de Saúde de Bauru, Marcos Pontes – bauruense, primeiro astronauta brasileiro, candidato a Deputado Federal, Pedro Tobias – Deputado Estadual, Ricardo Izar – Deputado Federal, Milton Monti – Deputado Federal e Regina Amantini – Profa. Dra., Superintendente do HRAC, dentre outros.

Em 19/6/2015, foi distribuído o panfleto digital "AduspBauru esclarece ...", **no. 006**, com o título "Mais verbas para a USP, via ALESP ...", o qual consistiu numa conclamação para que os Professores da FOB comparecessem à ALESP [anexo 5].

Em 10/9/2015, foi distribuído o panfleto digital "AduspBauru esclarece ...", **no. 007**, com o título "Carreira Docente na USP", no qual foi reforçada a necessidade de que fossem realizadas Plenárias na FOB, sob o referido tema; também foi nele divulgada a realização do debate "A carreira docente em xeque", que viria a acontecer em 12/9/2015, na Cidade Universitária, em São Paulo [anexo 6].

Em 08/12/2015, foi distribuído o panfleto digital "AduspBauru esclarece ...", **no. 008**, com o título "Congresso derruba veto à "PEC da Bengala" em 1º/12", no qual foi chamada a atenção principalmente dos Professores em vias de se aposentarem [anexo 7].

De 25 a 30/01/2016, o diretor da Adusp Regional Bauru participou, como um dos Delegados da Adusp, do Congresso do ANDES, em Curitiba-PR.

O diretor da Adusp Regional Bauru manteve, durante este período, contatos com os vereadores da cidade, para que eles continuem apoiando a representação, via Promotoria Pública, que a Adusp agora faz no Foro da Cidade de São Paulo, buscando mostrar que foi ilegítima a Sessão do Conselho Universitário da USP, na qual o Centrinho foi desvinculado da USP. Assim é que representantes da Câmara de Bauru têm reiterado que continuam à disposição, para que a Adusp possa nela novamente manifestar-se, tanto na Tribuna Popular, como na forma de Audiência Pública.

Mais recentemente, em fevereiro de 2016, a Adusp lançou a publicação "Um Plano Estadual para uma Educação de Qualidade Social". A Diretoria da Regional Bauru distribuiu, localmente, cerca de 300 (trezentos) destes exemplares impressos. Foram entregues, em mãos, ao Prefeito, aos 17 (dezessete) vereadores, à Diretora da Regional da Apeoesp, à Diretora da Graduação da ETEC local, ao escritório local da Adunesp, a diversos Clubes de Serviços e Sindicatos outros, assim como a várias professoras aposentadas (da educação básica), dentre outras pessoas ligadas ao Ensino. Também foi enviada a referida publicação (em arquivo pdf), via Internet, a entidades e/ou pessoas já referidas. A todas elas, foi solicitado que procurassem efetuar mobilizações nas suas respectivas áreas, enviando moções para a Alesp, onde se encontra em curso o processo de tramitação do Plano Estadual de Educação, sendo que a referida publicação é *uma* das três propostas em disputa na Casa Legislativa.

Como sempre tem acontecido, em todos os acontecimentos aqui relatados tem havido uma parceria constante com o professor Arsenio Sales Peres. Está começando também a existir um bom relacionamento com o professor Eliel Soares Orenha.

César Antunes de Freitas
Diretor da Adusp Regional Bauru

17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRACICABA

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Membros Diretoria Local
Data: 07/04/2015 – Regional Piracicaba às 10h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Membros Diretoria Local
Data: 12/05/2015 – Regional Piracicaba às 12h, com almoço
Data : 19/05/2015 – Regional Piracicaba

Reunião com membros da Diretoria ADUSP - Regional Piracicaba
Data: 15/05/2015 – Reunião Diretoria Local para definições das Eleições 2015
Data: 21/05/2015 – Reunião Diretoria Local para definições das Eleições 2015

Visita aos Departamentos da ESALQ
Data: 22 e 25 /05/2015 – Entrega de material para a Eleição

Eleições ADUSP / 2015
Data: 26 27 e 28 de Maio/15
Local: Todas as secretarias de Departamentos

Reuniões ADUSP Regional Piracicaba - Pós Eleições
Data: 02/06/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com almoço
Data: 09/06/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com almoço
Data: 16/06/2015 – Regional Piracicaba - 12h, com almoço

Semana de Campanha de Adesão de Novos Sócios
Data: 22 a 26/06/2015
Visita da secretaria regional em todos os departamentos

Reunião ADUSP - Posse da Nova Diretoria Regional
Data: 30/06/2015 - Regional Piracicaba – 12h, com almoço

Recesso da Diretoria Regional: 31/06/2015 a 03/08/2015
(o Diretor Local viajou para o exterior)

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria
Data: 03/08/2015 – Regional Piracicaba – 10h às 14h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria
Data: 10/08/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com almoço
Planejamento do 2º Semestre de 2015

Reunião Diramp – São Paulo
Data: 12/08/2015 – Sede da Adusp – 12h, com almoço

Debate Carreira Docente em São Paulo
Data: 12/08/2015 – das 15h às 21h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Extraordinária
Diretoria Regional - Data: 13/08/2015 - Regional Piracicaba – 12h, com lanche

Reunião Congregação ESALQ – Piracicaba
Participação da Diretoria Adusp Regional
Carreira Docente
Data: 13/08/2015 - 16h.

Reunião ADUSP - Diretoria Regional
Data: 17/08/2015 - Regional Piracicaba – 12h, com lanche/almoço
Data: 24/08/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com lanche/almoço

Palestra: "Financiamento da Educação"
Prof. Otaviano Helene
Data: 24/08/2015 – Sala BM&F (Pavilhão Engenharia) – 19h

Reunião ADUSP - Diretoria Regional
Data: 01/09/2015 - Regional Piracicaba – 12h, com lanche/almoço
Data: 14/09/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com lanche/almoço
Data: 28/09/2015 – Regional Piracicaba – 12h, com lanche/almoço

Assembleia de Docentes ESALQ/USP
Data: 07/10/2015 – Anfiteatro do Depto de Ciências Florestais – 9h30

Reunião Preparatória para Ato de Paralisação dia 15/10/2015
Data: 13/10/2015 – Regional Piracicaba - 14h

Dia da Paralisação
Data: 15/10/2015
Programação: 07h às 09h - Panfletagem de carros na entrada da Esalq e Cena
09h às 11h - Palestras
11h às 13h - Mesa Redonda com Diretoria ADUSP e Diretoria ESALQ
13h às 16h - Circuito Tela Verde – Filmes
16h às 18h - Aula Aberta / Video PEE

Semana de Campanha de Adesão de Novos Sócios
Data: 26 a 30/10/2015
Visita da secretaria regional em todos os departamentos

Reunião ADUSP - Diretoria Regional
Data: 06/11/2015 - Regional Piracicaba – 12h, com lanche
Data: 18/11/2015 – Regional Piracicaba – 08h
Data: 27/11/2015 – Regional Piracicaba – 13h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba Diretoria e CR
Encerramento do ano de 2015
Data: 11/dezembro/2015
Local: Regional Piracicaba
Horário: 08h

Recesso Diretoria e CR Regional Piracicaba
Data: 22 de dezembro de 2015 a 15 de fevereiro de 2016

Férias - Secretaria Regional
Data:18 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2016

Semana de Campanha de Adesão de Novos Sócios
Data: 22 a 26 /02/2016
Visita da secretaria regional em todos os departamentos

Semana de Campanha de Adesão de Novos Sócios
Data: 14 a 18 /03/2016
Visita da secretaria regional em todos os departamentos

18. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA

Eleições:

ADUSP - Conselho de Representantes - 26 a 28/05/2015.

Eleitos os professores César Gonçalves de Lima (titular) e Andrés Vercik (suplente).

ADUSP – Diretoria biênio 2015/2017 - 26 a 28/05/2015 – Chapa Participação – Diretor Regional, professor Sérgio Paulo Amaral Souto.

Assembleias:

Assembleias em São Paulo (participações do diretor regional).

Assembleia Local – 18/05/2015.

Congressos /Seminários:

35º Congresso ANDES-SN – Curitiba/PR – 24 à 31/01/2016 - participação do Diretor Regional, professor Sérgio Paulo Amaral Souto.

Participação do Diretor Regional nas reuniões de preparação para o Congresso ANDES-

SN, nos dias 13/01/2015 e 20/01/2016.

Reuniões:

Reunião de transição entre diretorias (2013/2015) e (2015/2017) – 26/06/2015.

Participação do Diretor Regional nas reuniões com a Diretoria em São Paulo, nos dias 25/11/2015 -02/12/2015 - 09/12/2015 - 15/12/2015 – 17/02/2016.

Participação do Conselheiro nas reuniões do Conselho de Representantes.

Reuniões entre o Diretor Regional e os membros do Conselho de Representantes.

Reuniões com os associados.

19. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

Eleições realizadas no *Campus* de Ribeirão Preto

Diretoria da Adusp – Gestão 2015/2017

A eleição foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2015. Urnas foram instaladas nas Unidades do *campus* e na Sede Regional.

A Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou – Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP foi eleita para o cargo de Diretora Regional Ribeirão Preto na Chapa Participação.

Conselho de Representantes Adusp

Eleições realizadas de 26 a 28 de maio de 2015, com mandato até maio de 2016.

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP
(Titular) – Profa. Dra. Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza
(Suplente) – Prof. Dr. Luiz Jorge Pedrão

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP
(Titular) – Profa. Dra. Cynthia Soares Carneiro
(Suplente) – Prof. Dr. Caio Graco Pinheiro Dias

Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP
(Titular) – Profa. Dra. Patrícia Ferreira Monticelli
(Suplente) – Profa. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia

Reuniões do Conselho de Representantes da ADUSP Regional Ribeirão Preto

As reuniões são ampliadas, contando com a presença de docentes que já cumpriram mandato no cargo de Diretor Regional, no Conselho de Representantes e/ou docentes interessados.

Mantemos uma lista de discussão na internet que garante um espaço para discussões de diversos temas entre os membros do Conselho Regional de Ribeirão Preto.

No período do presente relatório foram realizadas reuniões do Conselho Regional nas datas seguintes:

13/maio/15 – (eleições Diretoria e Conselho de Representantes e documento unificado entre as entidades representativas do Campus (DCE, SINTUSP e ADUSP) e crise na USP);

01/julho/15 – (discussão e encaminhamento do documento: "GT-Atividade Docente: Avaliação, Valorização do Ensino e Carreira. Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação";

14/agosto/15 – (discussão sobre a situação das Creches e organização sobre o debate GT – atividade Carreira Docente);

11/setembro/15 – (carta da Adusp sobre a situação das Creches, balanço sobre o debate GT – atividade Carreira Docente e Reivindicação dos funcionários da Adusp Regional);

13/novembro/15 – (balanço do evento do Dia do Professor e Reivindicação dos Funcionários da Adusp Regional);

04/dezembro/15 – (Ofício do Ministério Público e balanço do evento "A Internacionalização da educação superior brasileira no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos da América");

15/dezembro/15 – (balanço do evento "A Internacionalização da educação superior brasileira no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos da América", calendário de atividades 2016);

24/fevereiro/16 – (Congresso Andes, calendário de atividades 2016, evento sobre o Rompimento da Barragem de Samarco, Convocação Ministério Público – Floresta USP Ribeirão Preto e representação no Conselho de Meio Ambiente de Ribeirão Preto – COMDEMA);

23/março/2016 – (Conjunturas e problemas na USP, onde organizaram o Debate: Estado de Direito X Estado de Exceção: o cenário político nacional e os riscos à democracia);

01/abril/16 – (Discussão do documento da Nova Comissão Permanente de Avaliação e Avaliação do Debate: Estado de Direito X Estado Exceção: o cenário político nacional e os riscos a democracia).

Representação da Adusp Regional no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto – COMDEMA

A ADUSP Regional tem mantido sua participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Atualmente nossa representação é composta pela (Titular) – Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda e (Suplente) – Profa. Dra. Elisabeth Spinelli de Oliveira ambas docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

35º Congresso do ANDES–SN

A Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou – Diretora da Adusp Regional Ribeirão Preto participou do Congresso na qualidade de delegada. O evento foi realizado no período de 25 a 30 de janeiro de 2016 na cidade de Curitiba/PR.

Participação da Regional em Reuniões Realizadas na Adusp Capital

26/06/2015 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou (reunião da Diretoria);
02/09/2015 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou (reunião da Diretoria);
18/11/2015 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou (reunião da Diretoria);
17/02/2016 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou (reunião da Diretoria);
02/03/2016 – Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda (reunião da Diretoria);
02/03/2016 – Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda (reunião da comissão editorial Revista Adusp);
03/03/2016 – Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda (Assembleia Geral).

Apoio e participação da Regional em Eventos

19/05/2015 – *Greve dos Professores da Rede Estadual do Estado de São Paulo* **– A Regional Ribeirão Preto contribui com ajuda financeira no valor de R$400,00 para o fundo de greve do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).**

30/09/2015 – *XII Congresso dos Estudantes da USP* **– Realizado de 1 a 4 de outubro de 2015 em São Paulo. A Regional Ribeirão Preto contribuiu com ajuda financeira no valor de R$400,00 para o transporte ao Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE–Livre).**

Aquisição dos móveis da Regional

22/09/2015 – A Adusp Regional Ribeirão Preto fez aquisição dos novos armários.

Eventos realizados pela Adusp Regional Ribeirão Preto

A Carreira Docente em Xeque **– O evento foi realizado no dia 28 de agosto de 2015 às 09h30 horas com a participação do Prof. Dr. Ciro Correia – Representante da Adusp e do Prof. Dr. José Sebastião dos Santos – membro do GT-Atividade Docente USP anfiteatro da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.**

Conversas na Capela "Dia do Professor" **– O evento foi realizado no dia 15 de outubro de 2015 às 14 horas conduzido pela Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou no espaço cultural Capela.**

A Internacionalização da educação superior brasileira no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos da América **– O evento foi realizado no dia 26 de novembro de 2015 às 19 horas no Anfiteatro Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, com o palestrante Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior – Professor Associado do Departamento de Educação da UFSCar.**

Seminário USP debate Meio Ambiente – Mariana – Crime da Samarco: a tragédia ambiental que não pode ser esquecida **– O evento foi realizado no dia 8 de março de 2016 às 9 horas no Anfiteatro Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP com os palestrantes Frei Rodrigo de Castro Amedéé Peret e o Prof. Dr. Francisco Antônio de Castro Lacaz e os expositores Mariana Rosa e Matheus Vieira.**

Debate: Estado de Direito X Estado de Exceção: o cenário político nacional e os riscos à democracia **– O evento foi realizado no dia 29 de março de 2016 às 14 horas no Anfiteatro**

Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP com a palestrante Profa. Dra. Lisete Arelaro – Professora Titular da Faculdade de Educação da USP.

Debate: Crise política, mídia e a luta pelo poder no Brasil – O evento foi realizado no dia 07 de abril de 2016 às 18h30 no Anfiteatro Lucien Lison na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP com a participação do Prof. Araré Carvalho Júnior – docente do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, Profa. Dra. Cynthia Soares Carneiro – docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP e Pedro Pomar – Editor da Revista Adusp.

Contratação de funcionário(a)

Com o pedido de demissão da funcionária Maria Cristina Damião Pinhoni, devidamente homologado no dia 24/04/2015, a diretoria da Adusp realizou o processo seletivo de contratação de um(a) novo(a) funcionário(a).

16/04/2015 – Abertura da caixa postal nos correios;
27/04/2015 – Publicação do edital na página eletrônica da Adusp;
09/05/2015 – Prazo para envio de currículos;
19/05/2015 – Reserva da sala para execução da prova;
20/05/2015 – Convocação para prova dissertativa;
23/05/2015 – Prova dissertativa;
03/05/2015 – Entrevista – etapa final;
09/06/2015 – Admissão Larissa Bernardes Campos.

Informática na Regional

Na Sede Regional dispomos de três microcomputadores, um notebook, um servidor, duas impressoras e um "access point" para os frequentadores da Sede Regional terem acesso à rede "wireless" fornecida pela USP. Todos os computadores operam com Sistema Linux.

Nos equipamentos são realizados manutenção e reparos e todas as estações de trabalho recebem atualizações e gerenciamentos. Cópias de segurança dos arquivos são feitas perioticamente.

Em fevereiro de 2015 foi adquirido um novo equipamento para substituir o antigo servidor. Foram realizadas novas instalações e configurações no servidor de e–mail.

São realizados confecções de materiais de divulgação e gerenciamentos das listas de e–mails.

Atendimento Jurídico da Regional Ribeirão Preto

No período atinente ao relatório em questão, foram realizados plantões semanais, às quartas-feiras, das 10 às 14 horas, na Sede da Regional, para atendimento aos sócios e, quando solicitado, a Dra. Ana Cristina Nassif Karam Oliveira participa de reuniões do Conselho da Regional e Assembleias, colaborando com esclarecimentos jurídicos diversos e elaboração de pareceres.

Atendimentos realizados na sede da regional
abril/2015 a março/2016

Período	Atendimentos
abril/2015	13
maio/2015	07
junho/2015	04
julho/2015	04
agosto/2015	05
setembro/2015	09
outubro/2015	03
novembro/2015	07
dezembro/2015	04
janeiro/2016	02
fevereiro/2016	08
Março/2016	06
Total no período	**72**

Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou
Diretora Regional da ADUSP Ribeirão Preto

20. RELATÓRIO DA REGIONAL DE SÃO CARLOS

Além de cuidar da administração local, o Diretor Regional, professor Ozíride Manzoli Neto (ICMC) participou de algumas reuniões da Diretoria da Adusp na sede da entidade em São Paulo.

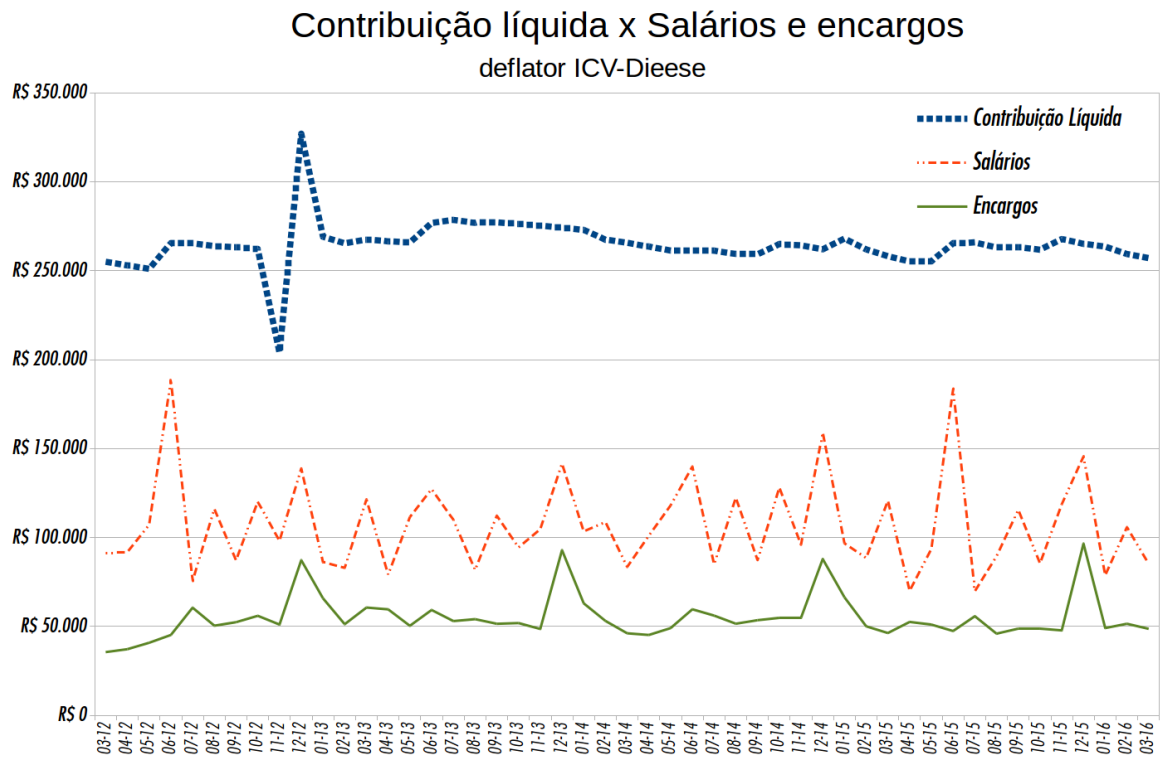
21. RELATÓRIO DA TESOURARIA: ABRIL 2015 A MARÇO DE 2016

Análise global dos investimentos da ADUSP no período

O presente Relatório pretende fornecer subsídios aos filiados da Adusp para o acompanhamento da evolução da receita e das principais despesas, ao longo do último ano, em complementação a dados dos últimos quatro anos.

A Figura 1 dá uma visão global de como se comportaram os maiores grupos de despesas no período em foco, em relação ao triênio anterior. Todos os valores do passado foram atualizados por meio do índice de inflação publicado pelo Dieese, como tem sido feito historicamente pela Adusp.

Figura 1



A linha azul (tracejada) representa a contribuição líquida mensal recebida dos filiados da entidade, correspondendo à soma das contribuições mensais, subtraída dos 20% estatutariamente destinados ao Sindicato nacional, o ANDES-SN, sem o desconto do Fundo Especial de Greve e Solidariedade.

É possível ver claramente as pequenas subidas, em maio de 2012, 2013 e 2015, correspondendo aos reajustes de salário, seguidas de suaves descidas ocasionadas pela inflação. Por óbvio, dada a falta de reajuste na correspondente data-base, em 2014, essa descida se prolongou até outubro. A descontinuidade verificada entre novembro e dezembro de 2012 deveu-se à exclusão, não autorizada, do desconto em folha de colegas, ação esta revertida no mês subsequente. A Figura 1 mostra que, em todo período de quatro anos, de longe, o maior investimento refere-se à manutenção do competente grupo de funcionários, o que permite o funcionamento de uma infraestrutura de apoio adequada às tarefas da Adusp. Vale lembrar que a Adusp também mantém funcionários nas subsedes do interior, em outros *campi* da USP.

Os funcionários da Adusp são regidos pela CLT: as variações que se observam nos salários (linha vermelha interrompida por pontos) decorrem principalmente de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte, e de metade do décimo terceiro salário (por exemplo, junho e dezembro). As Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) não estão incluídas nessa alínea. Outras importantes flutuações verificadas em determinados meses de 2012 correspondem a horas-extras necessárias para o processamento das tarefas extraordinárias associadas ao êxito da "Ação do Gatilho", trabalhos de digitação das DARF (valores e datas de recolhimento) dos beneficiários, em 2012. A Adusp também teve que se valer de um número elevado de horas-extras, em função de atividades extraordinárias, associadas ao importante movimento de greve de 2014. Os encargos, legalmente determinados (linha verde contínua), quando atualizados pela inflação, somam a quantia aproximada de 50 mil reais (o imposto de renda retido na fonte está incluído e é responsável por picos, em particular nos meses de dezembro).

Verifica-se que uma porcentagem de aproximadamente 65% do total da receita é destinada para a remuneração do pessoal (incluídos os encargos legais), mantendo-se, em média, ao longo do quadriênio, mesmo porque tanto a arrecadação quanto a política salarial dos funcionários estão atreladas ao salário docente, que, até o início de 2014, teve ligeira melhora, em comparação ao deflator. Nos últimos 12 meses, esta porcentagem teve média de 67%.

Em volume de recursos investidos, vem a seguir o grupo de despesas relacionadas à manutenção de um patamar razoável de comunicação, especialmente com os filiados, mas também com a sociedade em geral. Esse item corresponde, em média, a aproximadamente 15% da arrecadação mensal da entidade. Nos últimos dois anos, esta porcentagem caiu um pouco devido à menor frequência da Revista Adusp, com a edição de apenas um número no período, mas, em 2015, foram registrados gastos com o número 57 da Revista Adusp e os três cadernos: "USP: 'crise financeira' ou crise de financiamento?", "Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo (USP)" e "Aritmética, Política e Universidade". No último ano, os investimentos em comunicação tiveram média de 11% da arrecadação líquida.

Na Figura 2, são detalhadas as contribuições dos dois itens mais importantes nesse quesito, ou seja, as despesas com o Informativo Adusp (quinzenal) e a Revista Adusp.

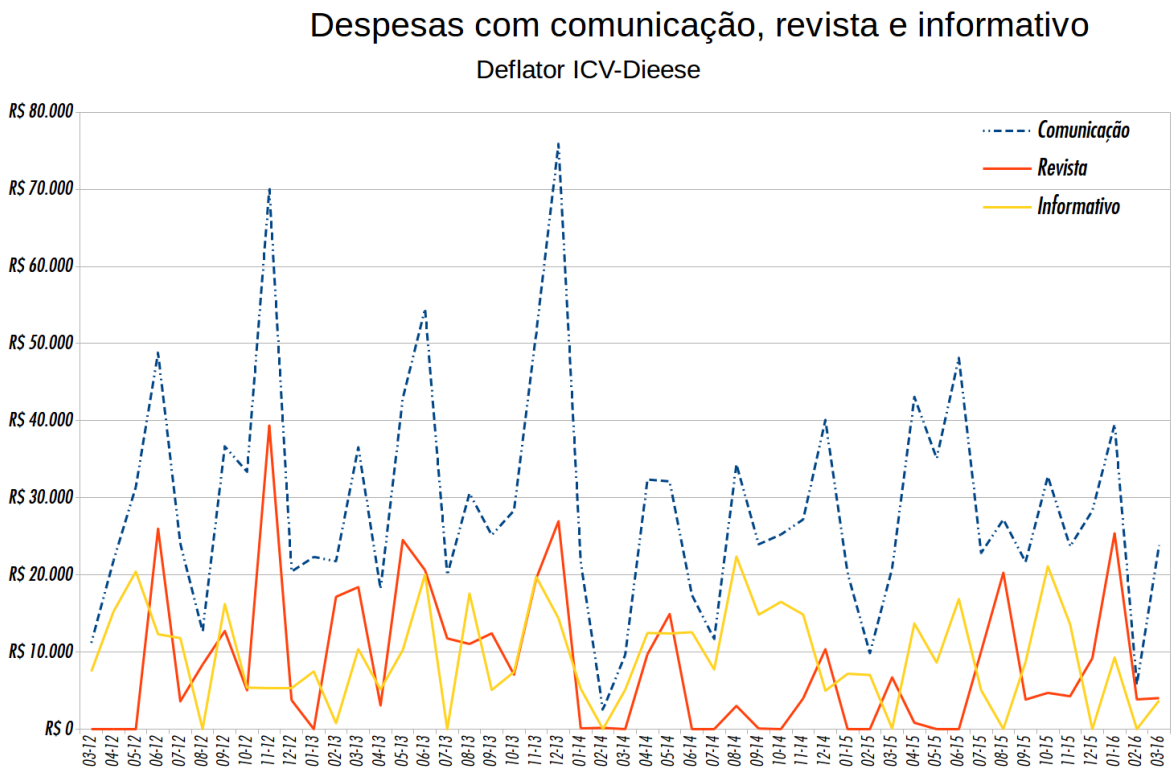
Quanto ao Informativo Adusp, que é de responsabilidade primeira da Diretoria, a despesa maior está associada à sua impressão e, recentemente, vem variando de pouco mais de 4 mil reais a algo em torno de 8 mil reais por edição, a depender do fato de a particular edição exceder, ou não, as quatro páginas (o padrão). Quando ocorre de haver, no mesmo mês, mais de uma edição excedendo o padrão, a despesa com esse item pode subir a quase 20 mil reais, como se verifica, ocasionalmente, no gráfico (linha amarela). Nos meses de férias normalmente o *Informativo Adusp* não é produzido, o que justifica a queda dessa despesa em todos os meses de fevereiro do quadriênio. O custo de correio para envio aos filiados que não o recebem por escaninho também não é desprezível, variando entre R$ 2,5 a 3,0 mil, valor incluído nas despesas totais com Comunicação (linha azul, interrompida por pontos), na Figura 2. Essas despesas totais também incluem outras ações de comunicação com filiados, por exemplo, a confecção de brindes de fim de ano, responsáveis por picos em meses de novembro/dezembro, nos vários anos.

A despesa com a *Revista Adusp* é menos previsível, conforme pode-se constatar no mesmo gráfico. A escolha do tema compete ao Corpo Editorial da Revista – totalmente independente da Diretoria em exercício, sendo que apenas um entre os nove membros da Comissão é indicado pela Diretoria (atualmente, Elisabetta Santoro). A maioria das reportagens corresponde a textos jornalísticos remunerados, encomendados e revistos pelo editor, nosso jornalista, Pedro Pomar.

As despesas com a manutenção da sede não são apresentadas em gráfico por serem constituídas por vários itens de menor porte. Mesmo quando a Adusp esteve fora da sede

(como ocorreu durante todo ano de 2013), o que acarretava pagar aluguel e outros gastos, tais despesas não chegaram a ultrapassar 10% dos recursos arrecadados, no ano.

Figura 2



Análise dos investimentos da ADUSP em eventos locais e do Sindicato Nacional

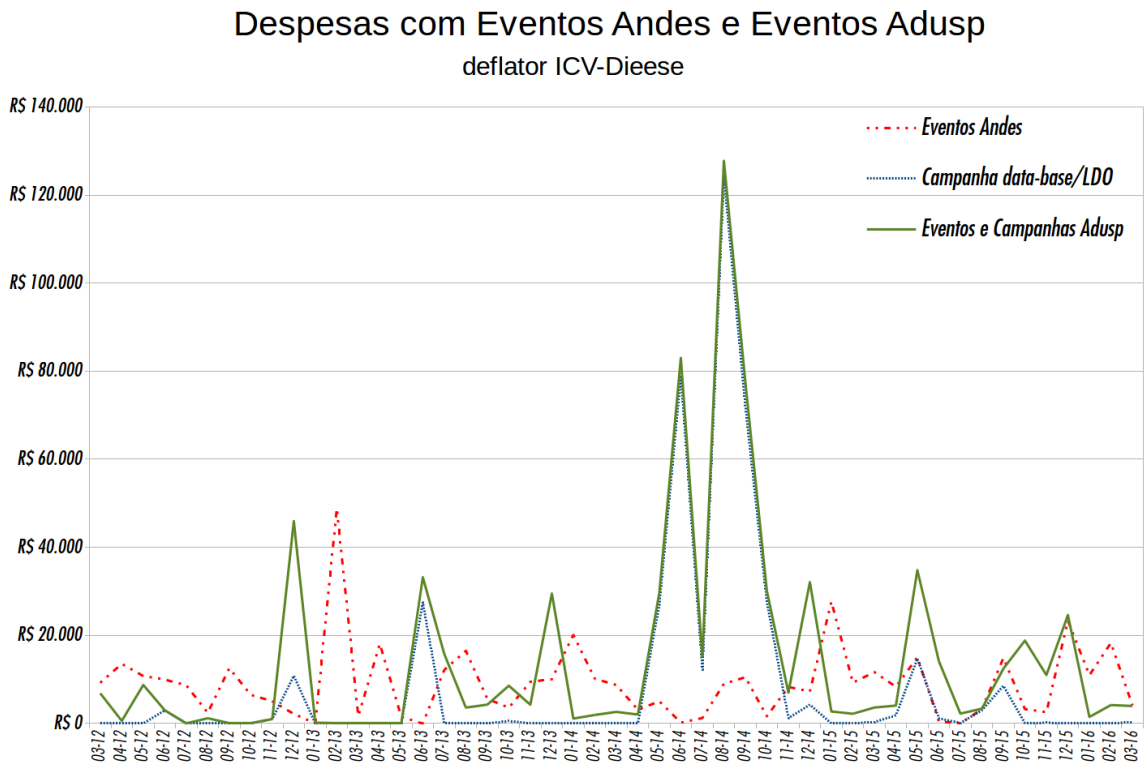
Na Figura 3, encontram-se representadas as despesas com a campanha de data-base e a participação da entidade nas atividades do Andes – Sindicato Nacional do qual somos parte constitutiva, como uma de suas Seções Sindicais.

As maiores somas relativas aos eventos do Andes-SN (linha vermelha interrompida por pontos) referem-se à participação da delegação da Adusp nos Congressos e nos Conad (conselhos), atividades anuais do Andes-SN. No início de cada ano, apenas a participação de uma delegação – constituída por até 12 membros – nos Congressos corresponde a valores que podem exceder 20% do que é arrecadado mensalmente, dependendo da distância até o local do evento, que é itinerante (meses de janeiro/fevereiro de cada ano). A participação nos Conad, em meados de cada ano, em geral com delegação menor, consome menos da metade desse montante.

É preciso considerar também a participação dos representantes da Adusp nos Grupos de Trabalho do Sindicato Nacional, em especial nos de Política Educacional (GTPE)

e de Classe, Étnicoraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) e, além disso, a contribuição de membros da Adusp nas discussões e na organização das universidades estaduais e municipais (Setor das IEES/IMES); cada um desses agrupamentos organizativos demanda dois ou três deslocamentos anuais para Brasília/DF.

Figura 3



Nos últimos quatro anos, a maior despesa no item "eventos e campanhas Adusp" (linha verde contínua) foi a longa campanha de data-base de 2014, tanto que, no período, essa linha se torna quase indistinguível da linha que representa esse item específico (azul pontilhada). Em particular, salientam-se os picos de maio a outubro de 2014, período da greve vitoriosa de 118 dias. As despesas totais com a campanha de data-base 2014 foram de aproximadamente R$ 295 mil.

Detalhando os investimentos com esta campanha, as maiores somas corresponderam a:

- Eventos do Fórum das Seis incluindo rateios, transporte e carros de som, chegando a aproximadamente R$ 119 mil.

- Arraial da Greve – quase R$ 12 mil, sendo os maiores gastos com barraquinhas R$ 6.600, carro de som R$ 2.600, músicos R$ 1.300.

• Evento SOS USP com despesas próximas de R$ 65 mil; nesse caso, os maiores gastos foram aluguel das tendas e palco R$ 23.500, aluguel de equipamento de som R$ 15.800, pagamento de músicos R$ 8.000 filmagem R$ 4.800 e aluguel de banheiros químicos R$ 1.100.

• Outras despesas com eventos Adusp (exceto Arraial da Greve e SOS USP) como despesas com reuniões, boletins, faixas, cartazes e panfletos, "Café na Greve", etc. por volta de R$ 61 mil.

• Cestas Básicas para doação aos funcionários com pontos cortados, aproximadamente R$ 35 mil.

Os outros eventos da Adusp que consomem as maiores somas correspondem ao baile de final de ano e às posses da Diretoria a cada biênio e são responsáveis pelos principais picos menores da linha contínua, na Figura 3. Em 2013, houve também um aumento de despesas referente a eventos relacionados com os sérios problemas vividos pela EACH, a unidade da USP na zona leste da capital.

Doações e empréstimos

Conforme decisão antiga do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, a Diretoria tem delegação para autorizar doações, que não ultrapassem o valor de R$ 400,00 – valor respeitado até hoje –, para eventos de entidades com as quais temos afinidades nas pautas que defendemos. Empréstimos ou doações superiores demandam aprovação do CR e/ou de assembleias gerais. A Tabela 1, a seguir, arrola todos os empréstimos e doações feitos no período considerado.

Tabela 1 – Doações de abril/2014 a março/2015

Data	Destinação	Valor (R$)
20/04/15	Rede Emancipa	400,00
15/05/15	MTST	400,00
19/05/15	Apeoesp Sub sede Ribeirão Preto	400,00
20/05/15	Juventude do Projeto Popular	400,00
18/06/15	Seminário Negros e Negras – Núcleo de Consciência Negra	400,00
31/07/15	Rede Emancipa	400,00
10/08/15	Projeto popular aprovado em 5/8	400,00
30/09/15	DCE	400,00
22/10/15	Semana de lutas contra a violência	400,00
29/01/16	Movimento Passe Livre (MPL)	400,00
17/02/16	DCE – Calourada (referendada pelo CR)	1900,00
15/03/16	Rede Emancipa	400,00
-	**Total:**	6300,00

Resumo Patrimonial

As despesas com a reforma da nova Sede da Adusp foram quase totalmente custeadas pelos recursos repassados voluntariamente por filiados em retribuição à "Ação do Gatilho"; a somatória de tais repasses foi depositada numa conta poupança específica. Além desta conta temos outras, sendo que a maior é a do Fundo de Reserva, que a entidade mantém para despesas extraordinárias, como as associadas a greves ou outros movimentos de envergadura maior. Este fundo sofreu baixa, devido principalmente às despesas na campanha de data-base 2014, mas se encontra com saldo de cerca de R$ 770 mil. O saldo total do ativo financeiro da Adusp conta hoje com quase R$ 1,1 milhões, como pode ser visto na seção seguinte, Tabela 2.

Resumo da tesouraria

A Tabela 2 resume receitas e gastos da Adusp de abril/2015 a março/2016. A "Contribuição Líquida" é o destinado mensalmente ao caixa da Adusp após os repasses ao Andes-SN, do qual a Adusp faz parte. "Receitas Variáveis" são principalmente rendimentos financeiros e reembolsos. "Despesas Totais" são todos os gastos, destacamos aqui os mais significativos: "Salários e Encargos", "Comunicação", "Eventos e Campanhas" e "Contratos", estes últimos referentes a pagamentos a escritórios de contabilidade e de advocacia e o estagiário de jornalismo. Em "Comunicação" estão a confecção da *Revista Adusp* e a impressão do *Informativo*. Em relação aos balanços anteriores, o saldo do fundo originado da doação dos associados que receberam da Ação do Gatilho foi somado ao fundo de reserva e somado aos saldos das contas correntes, soma que chamamos de "Reservas Totais".

Tabela 2 – Receitas e despesas da Adusp
(em Reais, não deflacionadas)

Mês	Contribuição Líquida (1)	Receitas Variáveis	Despesas Totais	Salários e Encargos (2)	Comunicação	Eventos e Campanhas	Contratos (3)	Reservas Totais
04/15	229.869,33	9.192,51	219.035,70	125.137,89	39.575,85	11.753,91	23.184,93	1.093.128,80
05/15	231.638,44	10.015,55	258.567,68	146.894,68	32.437,07	47.186,08	11.022,76	1.080.903,06
06/15	244.439,33	19.199,03	330.010,44	226.929,52	44.730,67	12.903,72	14.560,98	1.019.247,60
07/15	244.710,63	11.317,78	220.461,71	131.965,85	21.397,38	2.469,49	38.606,99	1.059.742,38
08/15	243.715,04	11.138,47	241.849,16	148.033,90	25.702,31	9.418,10	26.048,84	1.077.724,09
09/15	244.099,90	12.502,80	252.440,09	164.040,25	20.493,16	12.158,67	14.079,74	1.086.859,51
10/15	243.947,35	11.120,44	293.594,29	139.815,02	31.152,26	21.359,67	80.064,19	1.053.311,73
11/15	253.484,00	10.762,25	244.347,46	172.461,79	22.696,59	12.962,84	18.075,03	1.078.187,34
12/15	251.584,36	11.908,09	358.813,37	246.828,99	27.415,30	46.361,82	14.978,54	987.995,42
01/16	252.012,46	10.194,35	247.075,42	142.697,33	38.545,58	27.407,80	94.798,21	1.008.258,28
02/16	252.491,39	14.664,52	233.285,59	171.016,71	5.744,90	24.084,24	13.739,64	1.047.268,92
03/16	251.793,34	11.232,75	217.350,42	147.138,01	23.843,63	8.253,34	17.769,55	1.098.093,02
Total	2.943.785,57	143.248,54	3.116.831,33	1.962.959,94	333.734,70	236.319,68	366.929,40	

(1) Dos salários referência (e não do bruto) é descontado 1% de contribuição sindical. A contribuição líquida da Adusp corresponde a 78,4% desta contribuição sindical, face aos repasses para o Andes-SN que somam 21,6% do total desta contribuição, ou seja, aqui já está descontado o repasse do Fundo Especial de Greve e Solidariedade.

(2) Os funcionários da ADUSP são regidos pela CLT: as variações decorrem, entre outros motivos, de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte (vide, por exemplo, junho e julho).

(3) Em abril de 2015, pagamos R$ 10 mil para escritório de advocacia referente à defesa dos jornalistas da *Revista Adusp*, processados em decorrência de matéria na revista nº 54. Em julho, agosto e outubro de 2015 e janeiro de 2016, foram pagas as parcelas previstas no contrato com o perito contábil, que fará tratamento e cálculos dos direitos individuais de cada beneficiário na ação judicial da URV.

São Paulo, 16 de abril de 2016

Adriana P. B. Tufaile – Tesoureira

César Augusto Minto – Presidente

22. ANEXOS

ANEXO 1 – GTPE

Análise da proposta do Executivo paulista (PL 1.083/15) para o Plano Estadual de Educação e sugestões de alternativas

O Executivo enviou com atraso, em agosto deste ano, sua versão de Plano Estadual de Educação (PEE) para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), onde passou a tramitar como PL 1.083/2015. Nesse ato desconsiderou completamente que essa era a atribuição do Fórum Estadual de Educação (FEE), reativado exatamente com a incumbência de produzir o PEE, dentro do prazo de um ano, estabelecido em junho de 2014, pela aprovação do PNE. Antes, o FEE já havia sido atropelado por outro ato do governo estadual que impôs uma Comissão de apenas 5 membros como *Instância Especial* a produzir a versão, então considerada *final* do PEE.

Há, desse modo, três *Projetos de Lei* referentes ao PEE para o Estado de São Paulo tramitando na Alesp: 1) o PL 1.035/15, elaborado por entidades que participaram do FEE, mas discordaram de seus procedimentos quando da definição da *Instância Especial* pelo governo do Estado, e apresentado à Alesp em junho deste ano, sendo depois também anexado ao PL do Executivo, como *primeiro Substitutivo*; 2) o projeto original do FEE, apresentado em agosto, diretamente como *segundo* S*ubstitutivo* ao PL do Executivo; e 3) o próprio PL do Executivo, acolhido pela Alesp sob o número 1.083/2015, o "PEE do governo".

O presente *Documento, unificado* entre as forças políticas e entidades que representam, atuam e se preocupam com a qualidade da educação paulista, visa fazer uma análise da *política educacional* que o governo pretende implantar com seu projeto, contrapondo-lhe elementos extraídos das outras duas propostas.

De saída, é preciso denunciar o acréscimo autoritário de três *Metas* (as de número 21, 22 e 23), adicionais no "PEE do governo", que nada têm a ver com qualquer discussão de cunho democrático realizada para a elaboração do PEE, e representam simplesmente planos unidirecionais do atual Executivo. A *Meta 21* pretende invadir *o espaço de deliberação dos Municípios,* ao legislar unilateralmente sobre a intensificação da municipalização do Ensino Fundamental no Estado; a *Meta 22* pretende incluir nesse Plano decenal, sem discussão alguma com a comunidade educacional, a *Reforma do Ensino Médio*, saída diretamente e exclusivamente do âmbito da Secretaria de Estado da

Educação, à revelia, inclusive, da discussão nacional sobre o currículo da educação básica, em curso; e, do mesmo modo unilateral, a *Meta 23* se destinaria a ingerências sobre a formação do quadro docente e do quadro de técnicos. Esses acréscimos conflitam, entre outras incongruências, com trechos de outras Metas do próprio PL do Executivo; é preciso que sejam rechaçados durante o trâmite parlamentar para garantir a manutenção da coerência exigida de qualquer proposta de PEE.

Ao se pretender atingir, durante a próxima na década, alguma possibilidade para a superação da grave situação educacional diagnosticada, este documento aponta para duas outras questões essenciais: a determinação de que sejam disponibilizados os recursos necessários para a implementação das medidas determinadas pelas demais *metas*; e a explicitação de como se pretende concretizar a melhoria nas condições de trabalho e de remuneração do corpo docente da Educação Básica. Com certeza é essencial promover condições de remuneração e de carreira compatíveis com a importância social dos profissionais da educação. Contudo, entre outros condicionantes do trabalho docente, é preciso enfatizar que, para a real valorização desses profissionais, além de possibilitar-lhes formação inicial e continuada adequada, é necessário limitar o número de estudantes por classe de forma condizente com as características das várias etapas da Educação Básica.

Duas das mais graves distorções, introduzidas pela reformulação efetuada pelo Executivo no PEE que lhe fora entregue pelo FEE, residem exatamente nesses pontos fulcrais: desapareceram quaisquer vestígios de *como o governo do Estado* pretende *contribuir* para que o *país* atinja um patamar de financiamento público da educação pública que permita construir um sistema educacional de qualidade, condizente com as possibilidades e necessidades do país e do Estado (vale notar que o "PEE do governo" simplesmente *repete* a Meta 20 do PNE); e desapareceram, em relação ao texto do FEE, as referências explícitas quanto aos números máximos de estudantes por classe, entre muitas outras demandas essenciais, presentes na formulação original do FEE. Será de extrema importância que o trâmite legal recupere tudo o que a indevida intervenção do Executivo de lá retirou.

Dentre as demandas, a melhor remuneração dos professores é, sem dúvida, uma condição determinante, até mesmo para garantir a procura por vagas nos cursos de Licenciatura, necessária para a devida reposição profissional. Nesse sentido, o *primeiro Substitutivo* ao "PEE do governo", apresenta um artigo (3°) que explicita que a referência para essa remuneração precisa ser a realidade remuneratória do Estado e não a do país, mais baixa. Em relação ao incentivo à carreira docente, também determinante

para a continuada evolução ao longo da vida profissional, as metas e estratégias do "PEE do governo" não indicam intenção de construir uma carreira atrativa para o profissional, na qual possa obter o devido retorno por sua dedicação à escola. Essa dedicação será devidamente valorizada na medida em que novas e maiores atribuições não signifiquem perda de benefícios. O texto proposto pelo Executivo, ao contrário, insiste no retorno da validade da Lei Complementar 836, que perversamente acabou com a carreira do magistério.

A contínua referência do PL do Executivo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) desperta preocupações quanto a seu futuro uso político e contrasta com a formulação desta matéria no próprio PNE, que não faz esta vinculação. As implicações perversas da LRF sobre a efetivação dos diretos sociais inscritos na Constituição mereceriam que fosse aberta uma discussão séria sobre a proposição de lei, em nível federal, quanto à desvinculação das áreas da educação e da saúde da LRF.

No que se refere ao financiamento, é essencial que haja, já no corpo da Lei, percentual definido de recursos tomando como referência o Produto Interno Bruto (PIB) *estadual,* tanto como meta a ser atingida ao fim da década, quanto para um valor intermediário, a ser alcançado em prazo menor. Vale salientar que, ao tomar a *potencial* capacidade econômica — ou seja, o respectivo PIB — como referência, segue-se uma lógica internacionalmente recomendada. Nesse contexto é preciso lembrar que no Estado de São Paulo investe-se em Educação menos do que 4% de seu PIB, abaixo até mesmo da média dos demais estados. É evidente que sem alterar essa situação descabida nenhum progresso poderá ser atingido. O argumento é simples: não há como melhorar a qualidade da educação sem passar obrigatoriamente pela ampliação do seu financiamento. Os parâmetros Custo Aluno Qualidade/CAQ e Custo Aluno Qualidade inicial/CAQi, para o financiamento de cada estudante, ao longo das etapas da Educação Básica, precisam ter uma rápida definição e em valores compatíveis com a qualidade educacional, como ambos os *Substitutivos* afirmam.

Para fazer frente às demandas por uma Educação de qualidade social, a ser alcançada nos próximos dez anos, o texto do PEE precisa indicar, e de modo explícito, a rediscussão dos tributos estaduais. Não é possível conceber que a estrutura de impostos seja imutável e é imperioso apontar para a sociedade que, atualmente, de longe, a principal fonte de recursos para o financiamento das áreas de interesse social é o ICMS, uma tributação altamente regressiva e que onera principalmente os segmentos de menor renda. Isso, além de reverter um volume de recursos insuficiente (ainda minorado por frequentes isenções fiscais) para enfrentar os desafios de desenvolvimento do

Estado e especialmente o da educação, é incompatível com qualquer definição de justiça social. Deve-se atentar para o fato de que essas questões foram consideradas de forma adequada na proposta do *segundo Substitutivo,* o do FEE.

Há muitas outras falhas no PL 1.083, do governo, que afetariam a sociedade. Uma das em maior evidência refere-se à Educação Infantil, cuja expansão está subdimensionada frente às necessidades e possibilidades de que São Paulo dispõe, principalmente para a etapa da *Creche.* Defendemos a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa desde a primeira infância e é preciso garantir que a criança tenha os estímulos necessários para esse momento do seu desenvolvimento, o que exige cuidados específicos. O *primeiro Substitutivo* propõe uma expansão gradual dos sistemas públicos de creches, fundamentada em princípios educacionais, contando com a ampliação obrigatória dos recursos públicos para a educação e em regime de colaboração entre a União, o Estado de São Paulo e os respectivos municípios. É preciso salientar que a expansão das creches é socialmente relevante para as crianças, para as mães e para os pais trabalhadores. Levando em conta que a demanda por creches é maior do que a oferta, consideramos, de modo consistente com as deliberações das CONAE, que a expansão das creches públicas é fundamental e que as creches conveniadas às respectivas Prefeituras devem ser uma alternativa apenas de caráter emergencial e temporário, não uma política de desenvolvimento da Educação Infantil.

Há necessidade de serem ampliadas as oportunidades educacionais para o maior número de pessoas. E, embora a problemática do atendimento numérico na etapa do Ensino Fundamental esteja praticamente superada em São Paulo (veja-se a perversa *nova* política estadual de "ensalamento"), a baixa qualidade do ensino nessa etapa contribui para a produção do analfabetismo funcional. Neste aspecto, o Plano precisa reforçar compromissos para garantir as condições para a superação dessa situação e, para isso, não há como escapar dos condicionantes principais, antes referidos: financiamento condizente, salários adequados, condições de trabalho e profissionais bem preparados e motivados.

Defendemos a educação integral, ainda que o tempo de permanência seja discutível. Educação integral é diferente de educação em tempo integral e é preciso discutir com a comunidade escolar, inclusive os pais, qual a melhor forma de fomentar o aprendizado, também nos aspectos culturais e sociais. Em particular, para a importante etapa do Ensino Médio, é essencial ter um foco no Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante, nas suas diferentes modalidades, visando propiciar formação humana ampla e consistente, superando a cisão entre educação geral e

educação profissional, onde atividades cognitivas, artísticas e outras possam ser desenvolvidas e estimuladas. Desse modo, seria incentivada a valorização de todas as atividades humanas, considerando o *trabalho* como princípio educativo, fórmula bem sucedida nos antigos *Ginásios Vocacionais* paulistas, projeto este descontinuado pela ditadura, no início dos anos de 1970. Nessa modalidade de ensino, a permanência em tempo integral praticamente se impõe. De modo geral, defendemos a *qualidade* na oferta do ensino técnico, sem viés tecnicista, com ampliação das matrículas no segmento público e uma política de permanência estudantil, garantidas as condições de trabalho historicamente reivindicadas pelos educadores.

É necessário garantir por ações específicas, nas políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o direito à educação de pessoas presas, conforme propõem as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões aprovadas em 2010. É preciso ampliar a oferta de educação nos estabelecimentos penais em todos os turnos, elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade, assegurar formação específica de professoras e professores e fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional para a população carcerária.

O PL do Executivo é bastante superficial, quando não omisso, no que diz respeito tanto à Educação Superior quanto ao Ensino Técnico e Tecnológico, ao tempo que esses níveis são tratados de modo consistente e fundamentado pelo *primeiro Substitutivo*. Em especial no Estado de São Paulo, o objetivo social da Educação Superior vem sendo há muito corroído pela crescente mercantilização do setor. Precisamos expandir o ensino superior, mas sem perder de vista que a premissa está na *qualidade* da universidade e do ensino tecnológico *públicos,* contando com o financiamento adequado. Ao mesmo tempo, a expansão precisa ser executada com inclusão, observadas as cotas sociais e raciais que resgatam um compromisso histórico para o enfrentamento das desigualdades. Apenas o setor público tem o compromisso e a possibilidade de formação de quadros para atender todo o espectro de profissões socialmente necessárias. As instituições mercantis, guiadas pelo lucro, têm perspectivas de curto prazo, desfalcando certas áreas e inflando outras, tornando-as *da moda*, com total desrespeito à sociedade e aos próprios estudantes que atraem.

A avaliação, elemento importante em qualquer *processo*, deve pressupor um olhar integrado sobre a infraestrutura, as perspectivas dos estudantes e seus pais, dos professores e da sociedade, considerando o perfil da comunidade escolar para a composição de indicadores mais complexos do que os restritos a notas individuais. A avaliação deve ter foco nos processos e não nos resultados. O foco deve ser no aluno,

em uma proposta de avaliação que considere o acúmulo a partir de uma perspectiva colaborativa e não competitiva. Neste sentido, os exames unificados em larga escala, em particular os do Saresp, deveriam ser levados em conta apenas no aspecto do planejamento e nunca terem seus resultados atrelados a bônus e similares, que apenas podem afetar, ainda mais e de modo negativo, o clima escolar, além de fomentar as desigualdades educacionais, já existentes, entre os socialmente *mais* e *menos* favorecidos.

Este documento rejeita a concepção de política educacional presente no "PEE do governo", baseada na lógica do mercado, que se utiliza da padronização do ensino e do controle da escola, por meio da imposição de avaliações meritocráticas e da responsabilização de alunos e professores, visando instituir políticas direcionadas à privatização progressiva do sistema público de educação. Tais práticas são responsáveis pelo aumento da segmentação e das desigualdades sociais na escola e já foram contestadas por seu fracasso em diferentes países, como EUA e Chile, por exemplo.

É nessa perspectiva, que os conceitos de *gestão democrática* e *processos dialogados* se impõem quase naturalmente. Entretanto, é quase nula a possibilidade de ter um quadro de gestão democrática numa entidade de cunho privado. A gestão democrática não deve estar condicionada ao mérito e ao desempenho, mas sim compreendida como premissa e processo. Como processo democrático, compreendemos que o *diálogo* é a única forma com potencial para construção desse tipo de gestão: consensos são trabalhados e não podem ser obtidos à força.

Essa discussão é, de fato, tão importante que faz parte de um pano de fundo para além da Educação: trata-se da valorização da gestão pública com a participação da comunidade, em diferentes níveis de decisão. No caso da Educação, a escola pública está no centro e é sobre os interesses dos que compõem sua dinâmica que a gestão precisa se orientar. Se a vivência de gestão democrática é necessária em todas as esferas e, principalmente, para o alunado como *Educação para o futuro,* o ponto central é *gestão pública* em escola *pública*!

Para a efetivação do direito à educação a todas as pessoas é imprescindível que o Plano Estadual de Educação de São Paulo contemple medidas para o combate às desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros, à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e outras mais, e, por outro lado, incentive o respeito às pessoas com deficiência, às diferenças religiosas etc.. A omissão do "PEE do governo" em relação a essas questões é grave.

A escola é um espaço fundamental para promover o respeito às diferenças e contribuir para uma sociedade mais igualitária. É hora de exigir que o direito à Educação seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate a todas as desigualdades precisam ser implementadas e o exercício da cidadania, garantido. Não falar sobre as questões das diversidades propicia que os estudantes não se reconheçam no ambiente escolar. Isto favorece a evasão escolar que é um dos grandes problemas da educação brasileira. Entendemos que professores e estudantes devem ter o direito de aprender sobre a luta por direitos humanos, conversar sobre a diversidade humana, fazer da escola um espaço acolhedor e sem violência. Enfim, será uma grave violação aos Direitos Humanos se as questões de gênero, diversidade sexual e o enfrentamento ao racismo não estiverem contidos no Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo e estaremos dispostos a reparar também este equívoco no PEE apresentado pelo Executivo à Alesp.

A educação que queremos é formadora, transformadora e libertadora. Há alternativas ao PL 1.083/15 do Executivo. O governo quer tornar invisíveis estas alternativas na tramitação na Alesp, tentando barrar sua progressão por meio de relatórios nada imparciais nas comissões permanentes, como ocorreu na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Contudo, vencida essa etapa, as seis audiências públicas em diferentes municípios do Estado se tornarão, com certeza, o espaço necessário para evitar que prevaleça o monólogo antidemocrático do Executivo, impedindo sua estratégia de querer impor o seu projeto como o único a ser levado à discussão nesse âmbito!

Convidamos todas as pessoas e entidades que concordam com os princípios expostos nesse Documento a afirmar seu compromisso com um Plano de Educação que forme pessoas para um mundo melhor, para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia em nosso Estado.

Vamos somar forças em defesa da educação pública gratuita, laica e democrática, que garanta a todo ser humano o direito às suas muitas diferenças.

São Paulo, outubro de 2015

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação
Adunesp – S. Sind. do ANDES-Sindicato Nacional
Adunicamp – S. Sind. do ANDES-Sindicato Nacional
Adusp – S. Sind. do ANDES-Sindicato Nacional
Afuse – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo
Apeoesp – Sindicado dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Cedes – Centro de Estudos Educação e Sociedade

Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
Central de Movimentos Populares
Coletivo Transformação
Consulta Popular
DCE da Fatec
DCE da Unicamp
Educadores do Projeto Popular
Família Stronger
Fineduca – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
Frente LGBT da PUC-SP
Jornalistas Livres
Mandato da Deputada Leci Brandão (PCdoB)
Mandato da Deputada Marcia Lia (PT)
Mandato da Vereadora Juliana Cardoso (PT)
Mandato do Deputado Carlos Neder (PT)
Mandato do Deputado João Paulo Rillo (PT)
Mandato do Deputado Raul Marcelo (PSOL)
Marcha Mundial das Mulheres
Observatório da Mulher
Rede Respeito se Aprende na Escola
Sinteps – Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza
Sintunesp – Sindicato dos Trabalhadores da Unesp
UEE – União Estadual dos Estudantes
UNEGRO – União de Negros pela Igualdade
União Brasileira de Mulheres
União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior
UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas

Hospital Universitário
USP

São Paulo, 05 de março de 2015.

Ao
Prof. Dr. Waldyr Antônio Jorge
Superintendente do Hospital Universitário
Universidade de São Paulo

Situação atual e expectativas futuras em relação ao Hospital Universitário da Universidade de São Paulo.

Este documento tem o objetivo de divulgar os efeitos da aplicação do teto salarial e do Programa de Incentivo a Demissão Voluntária (PIDV) no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo e no Departamento Médico desse hospital, pela Reitoria da Universidade.

Em janeiro de 1970, foi autorizada a construção de Hospital Universitário da Universidade de São Paulo pelo Governador do Estado de São Paulo. Iniciando-se as obras em maio desse mesmo ano. Pelo decreto 7734 de 25 de março de 1976 do Governo Estadual, o HU-USP foi considerado terminado e entregue à Faculdade de Medicina e à Universidade de São Paulo, mas o HU-USP só foi inaugurado em agosto de 1981, devido a inúmeras dificuldades na época.

Inicialmente foi utilizado para o curso médico da FMUSP e integrado depois, em curto espaço de tempo, as faculdades das áreas da saúde da USP - Faculdade de Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Psicologia (unidades que compõem o Conselho Deliberativo do HU-USP, desde então).

Nos últimos 34 anos, o HU-USP vem participando ativamente de todas atividades de graduação, pós-graduação lato sensu e strictu sensu e projetos de pesquisa das Faculdades pertencentes ao seu Conselho Deliberativo. Além disso, desempenha papel social relevante prestando atendimento à população de toda região Oeste e da comunidade USP. O seu Pronto Atendimento, por ser aberto a todos, atende a doentes de todas as regiões de São Paulo, cidades vizinhas e até de outros estados.

Devido à esta condição, o Pronto Atendimento atende, em média, a 20.000 pacientes ao mês, totalizando 240.000 doentes ao ano, sendo referência para as UBSs, AMAs e para o sistema pré-hospitalar móvel (SAMU e COBOM), sem contar a assistência do Pronto Atendimento de Obstetrícia, modelo de atendimento materno-infantil na cidade de São Paulo.

Av. Prof. Lineu Prestes, 2.565 . Cidade Universitária . CEP 05508-000 . São Paulo-SP

Tel: (11) 3091-9200 . hu@hu.usp.br . www.hu.usp.br

Em relação ao atendimento ambulatorial, o número de pessoas atendidas gira em torno de 160.000 ao ano.

O ensino de graduação é cada vez mais forte no HU-USP, com a passagem de vários alunos das diferentes faculdades da área da saúde durante todo o ano. Na residência médica, o HU-USP recebe residentes de várias áreas, tais como Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia, Otorrinolaringologia, Radiologia, Ortopedia, Saúde da Família e etc... Há 3 anos, o HU-USP ainda recebe, para especialização, médicos do projeto Angola que ficam por 2 anos nas diferentes divisões médicas do Hospital .

Nos últimos meses, o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, passa por uma crise sem precedentes nos 34 anos da sua história. Apesar de ser um modelo de atendimento médico e de ensino para todo o Brasil, o HU-USP foi considerado um dos vilões da crise da Universidade de São Paulo desde a posse da nova Reitoria. Passou por um processo de desmoralização e tentativa de desvinculação do hospital da Universidade, sem discussão e de forma precipitada.

A partir de outubro de 2014 adotou-se o novo teto salarial para os funcionários do HU-USP, cortando-se de forma retroativa e sem aviso prévio os salários de setembro. Nos últimos 4 meses, o Corpo Clínico do HU-USP manteve suas atividades normais, com a mesma demanda, a despeito do não recebimento parcial das horas trabalhadas pelo corte imposto pelo novo teto salarial, visando manter a assistência e, principalmente, o ensino. Lembramos que nenhuma solução ou proposta foi feita pela Reitoria e que os profissionais médicos e não médicos trabalham e realizam plantões por necessidade do hospital.

A partir de fevereiro deste ano, outra situação aconteceu no HU-USP - a saída de funcionários através do PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PIDV) por iniciativa da Reitoria da Universidade. Duzentos e treze funcionários, entre eles 18 médicos, estão inscritos no programa e devem sair até o final de abril.

Com estas duas situações, aplicação de teto salarial, que impede que os médicos cumpram a carga de trabalho necessária para o funcionamento normal do Hospital e o PIDV, diversos serviços serão afetados, com a necessidade de readequação e redimensionamento do HU-USP.

Av. Prof. Lineu Prestes, 2.565 . Cidade Universitária . CEP 05508-000 . São Paulo-SP

Tel: (11) 3091-9200 . hu@hu.usp.br . www.hu.usp.br

Abaixo, relatamos o que isto acarretou e acarretará a cada Divisão e Serviço pertencente ao Departamento Médico do HU-USP:

Serviço de Anestesiologia

O corpo clínico da Anestesiologia é de 37 anestesistas. O número médio de plantões mensal é de 105, sendo 3 plantonistas noturnos e diurnos nos finais de semana responsáveis pela cobertura do Centro Obstétrico e Centro Cirúrgico.

Com a limitação do número de plantões pelo teto salarial a equipe é capaz de cobrir apenas 90 plantões. Com a redução pelo PIDV (4 anestesistas), haverá redução para 80 plantões /mês.

As escalas de plantões foram reduzidas de 3 para 2 anestesistas nos períodos noturnos. Alguns anestesiologistas realizam voluntariamente parte de sua carga horária no plantão noturno e nesses dias há 3 plantonistas. Consequentemente as escalas diurnas da rotina sofreram redução em algumas atividades; como avaliação pré-anestésica dos pacientes da cirurgia ambulatorial e redução do número de salas eletivas atendidas no Centro Obstétrico e Centro Cirúrgico de 11 para 8 salas.

Divisão de Obstetrícia

Desde a mudança relativa ao teto salarial, por diminuição significativa do total de horas extras disponíveis para plantões noturnos, de final de semana e feriados foram necessárias algumas adequações na escala funcional dos médicos da Obstetrícia. Foi necessário o bloqueio de quatro períodos de 6 horas de agenda ambulatorial, três períodos de 6 horas de agenda de ultrassonografia obstétrica, redução da equipe médica no Pronto atendimento e Centro obstétrico.

Mesmo com estas medidas, a cobertura da escala de plantões (noturno, final de semana e feriado) com a presença de 3 médicos, só foi possivel pela boa vontade de todos os médicos assistentes. A situação foi agravada com a saída de dois médicos no PIDV sendo necessária nova adequação. Assim, a partir de março de 2015, trabalharemos no Pronto Atendimento e no

Centro Obstétrico da seguinte forma: período diurno, de segunda à sexta-feira: quatro médicos assistentes; períodos noturnos, de segunda a sexta-feira; dois médicos assistentes e finais de semana e feriados: três médicos assistentes nos períodos diurnos e noturnos.

Serviço de Ginecologia

Em relação ao Serviço de Ginecologia, desde o corte salarial tivemos a redução de 5

Reitoria de setembro de 2014 e, principalmente com a saída de cinco assistentes inscritos no PIDV e, a demissão de outro médico. Exemplificando, atualmente já estamos trabalhando com o número máximo de plantões para os colegas S1 (7 a 8 plantões mensais), S2 (6 plantões), S3 (1 a 3 plantões) e todos os S3 e S4 tem cumprido pelo menos parte de suas jornadas na forma de plantões (12 a 24h semanais) na UTI. Além disso, alguns assistentes S1 do pronto-socorro têm ajudado na cobertura dos plantões na UTI. Com a saída desses seis assistentes (4 do PS, 1 da enfermaria e 1 da UTI) haverá redução da capacidade de plantões em 35 plantões mensais, com impossibilidade de fechar as escalas de plantões de PS e UTI.

Haverá diminuição de 20 para 12 leitos na UTI devido a falta de médicos plantonistas.

Divisão de Clinica Cirúrgica

Os efeitos da aplicação do teto salarial e do Programa de Incentivo a Demissão Voluntária (PIDV) no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo a partir de outubro/15 causou as seguintes alterações na Divisão de Clínica Cirúrgica do HU-USP:

- Prejuízo na cobertura de interconsultas de casos internados em outras enfermarias .
- Cancelamento das consultas Cross por conta da fila de espera de ambulatório e cirurgias eletivas programadas.
- Deslocamento de 1 assistente para cobertura horizontal de casos cirúrgicos do pronto socorro com cancelamento de 40 consultas/ mês .
- Com o PIDV, haverá a saída de 2 médicos da Divisão de Clínica Cirúrgica, o que acarretará na perda de 40 consultas mensais de cirurgia geral, entre casos novos e retornos. Suspensão de 40 atendimentos ambulatoriais em Coloproctologia, entre funcionários USP e sistema Cross.

No Centro Cirúrgico houve o cancelamento de 15 cirurgias semanais, com grande prejuízo dos estágios dos residentes, estagiários internacionais e do internato. Com o PIDV espera-se uma redução em torno de 20% das cirurgias eletivas, devido a troca de jornada em centro cirúrgico dos assistentes da Divisão de Clínica Cirúrgica para as atividades de emergência.

Mesmo nas atividades do Pronto Atendimento do HU-USP tivemos a redução do número de cirurgiões de Plantão de 3 para 2 assistentes por dia, sendo que para conseguir esse número foi retirado de 6 a 18 horas dos horários de jornada mensais. Sem isso, só teríamos disponibilidade de 01 cirurgião por plantão.

Serviço de Endoscopia

O Serviço de Endoscopia executa atividades de assistência, pesquisa e de ensino. O Serviço é reconhecido como Centro de Treinamento em Endoscopia da Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva. Com a limitação do teto salarial, optamos pela redução da cobertura dos plantões noturnos, mantendo cobertura integral no período diurno. Desta forma, conseguimos manter atendimento assistencial e atividades de ensino de forma habitual.

Para a cobertura de plantões noturnos, houve redução de 12 plantões mensais, aumentando o número de plantões descobertos.

Não houve demissões pelo PIDV no Serviço de Endoscopia.

Serviço de Otorrinolaringologia

Não houve impacto quanto ao PIDV e a aplicação do teto salarial no Serviço de Otorrinolaringologia.

Serviço de Oftalmologia

Teto salarial: não houve impacto.

Devido à adesão de dois médicos oftalmologistas ao PIDV, a equipe ficou reduzida para 4 profissionais. Para manter atendimento ambulatorial inalterado em razão da grande procura, optado por descontinuar atendimento de urgências para a comunidade Butantã e criar um serviço de atendimento breve para a comunidade USP denominado Serviço de Apoio em

Oftalmologia à USP, diário, no período matutino. Não houve alteração na cobertura de intercorrências aos pacientes internados.

Serviço de Diagnóstico por Imagem

O Serviço de Diagnóstico por Imagem conta com 18 médicos radiologistas que não aderiram ao PIDV.

Com a alteração do teto salarial, a prioridade foi manter a escala de plantões com 2 médicos, visando assistência ininterrupta, com segurança para os pacientes e para a equipe de atendimento médico, nos postos de trabalho considerados essenciais (Tomografia e Ultrassonografia de urgência).

A manutenção desses postos de trabalho ininterruptos (Tomografia e Ultrassonografia de Urgência) implicou no fechamento de agendas ambulatoriais de exames de Diagnóstico por Imagem. Um total de 20 % da equipe médica (média de 3 médicos) teve sua jornada de trabalho convertida em plantões, ou seja, deixaram de trabalhar na rotina e vieram trabalhar exclusivamente para cobertura dos plantões excedentes.

Divisão de Clinica Pediátrica

A Divisão de Clínica Pediátrica (DCP) conta com as seguintes áreas: Neonatologia, Enfermaria, Pronto Atendimento, Ambulatório e Unidade de Terapia Intensiva. A Neonatologia é composta por Berçário, Alojamento Conjunto, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Centro Obstétrico.

O número total de médicos da DCP é 43. Atualmente estamos com 3 claros anteriores que não foram repostos, que são médicos do Pronto Atendimento e 3 demissões no Plano de Incentivo às Demissões Voluntárias.

A redução de carga horária da equipe médica deve-se a estes claros e à redução das horas extras determinadas pelo limite salarial.

Na escala de plantão temos 4 médicos: 2 no Pronto Atendimento, 1 na Neonatologia e 1 na Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. Esta escala é a escala mínima que precisamos para que a DCP funcione. Para a manutenção desta escala de plantões, face à redução de carga horária da equipe médica, houve várias reduções no número de médicos que estão nas atividades durante a sua jornada normal de trabalho, durante o horário horizontal.

Os impactos que serão observados nas diversas áreas da DCP, com ênfase na assistência e no ensino são os seguintes:

- Ambulatório:

a) Reduzimos em 50% o ambulatório de puericultura destinado aos funcionários e dependentes da USP por necessidade de deslocamento de médico para cobertura da escala diária do Pronto Atendimento. O impacto é a demora no agendamento dessas consultas.

b) Reduzimos em 25% o atendimento do ambulatório didático do período da tarde, por causa da redução de médicos disponíveis para supervisão dos médicos residentes. O impacto é a demora no agendamento das consultas e a redução do número de casos que os médicos residentes e os alunos de graduação terão para aprendizado.

- Enfermaria:

a) Reduzimos o número de médicos assistentes no período da manhã de 4 para 3 ou 2, dependendo do dia. O impacto é a menor supervisão dos alunos de graduação e dos médicos residentes. Por esta razão resolvemos também não aceitar pedidos de estágio de alunos de outras universidades internacionais, que ocorria através do Programa de Intercâmbio Internacional da Universidade de São Paulo.

- Pronto Atendimento

a) A escala dos médicos no período diurno, que é de 4 médicos no período da manhã e 4 médicos no período da tarde, está reduzida para 3 médicos em cada período e, em alguns momentos, para 2 médicos por período. Com este número de médicos haverá prejuízo no atendimento das crianças do Pronto Atendimento, com maior demora, além de sério prejuízo na supervisão dos alunos de graduação e dos médicos residentes de primeiro ano.

- Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica:

a) Na escala normal são 4 médicos no período da manhã e 3 médicos no período da tarde. Reduzimos esta escala para 3 médicos no período da manhã e 2 médicos no período da tarde. Esta redução acarretará principalmente uma redução das atividades didáticas para os médicos residentes de 2º ano, 3º ano e 4º ano do Departamento de Pediatria.

- Neonatologia

a) Deveremos reduzir o número de partos em aproximadamente 20% por causa da redução do número de leitos do berçário e do alojamento conjunto, além da redução do número de médicos na escala normal da jornada. O impacto imediato será uma redução no número de casos para o ensino dos alunos de graduação e dos médicos residentes.

Serviço de Anatomia Patológica

A redução do teto salarial levou a redução das horas extras realizadas nos plantões. Por força desta redução, houve consequente adaptação administrativa, com redistribuição das horas/plantões entre os médicos, de forma que aqueles que podem dar mais plantões assim o estão fazendo, cobrindo os plantões daqueles com limite de horas extras mais baixo, mantendo o funcionamento normal do serviço. No entanto, em situações extraordinárias, por exemplo, por ocasião de férias, licenças e claros a preencher, poderá haver falha de cobertura nos serviços de autópsia e congelações.

Chefia de Plantão

A Chefia de Plantão (CHPL) do HU-USP foi um cargo criado há mais de 8 anos dentro da estrutura organizacional do Hospital Universitário para atender uma demanda interna de otimização de resultados em diversos setores, principalmente no que diz respeito a solução de

problemas e conflitos que necessitam de intermediário que transite bem e integre as equipes multidisciplinares atuantes, representando diretamente a Superintendência do Hospital .

Devido ao Teto Salarial não será mais possível realizar o preenchimento do posto de trabalho referente à Chefia de Plantão de maneira integral como era realizado até esta data.

Sendo assim, desde novembro de 2014 foram determinadas modificações nas atividades da equipe da Chefia a qual o membro da equipe passará muitas vezes a acoplar funções de chefia durante a atividade assistencial ou didática/pesquisa, conforme possibilidade de remuneração dos turnos. A fim de distribuir a equipe, que atualmente consta 13 médicos, pelos períodos nos quais o exercício da função era mais necessário, determinamos que seria feita cobertura do posto das 7 as 24 horas de segunda a sexta e das 7 as 19hs nos finais de semanas e feriados, não sendo possível mais manter a exclusividade da função de chefia durante o turno. Nos horários remanescentes as equipes assistenciais foram treinadas a atuar e resolver demandas próprias, contando com auxílio a distancia de membro da chefia.

Divisão de Psiquiatria e Psicologia Hospitalar

O Serviço de Psicologia do Hospital Universitário, por questões históricas, conta apenas com o Serviço de Psicologia Ambulatorial (consultório) e não de Psicologia Hospitalar, além de atendimentos por voluntariado e via cursos de especialização (Terapia Comportamental) e eventuais Serviços de Psicologia Hospitalar também por voluntariado e discentes de disciplinas do IPUSP.

Temos quatro Psicólogas contratadas e, dessas, uma solicitou o PDV e encerrou suas atividades em 26 de fevereiro e outra solicitou aposentadoria. Sendo assim, o setor de Psicologia ficará com uma lacuna de, em média, 1100 atendimentos ao ano.

Quanto à área da Psiquiatria, informamos que esta, não sofreu impactos com a redução do teto salarial e adesões ao PIDV.

Conclusões

Como descrito acima, a implantação do novo teto salarial e o início do PIDV no final de fevereiro deste ano, causam um grande impacto na estrutura do Departamento Médico deste Hospital, atingindo tanto o ensino quanto a assistência aos doentes atendidos.

Desta forma, o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo terá que se readequar para continuar prestando seus serviços dentro dos padrões de excelência que sempre o norteou.

Este documento foi escrito pela Diretoria Médica e Diretoria Clínica do HU-USP, com a colaboração das chefias de Divisão e Serviços médicos do hospital.

Dr. Marcelo Rodrigues Borba
Chefe Técnico do Departamento Médico
Hospital Universitário / USP

Prof. Dr. José Pinhata Otoch
Diretor Clínico
Hospital Universitário / USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 2.565 . Cidade Universitária . CEP 05508-000 . São Paulo-SP

Tel: (11) 3091-9200 . hu@hu.usp.br . www.hu.usp.br

ANEXO 3 – GT SAÚDE

CARTA ABERTA AOS DELEGADOS (AS) / PARTICIPANTES DA 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Diante dos ataques da bancada neoliberal do Congresso às conquistas sociais alcançadas na Constituição de 1988 e do interesse dos grupos econômicos em privatizar fatias cada vez maiores da saúde pública, nós usuários e trabalhadores do SUS manifestamos mais uma vez nossa incondicional defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) – que é resultado das lutas sociais de um amplo conjunto de movimentos, conquista do povo brasileiro fundada nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e da descentralização, com base no controle social e na ampla participação da comunidade.

Na 15ª Conferência Nacional de Saúde, vamos nos contrapor firmemente aos ataques que hoje são dirigidos aos SUS, que partem especialmente das bancadas no Congresso Nacional a serviço dos interesses do mercado e contrários aos direitos de todas e todos, em defesa incondicional da democracia.

Contra toda e qualquer discriminação e defendemos o enfrentamento das injustiças na área da saúde e o direito à participação e inclusão dos segmentos sociais vulneráveis, mulheres, pessoas idosas, povos indígenas, populações tradicionais e rurais, população negra e quilombola, LGBT, juventude, população em situação de rua, pessoas com deficiências, entre outros.

Contra todos os ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as e à democracia e defendemos reformas democráticas e populares que fortaleçam a participação social nas decisões políticas, por meio de plebiscito e referendo, e que priorizem a tramitação no Legislativo de projetos de lei de iniciativa popular.

Considerando a ineficácia e ineficiência da transferência da gestão e dos serviços do SUS para OSs e Oscips, política esta já rejeitada por todas as conferências anteriores, a 15ª Conferência Nacional de Saúde reafirma sua posição contrária às OSs e Oscips em todo território nacional.

.Em defesa incondicional do SUS público, universal, de qualidade e sob a gestão pública e direta do Estado;

.Pelo respeito e implementação das deliberações das Conferências de Saúde nas três esferas de governo. Os Planos de Saúde e os Planos Plurianuais devem ser construídos em conjunto com o Controle Social e aprovados pelos Conselhos de Saúde com base nas diretrizes aprovadas pelas Conferencias de Saúde e em conjunto com a LOA e perspectivas orçamentárias.

.Por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político Brasileiro, eleita com base no financiamento público de campanha;

.Em defesa da Petrobras, que corresponde a 13% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, e contra a privatização da estatal;

.Contra o PLS-131 do senador José Serra que, alinhado com as petrolíferas estrangeiras e com os interesses do capital financeiro internacional, acaba com o regime de Partilha de exploração do Pré-Sal e revoga a participação obrigatória da Petrobras, prejudicando o financiamento do SUS com o fim do Fundo Soberano do Pré-Sal, que prevê a destinação de recursos para a saúde;

.Contra a proposta da Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial de Cobertura Universal em Saúde que transforma o acesso universal como direito social em acesso pela via do mercado e retirada do endosso do Estado Brasileiro a esta proposta em acordos internacionais;

.Pelo alcance da destinação mínima de 10% das Receitas Correntes Brutas da União ou equivalente para a saúde, garantindo o investimento público e o financiamento progressivo, que venha a se tornar exclusivo, da rede pública estatal de serviços de saúde;

.Pelo efetivo controle social com autonomia e independência perante a gestão e pela implementação das deliberações dos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e nacional;

.Pela eliminação do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde e apoio ao PL nº 251/2005 que amplia a possibilidade de gastos com pessoal para o setor saúde;

.Pelo fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU);

.Pela criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e pelo aprofundamento dos mecanismos de tributação para a esfera financeira;

.Contra a adoção de modelos privatizantes de gestão e pela revogação das leis que deram origem às Organizações Sociais, às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, às Fundações Estatais de Direito Privado e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

.Contra os subsídios públicos e pelo fim da renúncia fiscal aos planos privados de saúde;

.Contra a entrada do capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde e pela revogação do artigo 142 da Lei n° 13.097/2015;

.Contra a PEC nº 451/2014 que afronta a Constituição Federal por tornar obrigatório que as empresas contratem plano de saúde para o trabalhador pago com benefício fiscal;

.Contra a EC nº 358/2015 que trata do Orçamento Impositivo por retirar recursos da saúde pública;

.Em defesa de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) com Plano de Carreira Nacional para os trabalhadores do SUS e contra todas as formas de precarização do trabalho;

.Contra o PL Complementar 30/2015 no Senado que trata da terceirização e flexibilização do trabalho, que permite a terceirização inclusive da atividade-fim, rompendo todos os direitos dos/as trabalhadores/as brasileiros;

.Em apoio à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde;

.Contra a PEC nº 171/1993 que reduz a maioridade penal em tramitação no Senado Federal;

.Contra as Medidas Provisórias nºs 664 e 665, convertidas nas leis 13.134/15 e 13.135/15 que retiram direitos previdenciários e trabalhistas;

.Contra o PL 5069/2003, que dificulta o acesso ao aborto legal para mulheres vítima de abuso sexual.

(assinatura movimentos sociais, sindicais e outras entidades)

O SUS EM SÃO PAULO

Considerando que a atual gestão municipal, em seu programa de governo, assumiu o compromisso de "adotar alternativas organizacionais (...) para viabilizar, agilizar e proporcionar abrangência ao processo de retomada da gestão pública da saúde";

Considerando que o modelo baseado na transferência de decisões estratégicas da política de saúde para as Organizações Sociais (OSs) desrespeita os trabalhadores e o controle social;

Considerando que vai se tornando mais clara a ineficácia e ineficiência desse modelo público-privado, que tem alto custo financeiro e visão exclusiva sobre a força de trabalho, em detrimento da compreensão do processo de trabalho em saúde e sua influência na vida das pessoas e nas condições de saúde da cidade;

Considerando que a verdadeira parceria que construiu e consolidará o SUS se faz entre usuários do sistema, militantes da saúde coletiva, gestores públicos e todos os trabalhadores/profissionais do SUS, independentemente de vínculos contratuais;

Considerando que o processo das conferências de saúde é momento de debate, aprofundamento e tomada de decisão;

Defendemos e propomos que a 18ª Conferência Municipal de Saúde discuta e aprove:

ETAPA MUNICIPAL

Eixo: Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde

1 Diretriz: Enfrentamento e superação das OSs e da lógica privada na saúde

Propostas:

a. **Serão construídas alternativas de modelos de gestão na saúde, com base em ampla discussão que envolva gestores, trabalhadores e usuários;**
b. **Enquanto persistirem, os contratos de gestão com OSs deverão ser elaborados com a participação dos movimentos, sindicatos, Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Gestores, que também acompanharão e fiscalizarão a sua execução;**
c. **Enquanto persistirem, os contratos de gestão com OSs deverão prever política salarial com isonomia, adicionais e verbas remuneratórias que contemplem a complexidade e as peculiaridades do trabalho em saúde, negociada com as entidades representativas dos trabalhadores; e política de educação permanente para os trabalhadores, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS);**

d A SMS deverá retomar o gerenciamento e a execução de ações e serviços de saúde nas Supervisões Técnicas de Saúde para as quais, durante a vigência de chamamentos públicos para seleção de OSs, não foram, ou não venham a ser, apresentadas propostas.

Eixo: Valorização do trabalho e da educação em saúde

2 Diretriz: organizar e manter quadro de servidores para atender o quantitativo de trabalhadores necessários aos serviços e ações de saúde.

Propostas:

a Concursos públicos para funções administrativas, tendo em vista uma reorganização da SMS de forma a privilegiar a descentralização e o fortalecimento das Supervisões Técnicas de Saúde e da administração pública;
b Realizar concursos públicos regulares, viabilizando a contagem de pontos em prova de títulos para os profissionais que já trabalham na rede pública;
c Nomeação de todas as vagas abertas pelos concursos públicos vigentes da SMS, visando completar as TLP de todas as unidades de saúde do município, bem como a abertura de novos concursos com a mesma finalidade.

ETAPA ESTADUAL

Eixo: Participação social e controle social

Que sejam implantados Conselhos Gestores em todas as Unidades e Serviços de Saúde no Estado de São Paulo, independente de qual seja o Modelo de Gestão, conforme a Lei 12.516 de 02 de janeiro de 2007.

ETAPA MUNICIPAL, ETAPA ESTADUAL E ETAPA NACIONAL

Eixo: Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde

3 **Diretriz:**

Propostas:

a Modelo de atenção à saúde que priorize a atenção básica na perspectiva das diretrizes do Ministério da Saúde;

b Incremento de ações de vigilância em saúde e de promoção e prevenção, integradas ao tratamento, à recuperação e à reabilitação, e às ações intersetoriais, à vigilância ambiental, à saúde do trabalhador, à saúde mental, à saúde no envelhecimento, à saúde da mulher;

c Humanização do parto e do nascimento e combate à violência obstétrica;

d Avanço da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial;

e Qualificação da atenção às pessoas com doenças raras e a garantia de acesso aos meios diagnósticos e terapêuticos disponíveis, conforme suas necessidades;

f Estímulo a novas práticas em saúde, construídas participativamente, bem como às práticas de medicina tradicional;

g Provimento de infraestrutura e insumos (medicamentos, vacinas, materiais e equipamentos de saúde) para ações e serviços de saúde;

h A regulação em saúde como um instrumento de garantia do acesso e ferramenta de gestão do sistema de saúde, deve ser assumida integralmente pela direção do SUS e executada pela administração direta.

i Apoio à aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária e aprofundamento do debate dos seus impactos na gestão da saúde pública.

Eixo: Valorização do trabalho e da educação em saúde

4 Diretriz: valorização de todos os trabalhadores envolvidos no setor saúde.

Propostas:

a Fortalecimento dos comitês de desprecarização do trabalho em saúde e das mesas de negociação permanentes do SUS, formalizando os acordos e direcionamentos em atas e protocolos assinados pelas entidades, servidores e governos, com planos de cargos, salários e carreira única do SUS e isonomia salarial;

b Manutenção de política de educação permanente para os trabalhadores/profissionais do SUS de forma a que a SMS interfira no processo de trabalho, tendo em vista as necessidades da rede, com residência multidisciplinar, cursos de especialização e aperfeiçoamentos vinculados aos serviços, garantindo a presença de trabalhadores concursados nos cursos de pequena, média e longa duração, sendo o ingresso nos cursos feitos através de processo seletivo.

Eixo: Participação social

Cumprimento de todas as deliberações das Conferências e dos Conselhos de Saúde (instâncias máximas de participação e decisão no SUS) e um controle social forte, autônomo e popular, que não pode ser reduzido a mero conferidor de contratos ou "carimbador" de decisões tomadas por governantes, técnicos ou grupos de interesses.

ANEXO 4 – REGIONAL BAURU

AduspBauru esclarece ...

Nº. 005 / 08 junho 2015

Um pouco de História da Odontologia em Bauru ...

Desta vez, este nosso Boletim vai lembrar alguns aspectos históricos da Odontologia bauruense.

Aqui em Bauru, de 28 a 31 de julho de **1960**, foi realizada a **2ª. Jornada Odontológica de Bauru**, a JOB, cujo Presidente foi o Dr. José Simões Barroso. Ela era então organizada pela Seção local da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD). A FOB ainda não existia!

A Jornada não tinha periodicidade anual. Já sob a égide da FOB, em **2009**, na 22ª. edição deste conclave, o nome foi alterado de JOB para COB (Congresso Odontológico de Bauru).

Recentemente, **de 13 a 16 de maio de 2015**, aconteceu na FOB o **28º. Congresso Odontológico de Bauru "Prof. Dr. Clóvis Monteiro Bramante"**.

O Prof. Clóvis nasceu em Sorocaba – SP, em 16 de julho de 1939.

Graduou-se em Odontologia, pela Universidade Católica de Campinas, em dezembro de 1962.

Foi contratado na FOB em 02/03/1964, como Professor da Disciplina de Endodontia, onde conquistou o grau de Professor Titular. Apesar de ter se aposentado em 07/07/2009, continua ativo, agora como Professor Sênior.

Publicou 311 artigos, em revistas nacionais e internacionais. Ainda elaborou 13 livros, na área de Endodontia. Ministrou Cursos e/ou Conferências em todo o nosso País, assim como em toda a América Latina; também as ministrou nos EUA, na Espanha e em Portugal.

Filiado à Adusp, aqui recebe da Diretoria local dela a manifestação da admiração e do respeito, científico e pessoal, que conquistou até hoje, sob os mais variados aspectos.

A fotografia nesta página ilustra o momento do discurso que o Homenageado proferiu, durante a Sessão de Abertura do 28º. COB.

[Autora da foto: Denise Guimarães, Depto. Tecnologia Educacional, FOB]

César Antunes de Freitas, Prof. Dr. / Diretor Regional da Adusp de Bauru
Acesse sempre **www.adusp.org.br**

ANEXO 5 – REGIONAL BAURU

AduspBauru esclarece ...

Nº. 006 / 19 junho 2015

Mais verbas para a USP, via ALESP ...

O **Fórum das 6** conseguiu com que a **Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP)** efetuasse uma espécie de Audiência Pública, com o **objetivo de aumentar as dotações orçamentárias para a USP, UNESP e Unicamp**, entre outros aspectos.

Estará em discussão a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.**

Esta é uma iniciativa conjunta de duas Comissões da ALESP: a de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e a de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI), a pedido do Fórum das Seis.

As decisões da ALESP serão então encaminhadas aos Governos Estadual e Federal.

Estas ações sempre são feitas com **um ano de antecedência**.

Por isto, **é importante uma presença maciça da comunidade da USP**, na reunião da ALESP, no dia **23 de junho de 2015 (terça-feira)**, às 14:00 horas, **no Anfiteatro Franco Montoro.**

Os Reitores das 3 Universidades Paulistas foram convidados a participar.

Seria importante que o **maior número possível de pessoas ligadas à USP** se fizesse presente na Reunião aqui em questão: **Reitor, Diretores de todas as Unidades, Membros de todos os Colegiados, Professores, Funcionários Técnicos e Administrativos, assim como Alunos de todos os Cursos existentes.**

Trata-se do futuro de nossa Universidade!

O não-comparecimento da comunidade da USP pode parecer uma falta de interesse em conseguirmos um aumento da dotação estadual.

César Antunes de Freitas, Prof. Dr. / Diretor Regional da Adusp de Bauru

Acesse sempre **www.adusp.org.br**

AduspBauru esclarece ...

Nº. 007 / 10 agosto 2015

Carreira Docente na USP

Em nome da Diretoria explícita da ADUSP, **venho reforçar a importância de** serem organizadas **plenárias** sobre a "REFORMA DA CARREIRA" **em nossa Unidade.**

Nessa quarta-feira (12 de agosto), **acontecerá o debate organizado pela ADUSP**, intitulado "A carreira docente em xeque", na Cidade Universitária, em SP-SP, no Anfiteatro da História, no prédio da FFLCH, em dois horários (14h e 18h), como pode ser visto com mais detalhes na página da Adusp.

O referido debate dará **subsídios para discussão deste tema, nas Unidades.**

Mas somente a Assembléia Plenária de nossa Unidade é que pode definir o pensamento real de todos os componentes de nosso Corpo Docente.

A data específica para esta nossa Plenária será oportunamente divulgada!

César Antunes de Freitas, Prof. Dr. / Diretor Regional da Adusp de Bauru

Acesse sempre www.adusp.org.br

AduspBauru esclarece ...

Nº. 008 / 08 dezembro 2015

Uma notícia interessante para aqueles que estão prestes a se aposentar.
Notícia publicada no *site* da Adusp e no Informativo no. 412.

Congresso derruba veto à "PEC da Bengala" em 1º/12

O Congresso Nacional derrubou em 1º/12 o veto presidencial à elevação para 75 anos da aposentadoria compulsória de todos os servidores públicos. A medida recebeu grande apoio de deputados e senadores, que reverteram o veto com larga vantagem. No Senado, foram 64 votos contra o veto e apenas dois para mantê-lo. Na Câmara, 350 contra e 15 a favor.

Em maio/15, o Congresso promulgou a EC 88/15, a "PEC da Bengala", elevando para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos ministros do STF, dos demais tribunais superiores e do TCU.

Em seguida, o Congresso estendeu o novo limite a todo o serviço público. Contudo, a presidente Dilma alegou que o tema era de iniciativa privativa da Presidência e barrou a proposta, que agora terá de promulgar.

Com isso, os docentes que estão em vias de completar 70 anos e que já tenham pedido a aposentadoria, se desejarem, devem manifestar-se junto ao respectivo departamento pessoal e requerer o cancelamento do pedido de aposentadoria para manter-se na ativa.

César Antunes de Freitas, Prof. Dr. / Diretor Regional da Adusp de Bauru

Acesse sempre www.adusp.org.br